



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE
RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA

Trabalho de Conclusão

Estudo preliminar para subsídio do Plano de Manejo do Parque Theodoro Sampaio

Celivan Ramos Góes, Arquiteto e Urbanista - Profissional Residente
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Araújo Mendes de Carvalho - Tutora

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Assistência Técnica. Habitação e Direito à Cidade, como requisito de conclusão do curso, para obtenção do título de especialista e implantação do projeto experimental de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, com apoio da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.



SALVADOR/BA
Dezembro de 2018

CRÉDITOS DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

Autoria:

Arquiteto e Urbanista Celivan Ramos Góes

Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Araújo Mendes de Carvalho - Tutora

Colaboração:

Arquiteta e Urbanista Alice Ribeiro

Arquiteto e Urbanista João Evangelista da Costa

Arquiteto e Urbanista José Meira e Silva Neto

Estagiário, Graduando em Arquitetura e Urbanismo Lucas Guimarães Braga

Consultoria:

Prof. Dr. Juan Pedro Moreno Delgado

Prof.^a Dr.^a Ângela Maria Gordilho Souza

Prof.^a Dr.^a Arquiteta e Urbanista Maria Aruane Garzedin

Arquiteta e Urbanista Elisete Cristina Vidotti da Rocha

Urbanista Débora Marques Araújo

Apoio:

Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão – ACOPAMEC

Associação de Moradores de Mata Escura – AMME

Adolescer com Arte

Conexão Cidadã

Escola Estadual Marileine da Silva

Odeart

Centro Social Urbano - Narandiba

Apoio Institucional:

Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA.

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia

SESSÃO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE ASSISTENCIA TÉCNICA:

Data: 05 de novembro de 2018, às 8:00 – 12:00 h

Local: Sala da Congregação (Casinha) – FAUFBA

Residente: Arquiteto e Urbanista Celivan Ramos Góes

Título: Estudo preliminar para novos acessos e subsídio para o Plano de Manejo do Parque Theodoro Sampaio.

Modificado a *posteriori* para: Estudo preliminar para subsídio do Plano de Manejo do Parque Theodoro Sampaio

Membros da Banca:

Tutora: Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Araújo Mendes de Carvalho

Membro Interno: Prof.^a Me.^a Heliana Faria Mettig Rocha

Membro Externo: Esp. Arquiteto. Túlio Prado

Representantes da Comunidade:

Ângela Ignez da Costa Bacelar (Representante do Condomínio Recanto Verde)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter posto no meu coração a vontade de atuar com Assistência Técnica em Arquitetura e Engenharia, por me dá saúde e proteção durante o trabalho.

Aos meus colegas de curso pelo incentivo e auxílio no desenvolvimento do trabalho e da proposta.

A professora Lúcia Maria por sua amizade, compreensão e orientação sobre o objeto de pesquisa.

Aos moradores e líderes comunitários da Mata Escura, pelo apoio, em especial a Ângela Barcelar, que sempre se mostrou engajada e solícita em todos os momentos.

Aos meus colegas de equipe, pelo aprendizado e conselhos durante o trabalho de assistência.

E a todos aqueles que de forma direta ou indireta, contribuíram para elaboração deste trabalho,

Obrigado!

RESUMO

O crescimento urbano desordenado tem ocasionado a destruição da natureza e conseqüente degradação dos ecossistemas, diminuindo a interação do homem com o ambiente. Um caminho para reverter esta situação é a criação de uma Unidade de Conservação (UC), nos resquícios naturais que ainda existem no interior das cidades, preservando seu patrimônio biológico para as futuras gerações e sendo um equipamento de lazer e contemplação ambiental para seu entorno; é com esse sentido que a Rau+e, vem atuando para implantação de um Parque Urbano no Bairro da Mata Escura em Salvador.

Ao se estudar Parques Urbanos, percebe-se que são de grande importância para manutenção do equilíbrio ecológico na cidade, a partir disso, estabeleceu-se como objetivo de trabalho, a proposição de subsídios para realização do Plano de Manejo do Parque Theodoro Sampaio (PTS), adequando os estudos realizados até o momento à legislação federal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Com realização de visitas e oficinas com moradores do entorno da poligonal definida para se tornar Parque; traçado estratégias para sua efetivação e anexação de outras áreas. Além de seguir as orientações metodológicas do Roteiro de Elaboração de Planos de Manejo do ICMBio.

Este trabalho em particular, permitiu identificar que a população dos bairros do entorno do PTS, reconhecem a área como unidade de conservação e desejam a efetiva implantação do Parque Urbano, contudo ainda existe uma quantidade de indivíduos que enxergam a área como uma bolha isolada.

Como produto, o trabalho desenvolve o zoneamento preliminar com base no SNUC e estabelece o diálogo para que mais áreas possam fazer parte da UC, criando novo um novo acesso e possibilidade que mais pessoas acessem o Parque Theodoro Sampaio, para além da Estação de Metrô do Bom Juá.

Palavras-chave: Parque Theodoro Sampaio; Zoneamento; Plano de Manejo; SNUC; Parque Urbano.

ABSTRACT

The disordered urban growth has caused the destruction of nature and consequent degradation of ecosystems, diminishing the interaction of man with the environment. A way to reverse this situation is the creation of a Conservation Unit (UC), in the natural remnants that still exist inside the cities, preserving its biological heritage for future generations and being a leisure equipment and environmental contemplation for its surroundings; it is with this sense that Rau + e has been working for the implantation of an Urban Park in the neighborhood of Mata Escura in Salvador.

When studying Urban Parks, it is perceived that they are of great importance for the maintenance of the ecological balance in the city. From this, it was established as a work objective, the proposal of subsidies for the accomplishment of the Management Plan of the Parque Samodio (PTS)), adapting the studies carried out to date to the federal legislation of the National System of Conservation Units (SNUC). With the accomplishment of visits and workshops with residents of the surroundings of the polygon defined to become Park; strategies for its implementation and annexation of other areas.

This work in particular allowed us to identify that the population of the neighborhoods around the PTS, recognize the area as a conservation unit and wish to effectively implement the Urban Park, however there are still a number of individuals who see the area as an isolated bubble.

As a product, the work develops the preliminary zoning based on the SNUC and establishes the dialogue so that more areas can make the park of the UC, creating new a new access and possibility for more people to access Theodoro Sampaio Park, in addition to the Subway Station of the Good Juá.

Key words: Theodoro Sampaio Park; Zoning; Management Plan; SNUC; Urban Park.

LISTA DE SIGLAS

ACOPAMEC	- Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão
APP	- Área de Preservação Permanente
AE	- Área Especial
AMME	- Associação de Moradores de Mata Escura
CSU	- Centro Social Urbano
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAMA	- Centro de Arte e Meio Ambiente
CETAS	- Centro de Triagem de Animais Silvestres
COMLURB	- Companhia Municipal de Limpeza Urbana
COMOBA	- Conselho de Moradores das Barreiras
CHESF	- Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CONDER	- Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CF	- Constituição Federal
EMBASA	- Empresa Baiana de Águas e Saneamento
FAUFBA	- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FMLF	- Fundação Mário Leal Ferreira
GAC	- Gestão Ambiental Compartilhada
ICmBio	- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFORMS	- Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LTECS	- Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MPF	- Ministério Público Federal
MP/BA	- Ministério Público da Bahia
MCMV	- Minha Casa Minha Vida
PDDU	- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PPGAU/ UFBA	- Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia
PLANMOB	- Plano de Mobilidade
PMS	- Prefeitura Municipal de Salvador
RAU+E/UFBA	- Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia
TAC	- Termo de Ajustamento de Conduta
TR	- Termo de Referência
TBC	- Turismo de Base Comunitária do Cabula e Entorno
SEMA	- Secretaria do Meio Ambiente do Governo da Bahia
SM	- Salário Mínimo
SECIS	- Secretaria Cidades Sustentáveis
SINDEC	- Secretaria Municipal da Infraestrutura e Defesa Civil
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU	- Secretaria do Patrimônio da União
UC	- Unidade de Conservação
UFBA	- Universidade Arquitetura da Bahia
UNIFACS	- Universidade Salvador
UNEB	- Universidade do Estado da Bahia
URBIS	- Habitação e Urbanização do Estado da Bahia
ZEIS	- Zona Especial de Interesse Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do Parque Theodoro Sampaio no “Miolo” de Salvador.....	12
Figura 2. Mapa do Entorno do futuro Parque Theodoro Sampaio.	12
Figura 3. Mapa de Ocupação no entorno da área de estudo.	17
Figura 4. Ocupações irregulares na área pertencente ao MAPA.	22
Figura 5. Registro do vale que divide os bairros de Mata Escura e Calabetão.....	23
Figura 6. Registro da conexão entre o Metrô e a comunidade, a partir da encosta do bairro da Mata Escura.	23
Figura 7. Dinâmica durante a Jornada Pedagógica, 16 de abril de 2018.....	24
Figura 8. Reunião de apresentação do Plano de Trabalho no Fórum de Des. Social da Mata Escura, 29 de abril de 2018.....	24
Figura 9. Abertura do evento Transpondo barreiras em busca de seus limites, 25 de agosto de 2018.....	24
Figura 10. Visita com a SECIS a área correspondente ao Parque Theodoro Sampaio, 04 de maio de 2018.	24
Figura 11. Reunião do Fórum de Desen. Social da Mata Escura, presença da Residência AU+E, CAMA, Odeart, 06 de abril de 2018.....	25
Figura 12. Apresentação do projeto do Vale da Mata Escura, pela Hydros Engenharia, 04 de outubro de 2010.	25
Figura 13. Resultado obtido da oficina no V ENANPARQ, 13 de outubro de 2018	25
Figura 14. Bairros do entorno do Parque Theodoro Sampaio	26
Figura 15. Mapa de ZEIS no entorno da área de estudo.	27
Figura 16. Poligonal do Parque Theodoro Sampaio proposta pelo Eixo Áreas Verdes 2016	28
Figura 17. Evento conexão cidadã	29
Figura 18. Localização do Terreiro Bate Folha nos limites da área de estudo.	29
Figura 19. Localização da área do Horto Florestal Cabula / Mata Escura. FONTE: Base Eixo Áreas Verdes, 2016.....	30
Figura 20. Mapeamento dos Parques Urbanos em Salvador segundo o PDDU de 2016.	32
Figura 21. Mapa Área de proteção.....	32
Figura 22. Mapa fundiário da área do Parque Theodoro Sampaio.....	35
Figura 23. Croqui de localização dos usos e ocupações da área do Parque Theodoro Sampaio.	35
Figura 24. Primeira visita, observa-se trecho do Vale da Mata Escura.....	38
Figura 25. Segunda visita, onde se observa a área do Parque	38
Figura 26. Terceira visita, Ladeira da Fonte da Bica	38
Figura 27. Quarta visita, onde se observa o campo de futebol do Condomínio Santa Edwigens.....	38
Figura 28. Praça do Dique do Cabrito, após requalificação.	41
Figura 29. Imagem do Dique antes da Requalificação.....	41
Figura 30. Esquema da dinâmica de circulação interno no Parque da Cidade.	42
Figura 31. Visita ao Parque São Bartolomeu durante o evento “Trilha Ecológica”. Vista ao lado da Represa Sete Quedas.	43
Figura 32. Mapa do zoneamento do PSB, com o detalhamento das zonas estabelecidas.	44
Figura 33. Poligonal do Parque Theodoro Sampaio, com pontos de atenção	48
Figura 34. Mapeamento dos condicionantes ambientais.....	49
Figura 35. Manchas soa principais problemas da área do Parque Theodoro Sampaio.....	50
Figura 36. Oficina Plano de Manejo e sua potencialidades.....	51
Figura 37. Mapa, área reconhecida pela CONDER e pelo município para criação do Parque Urbano, PDDDU 2016.	52
Figura 38. Mapa – Proposta de Zonas de Manejo para o Parque Theodoro Sampaio.....	57
Figura 39. Mapa – Proposta de Zona de Amortecimento PTS.....	60
Figura 40. Mapa – caminhos para os Campos	61
Figura 41. Croqui contendo a síntese dos relatos dos moradores.....	62
Figura 42. Estudo Preliminar dos relatos dos moradores	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Entidades Parceiras	13
Tabela 2. Outras Entidades Parceiras	15
Tabela 3. Atuação da 3ª Edição da Residência AU+E	17
Tabela 4. Breve Histórico dos Bairros do entorno do Parque Theodoro Sampaio	18
Tabela 5. Histórico da área destinada ao futuro Parque Theodoro Sampaio	19
Tabela 6. Breve Histórico dos Projetos para área do entorno do Futuro Parque Theodoro Sampaio.	20
Tabela 7. Principais conquistas da comunidade	21
Tabela 8. População total residente, por sexo, segundo os bairros de Salvador, para 2010.	26
Tabela 9. Grupos e atividades culturais levantadas, com base em relato da comunidade.	28
Tabela 10. Descrição dos usos e ocupações da área do Parque Theodoro Sampaio.	34
Tabela 11. Informações sobre o Dique do Cabrito	41
Tabela 12. Informações sobre o Parque da Cidade.	42
Tabela 13. Informações sobre o Parque São Bartolomeu	43
Tabela 14. Critérios de avaliação	49
Tabela 15. Etapas para o enquadramento do PTS no SNUC.	55
Tabela 16. Tabela critérios indicativos	56
Tabela 17. Critérios utilizados na definição do zoneamento do PTS	56
Tabela 18. Síntese da sugestão de zoneamento do PTS, com a definição das zonas, seus objetivos, as atividades permitidas, os principais conflitos identificados e as normas de uso.	58
Tabela 19. Critérios para definição da Zona de Amortecimento	59
Tabela 20. Caracterização da área a ser anexada	62
Tabela 21. Cronograma de execução das etapas do projeto.	66
Tabela 22. Previsão orçamentária de contratação de equipe técnica, sem considerar impostos incidentes.	67
Tabela 23. Despesas com Transporte	68
Tabela 24. Despesas com Aquisição de Dados e Levantamentos	68
Tabela 25. Despesas com Organização de Oficinas e Workshop	68
Tabela 26. Despesas com Escritório e Comunicação	68
Tabela 27. Despesas com Edição, Produção De Relatórios e Consultorias	69
Tabela 28. Outras Despesas	69
Tabela 29. Taxas e Emolumentos	69
Tabela 30. Lucro Líquido Sugerido	69
Tabela 31. Impostos Diverso	69
Tabela 32. Total-Geral da Estimativa de Preço	70

SUMÁRIO

1.	ÁREA E COMUNIDADE	12
1.1.	LOCALIDADE	12
1.2.	ENTIDADES PARCEIRAS (ASSOCIAÇÕES E COLETIVOS).....	13
2.	DESCRIÇÃO DA ÁREA, PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA COLETIVA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	16
2.1.	APROXIMAÇÃO DO GRUPO COM A COMUNIDADE	16
2.2.	BREVE HISTÓRICO DO LOCAL.....	17
2.2.1.	A HISTÓRIA DA ÁREA DO PARQUE THEODORO SAMPAIO NO TEMPO.....	19
2.2.2.	PROJETOS CATALOGADOS	20
2.3.	CONQUISTAS DA COMUNIDADE.....	20
2.4.	PROBLEMÁTICAS E SUAS DEMANDAS.....	21
2.4.1.	CONFLITOS E BARREIRAS.....	21
2.4.2.	DEMANDA E SUAS RAZÕES.....	23
2.5.	COMPLEMENTARIDADE E SINERGIA COM OUTROS ATORES	24
2.6.	DIAGNÓSTICOS E RESULTADOS PRELIMINARES	25
2.6.1.	O LOCAL.....	25
2.6.2.	DADOS SOCIOECONÔMICOS	26
2.6.3.	AREA DESTINADA AO PARQUE.....	27
2.6.4.	ASPECTOS HISTÓRICOS – CULTURAIS.....	28
2.6.4.1.	GRUPOS CULTURAIS.....	28
2.6.4.2.	TERREIRO	29
2.6.4.3.	HORTO FLORESTAL CABULA	30
2.6.4.4.	FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	30
2.6.5.	LEGISLAÇÃO ESPECIFICA DO LUGAR.....	31
2.6.6.	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: USOS E OCUPAÇÕES NA ÁREA DO PARQUE.....	34
3.	PESQUISAS, OFICINAS E METODOLOGIAS NA PROPOSTA COLETIVA DE ASSISTÊNCIA	36
3.1.	PESQUISAS E DIRETRIZES COLETIVAS	36
3.2.	MEIOS E PROCESSOS ADOTADOS NA PROPOSTA COLETIVA COM A COMUNIDADE	36
3.3.	RESULTADOS OBTIDOS PARA A DEFINIÇÃO DOS PROJETOS ESPECÍFICOS	40
3.4.	PROJETOS DE REFERÊNCIA E PROJETO ESPECÍFICO NO ÂMBITO COLETIVO	41
3.4.1.	DIQUE DO CABRITO (comumente chamado de Dique de Campinas), Salvador-BA.....	41
3.4.2.	PARQUE DA CIDADE (Parque Joventino Silva), Salvador-BA	41
3.4.3.	PARQUE SÃO BARTOLOMEU, Salvador-BA.....	43
3.5.	EIXOS DE ATUAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA	45
4.	PROJETOS ESPECÍFICOS, ABORDAGEM CONCEITUAL E DIAGNÓSTICOS, COMPLEMENTOS, ETAPAS DESENVOLVIDAS E OFICINAS ESPECIFICAS, PARA IMPLANTAÇÃO EFETIVA	46
4.1.	METODOLOGIA ADOTADA PARA DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA	46
4.2.	OBJETIVO GERAL.....	47
4.3.	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	47
4.4.	JUSTIFICATIVA DO PROJETO NO ÂMBITO DA PROPOSTA GERAL COLETIVA, CONCEITOS ADOTADOS, DIAGNÓSTICOS E OFICINAS ESPECIFICAS	47
4.4.1.	JUSTIFICATIVA DO TRABALHO NO ÂMBITO DA PROPOSTA GERAL COLETIVA	47
4.4.2.	IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO	48

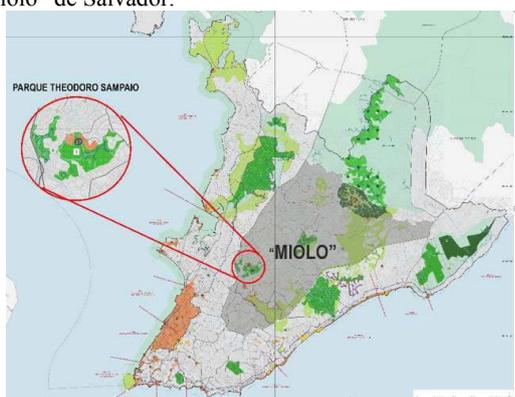
4.4.3.	BREVE CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE THEODORO SAMPAIO	48
4.4.3.1.	PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAS RELACIONADOS À PROPOSTA	50
4.4.4.	OFICINAS COLETIVAS E INDIVIDUAL NO AMBITO DA PROPOSTA DO TRABALHO	51
4.5.	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)	52
4.5.1.	UNIDADES DE PROTENÇÃO.....	53
4.5.2.	PLANO DE MANEJO	54
4.6.	DEFINIÇÃO DE CONTEÚDOS DAS PROPOSTAS, PROGRAMA, DETALHAMENTOS E OUTRAS DEFINIÇÕES	55
4.6.1.	SUBSÍDIOS ESTRATÉGICOS PARA EFETIVAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE THEODORO SAMPAIO (PTS).....	55
4.6.1.1.	OBJETIVOS DE MANEJO PARA O PARQUE THEODORO SAMPAIO	55
4.6.2.	PROPOSTA DE ZONEAMENTO PRELIMINAR.....	56
4.6.2.1.	PROPOSTA DE ZONA DE AMORTECIMENTO	59
4.6.3.	PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DA POLIGONAL DO PARQUE	61
4.6.3.1.	PROJETO PROPOSTO	62
4.7.	PRINCIPAIS MEIOS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO OU IMPLANTAÇÃO DO PROJETO E ANTEPROJETO, COMO SUBSIDIO PARA EFETIVAÇÃO DE UM TERMO DE REFERÊNCIA.....	64
4.7.1.	PRINCIPAIS MEIOS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO PLANO DE MANEJO, COMO SUBSIDIO PARA EFETIVAÇÃO DE UM TERMO DE REFERÊNCIA.....	64
5.	VIABILIDADE INSTITUCIONAL, ECONÔMICA E FINANCEIRA	65
5.1.	POSSIBILIDADES DE PARCERIAS GOVERNAMENTAIS, INSTITUCIONAIS E PRIVADAS	65
5.2.	RECOMENDAÇÕES PARA O TERMO DE REFERÊNCIA	65
6.	CRONOGRAMA PREVISTO	66
7.1.	COMPOSIÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO.....	67
7.2.	APRESENTAÇÃO DETALHADA DA PROPOSTA DE PREÇO – 360 dias.....	68
7.3.	ORÇAMENTO PREVISTO.....	69
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
9.	REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71
10.	ANEXOS.....	75
11.	APENDICE	83

1. ÁREA E COMUNIDADE

1.1. LOCALIDADE

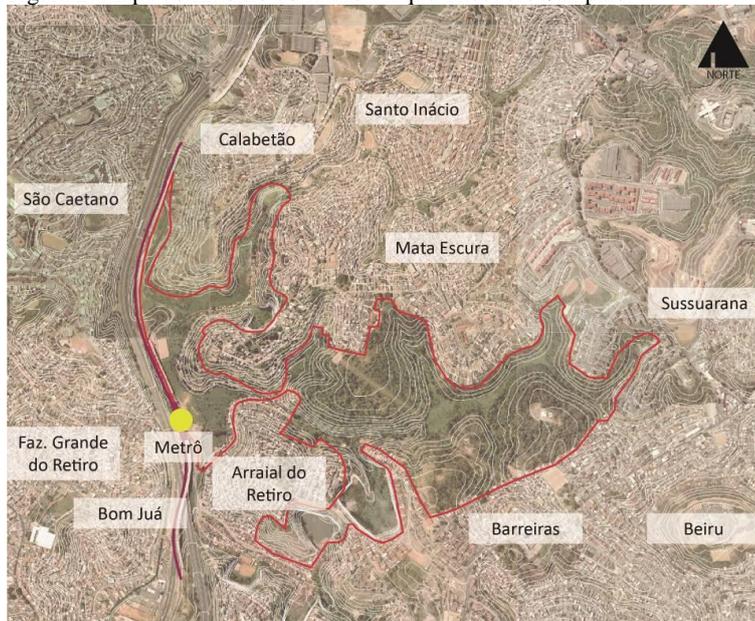
Localizado no miolo da cidade de Salvador (Figura 1), a poligonal da área verde do futuro Parque Theodoro Sampaio abrange os bairros de Mata Escura, Calabetão, Jardim Santo Inácio, Barreiras, Arraial do Retiro e Sussuarana, tendo proximidade com os bairros de São Caetano, Bom Juá e Engomadeira.

Figura 1. Localização do Parque Theodoro Sampaio no “Miolo” de Salvador.



Fonte: Elaborado pela equipe RESIDENCIA AU+E – EIXO Áreas Verdes, 2016.

Figura 2. Mapa do Entorno do futuro Parque Theodoro Sampaio.



GOOGLE MAPS

Dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos anteriormente pela FAU-UFBA (2005) e a 2ª Edição da RAU+E, Eixo Áreas Verdes¹ (2016), que devido a complexidade e extensão da área vegetada, além das Represas da Prata e da Mata Escura, criou uma equipe a qual reconhece a área do Parque Theodoro Sampaio como seu objeto de estudo, abrangendo propostas de gestão compartilhada do parque, estudo de unidades de paisagens, projetos específicos de portais e equipamentos. Dessa forma o presente estágio desenvolve-se proposições relativas à micro e macro acessibilidade bem como projetos específicos na área de acesso ao Parque pela BR-324 e subsídios para elaboração do Plano de Manejo.

1 A Equipe era composta pela Urbanista Débora Marques e pelas Arquitetas: Elisete Vidotti; Patrícia Duarte e Gisele Paiva.

1.2. ENTIDADES PARCEIRAS (ASSOCIAÇÕES E COLETIVOS)

Dentre os bairros apresentados na Figura 2, foram contatadas entidades de 5 bairros, divididos entre associações, instituições de ensino e grupos socioculturais que participaram do processo assistência técnica dessa edição, RAU+E 2017/2018, com oficinas e visitas técnicas a comunidade.

A participação dessas entidades foi de essencial importância para aprimoração e validação do processo de assistência, bem como o desenvolvimento da proposta de trabalho e engajamento da comunidade para as questões levantadas, sendo caracterizadas na Tabela 1.

Tabela 1. Entidades Parceiras

ACOPAMEC					
NOME LEGAL	TIPO	FUNDADOR	ANO DE FUNDAÇÃO	ATUAÇÃO	BAIRRO
Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão	OSCIP	Padre Michael Ramon	1990	Instituição sem fins lucrativos, que atua na educação infantil e do jovem na prevenção ao risco social e na preservação do ambiente familiar.	Mata Escura
CNPJ:	40.554.925/0001-07				
RESPONSÁVEIS	Presidente	Padre Michael Ramon.		Vice-Presidente	Josélia Duarte Gomes.
CONTATOS:	<ul style="list-style-type: none"> Site: http://www.acopamec.org.br/a-acopamec.php E-mail: acopamec@acopamec.org.br - Telefone: (71) 3306-1817 Joice Cristina Jesus Santos – Educadora Social ACOPAMEC - (71) 98703-4743 Josélia Duarte Gomes - (71) 99962-6868. 				
ENDEREÇO:	Rua São Mateus, n 06, CEP 41220-200 - Bairro de Mata Escura, Salvador.				
AMME					
NOME LEGAL	TIPO	FUNDADOR	ANO DE FUNDAÇÃO	ATUAÇÃO	BAIRRO
Associação de Moradores de Mata Escura	Associação	Cosme Santos Chineles	1993	Organização coletiva sem fins lucrativos organizados pelos moradores de Mata Escura.	Mata Escura
CNPJ:	00.088.107/0001-33				
RESPONSÁVEIS	Presidente	Cosme Santos Chineles		Vice-Presidente	-
CONTATOS:	<ul style="list-style-type: none"> Presidente: (71) 99618-6442. 				
ENDEREÇO:	Rua Direta do Campo, s/n, Nova Mata Escura.				
RECANTO VERDE					
NOME LEGAL	TIPO	FUNDADOR	ANO DE FUNDAÇÃO	ATUAÇÃO	BAIRRO
Associação dos Moradores do Condomínio Recanto Verde	Associação	-	1984	Organização coletiva sem fins lucrativos organizados pelos moradores do Conjunto Recanto Verdes.	Mata Escura
CNPJ:	13.611.991/0001-90				
RESPONSÁVEIS	Presidente	-		Moradora	Ângela Ignez da Costa Bacelar
CONTATOS:	<ul style="list-style-type: none"> Ângela Ignez da Costa Bacelar – (71) 99632-0511 				
ENDEREÇO:	Avenida Cardeal Avelar Brandão Virela, nº 1057. Box 01 Centro Comercial I. CEP: 41225-680.				

ADOLESCER COM ARTE					
NOME LEGAL	TIPO	FUNDADOR	ANO DE FUNDAÇÃO	ATUAÇÃO	BAIRRO
Adolescer com Arte	Coletivo	Laércio Lenilson Bento	-	Grupo sociocultural que organiza eventos culturais na comunidade da Mata Escura	Mata Escura
CNPJ:	-				
RESPONSÁVEIS	Presidente	Laércio Lenilson Bento		Vice-Presidente	-
CONTATOS:	• Laércio Lenilson Bento				
ENDEREÇO:	-				
ODEART					
NOME LEGAL	TIPO	FUNDADOR	ANO DE FUNDAÇÃO	ATUAÇÃO	BAIRRO
Associação Artística Cultural	ONG	Grupo Teatral Artebagaço	2007	Entidade social sem fins lucrativos de valorização do teatro, música, dança e artes visuais e da cultura local. Com foco em linguagens afro-brasileiras locais.	Cabula
CNPJ:	-				
RESPONSÁVEIS	Presidente	-		Membro	Eneas
CONTATOS:	http://odeartcultura.blogspot.com/ (71) 3015-0010 Eneas – membro ODEART – (71) 98662-9767				
ENDEREÇO:	Rua Gregório Santos, 34, Estrada das Barreiras, Cabula				
ESCOLA ESTADUAL MARILEINE DA SILVA					
NOME LEGAL	TIPO	FUNDADOR	ANO DE FUNDAÇÃO	ATUAÇÃO	BAIRRO
Escola Estadual Marileine da Silva	Instituição de Ensino	-	1994	Desenvolve ações com estudantes na comunidade, além das atividades de ensino. Com forte apoio as atividades comunitárias.	Mata Escura
CNPJ:	-				
RESPONSÁVEIS	Diretora	Laura Rodrigues Souza Silva		Professora	-
CONTATOS:	(71) 3390-6892 / (71) 3390-9783				
ENDEREÇO:	Rua Benjamin Abdon. S/N. Mata Escura. CEP: 41219-040				
CSU - Narandiba					
NOME LEGAL	TIPO	FUNDADOR	ANO DE FUNDAÇÃO	ATUAÇÃO	BAIRRO
Centro Social Urbano - Narandiba	Órgão Público	-	-	Atendimento social ao cidadão	Narandiba
CNPJ:	-				
RESPONSÁVEIS	Presidente	-		Vice-Presidente	-
CONTATOS:	Coordenadora - Cláudia Rejane (71) 3116-9076				
ENDEREÇO:	Rua Edgar Santos, 611 - Narandiba, Salvador – BA. CEP: 41192-005				

Fonte: Equipe RAU+E 2018

Foram catalogados mais coletivos e instituições que podem vir a se tornarem parceiros mobilizadores para implantação do Parque, Anexo A. Além das entidades da Tabela 1, também atuam na área, mas não participaram do processo, devendo ser integrados para implantação do futuro Parque com prioridade (Tabela 2):

Tabela 2. Outras Entidades Parceiras

OUTRAS ENTIDADES QUE NÃO PARTICIPARAM DO PROCESSO	
SIGLA	NOME DA ENTIDADE
EMBASA	EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO
CMS	CONDOMÍNIO MORADA DO SOL
CHESF	COMPANHIA HIDROELÉTRICA DE SÃO FRANCISCO
PLB	PENITENCIARA LEMOS DE BRITO
CCR METRÔ	COMPANHIA DE METRÔ DA BAHIA S.A

Fonte: Elaborado pelo Eixo Áreas Verdes, 2016.

2. DESCRIÇÃO DA ÁREA, PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA COLETIVA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

2.1. APROXIMAÇÃO DO GRUPO COM A COMUNIDADE

Em Setembro de 2017 iniciou-se a terceira edição do curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, baseado na Lei Federal 11.888, de 24 de dezembro de 2008, na forma de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E/UFBA), por meio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU-UFBA). Na presente edição da *RAU+E 2017/18 Mata Escura*, o grupo era inicialmente formado pelos Arquitetos e Urbanistas João Evangelista da Costa e José Meira, que tiveram uma primeira reunião com a comunidade intermediada pela ACOPAMEC, dentro no Fórum Mata Escura; posteriormente, entraram na equipe os Arquitetos e Urbanistas Celivan Ramos Góes e Alice Ribeiro.

Nas duas reuniões de aproximação iniciais, foram apontadas pela comunidade as demandas: “Projeto da Via de Vale na Mata Escura”, feito pela PMS, onde a comunidade não se sentiu consultada, propostas que melhorassem o acesso até a Estação de Metrô Bom Juá e para a implantação do Parque Theodoro Sampaio com definição de estratégias para barrar o crescimento das ocupações irregulares.

Com isso, o desenvolvimento do trabalho de assistência direcionou-se para o estudo dos acessos ao Futuro Parque Theodoro Sampaio a partir da BR324 – pela Estação de Metrô Bom Juá e o desenvolvimento de subsídios para elaboração do Plano de Manejo visando avanços para implantação do Parque. No eixo de estudo Acessos pela BR324 - Estação de Metrô Bom Juá, foi possível catalogar 6 propostas viárias distintas (temporalmente e espacialmente), que não se complementam, sendo elas: Proposta da FMLF/DMC Engenharia (2001); Mata Escura Plano de intervenção FAU-UFBA e ACOPAMEC (2005); Vídeo da Campanha de Antonio Carlos Magalhães neto para PMS, elaborado pela SINDEC (2012); Projeto FMLF/Setas (2013); PlanMob - Salvador (2017) e o Projeto FMLF/Hydros Engenharia (2018) e que foram analisadas e balizadas pelo presente trabalho.

As reuniões de aproximação com as lideranças locais aconteceram com o apoio da ACOPAMEC, que colaborou cedendo espaço para reuniões, convidando e engajando a comunidade, por meio do Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura, onde a equipe foi apresentada, o plano de trabalho e o cronograma de atuação, no presente biênio. As lideranças mais atuantes durante os encontros foram: Lenilson Bento, Joice Christina, Angela Bacelar e Cosme Chineles, que articularam com os Profissionais Residentes para contato com os moradores e novas entidades que se interessaram pelo projeto ao longo do processo, expandindo a ideia do Parque.

Para as oficinas de contato com a comunidade os principais locais foram a sede da ACOPAMEC, a Escola Estadual Marileine da Silva, antiga Márcia Meccia, recebendo apoio da direção e dos professores, e o CSU Narandiba, onde foi apresentado o projeto para as lideranças dos bairros do entorno, criando novos “Guardiões” para esse espaço, em parceria com a Odeart e CAMA.

Tabela 3. Atuação da 3ª Edição da Residência AU+E

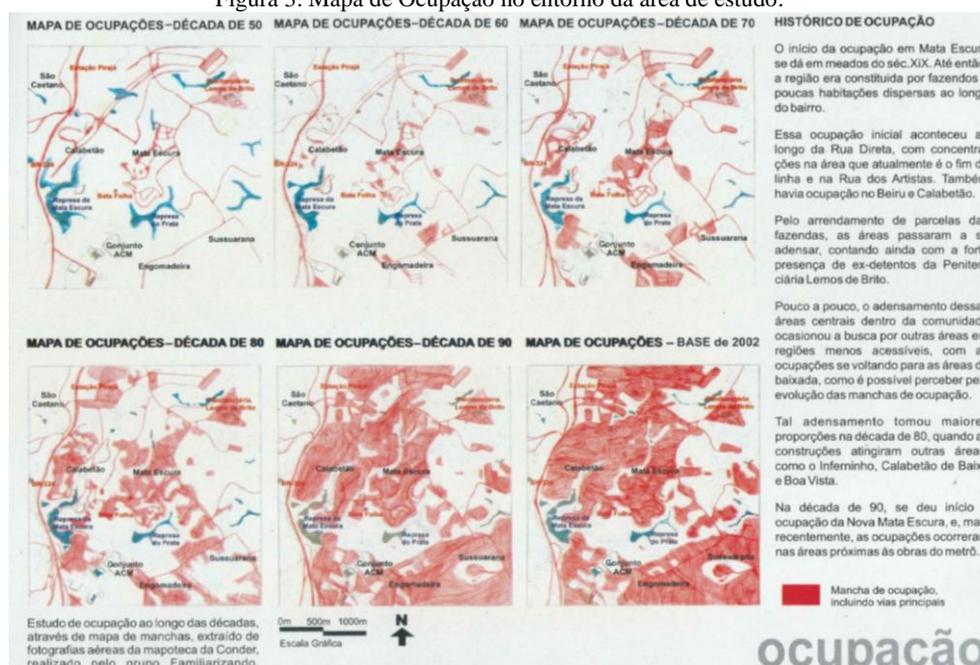
DATA	EVENTO
10/jan/18	Primeira reunião na ACOPAMEC - Resposta à comunidade sobre a continuação do trabalho da RAU+E
22/mar/18	Participação no Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura - Apresentação do Projeto do Fim de Linha pela SEMAN
27/mar/18	Visita de campo - Percurso ACOPAMEC / Estação de Metrô do Bom Juá
06/abr/18	Segunda reunião na ACOPAMEC - Apresentação da Rau+e e do CAMA
29/abr/18	Participação no Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura - Apresentação da Proposta da Rau+e 2018
04/mai/18	Visita ao antigo Horto com a Secretaria Cidade Sustentável (SECIS)
11/mai/18	Oficina 01
20/mai/18	Adiamento da Oficina 02 - Paralisação dos Rodoviários
23/mai/18	Greve dos Rodoviários
24 a 30/mai/18	Greve dos caminhoneiros
06/jun/18	Contato do candidato a Deputado Estadual, Robson Almeida, através do Pastor Eli
07/jun/18	Oficina 02
14/jun/18	Oficina 03
15/jun/18	Participação no evento "Dialogando sustentabilidade", organização Odeart e CSU Narandiba
12/jul/18	Reunião com a HYDROS (Abordagem da Hydros sobre a via de vale)
22/jul/18	Visita de Campo – Participação do evento “Trilha Ecológica no Parque de São Bartolomeu”
26/jul/18	Participação no Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura
21/set/18	Visita de campo – Percurso Estação de Metrô Bom Juá até o campo de futebol do Arraial do Retiro
25/ago/18	Evento do Conexão Cidadã
27/ago/18	Roda de conversa com o grupo Adolescer com Arte
30/ago/18	Participação no Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura
20/set/18	Roda de Conversa com o Conexão Cidadã
29/set/18	Visita de campo – Campos de Futebol dos Condomínios Recanto Verde e Santa Edwigens
03/out/18	Apresentação do projeto da Hydros, para a comunidade da Mata Escura
11/out/18	Roda de Conversa – Apresentação: Eixo Microacessibilidade na Escola Marileine da Silva - Participação do Conexão Cidadã
13/out/18	Participação de representante da comunidade de Mata Escura na oficina de Adesivação do V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (ENANPARQ)
23/out/18	Oficina 04 - Potencialidades de novas áreas ao Plano de Manejo

Fonte: MEIRA, 2018, com adaptações pelo Autor.

2.2. BREVE HISTÓRICO DO LOCAL

Para uma compreensão rápida do avanço da ocupação da área em estudo, que na década de 1980 era um vazio, segue abaixo o Mapa de Evolução da ocupação do espaço ao longo das últimas décadas (período de 1950 a 2002), no entorno das Represas do Prata e da Mata Escura, onde se localiza o Parque Theodoro Sampaio, Figura 3, reproduz a partir de GORDILHO-SOUZA, SILVA e ROLIM (2005).

Figura 3. Mapa de Ocupação no entorno da área de estudo.



Fonte: GORDILHO-SOUZA, SILVA e ROLIM 2005

Traçando o breve histórico dos bairros apresentados no item 1.1 que estão no entorno do Parque é possível entender melhor o processo de desenvolvimento local da região. (Tabela 4.)

Tabela 4. Breve Histórico dos Bairros do entorno do Parque Theodoro Sampaio

BAIRRO	BREVE HISTÓRICO
ARRAIAL DO RETIRO	O bairro começou como uma ocupação na década de 90, quando em meados de 1995, um deslizamento de terra numa encosta matou trinta e uma pessoas, deixando varias famílias desabrigadas. Esse episódio provocou a intervenção dos Orgãos públicos, como a URBIS, levando mais infraestrutura ao Bairro.
BARREIRAS	Até a década de 70 essa região era coposta por chácaras e casas térreas com grandes quintais, quando começaram a ceder espaço para a construção de conjuntos habitacionais. É o bairro onde hoje é via de acesso para a Ocupação Nova Esperança que reside dentro do Horto Florestal há 10 anos. Há também uma fonte natural de água, muito utilizada pelo Terreiro Iba Oji Tundê e pelos moradores.
CALABETÃO	O local começou a ser ocupado na década de 60, com a ocupação da fazenda Teodoro Ferreira da Cruz, as margens do Tio Azacá, que hoje é poluído, sendo margeado pelo rio Camarajipe, Se desenvolvendo para uma pequena comunidade a margem da BR-324. O nome Calabetão remonta a duas histórias, uma associada ao candomblé da Ialorixá Maria Calabetan, e a outra conta que desde de 1964, advindo da fazenda Kalabetan.
JARDIM SANTO INÁCIO	O local teve inicio através da implantação de um conjunto habitacional financiado pela Caixa Econômica Federal – CEF no início dos anos 1980, o que provocou a proliferação de ocupações espontâneas, dando a cara que o bairro possui atualmente. O Jardim Santo Inácio é cortado pelo Rio Azaca, afluente do Camarajipe.
MATA ESCURA	Como o nome sugere, Mata Escura era uma densa floresta até o inicio do século XX, tendo pouquíssimas casas, sendo sua urbanização só ocorreu depois de um longo processo de ocupações. Com a inauguração da penitenciaria Lemos de Brito nos anos de 1950, acarretou num crescimento acelerado Em virtude das famílias de presos vindos do interior do estado. Inicialmente, as famílias que se estabeleciam no bairro pagavam anualmente o foro ou laudêmio, pela aquisição do terreno, àqueles que um dia foram os donos de toda a área, Maximiniano da Encarnação e Manoel Muniz; com a morte de Maximiniano e a rápida ocupação do bairro, essas taxas deixaram de ser cobradas.
SUSSUARANA	O se desenvolveu onde antes existia um remanescente de Mata Atlântica e uma fazenda abandonada, Fazenda Jardim Guiomar, que começou a ser ocupada irregularmente em 1982. Acredita-se que o nome do bairro foi inspirado na espécie de felino nativa da mata atlântica, que com o crescimento desordenado de Salvador fez com que esse remanescente de Mata Atlântica original desaparecesse.

Fonte: Elaboração do autor (2018), com base em SANTOS e et al

2.2.1. A HISTÓRIA DA ÁREA DO PARQUE THEODORO SAMPAIO NO TEMPO

A história do Parque começa com a venda das Fazendas Bate Folha e São Gonçalo para a Companhia do Queimado em 1880; posteriormente começou um conflito de propriedade de terra entre o Município de Salvador, a União representada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A legislação municipal já assumiu o local como área de Parque Urbano no PDDU 2008 e novamente na versão 2016; foi nesse período que começou a atuação do Eixo Áreas Verdes em RAU+E 2015/2016, que passou a estudar mais a fundo o local, trazendo elementos de direito fundiário, mobilidade e recursos ambientais.

Tabela 5. Histórico da área destinada ao futuro Parque Theodoro Sampaio.

ANO	EVENTO
1880	A Companhia do Queimado (CIA), comprou parte das Fazendas Bate Folha e São Gonçalo para construir as barragens da Mata Escura e do Prata, com o objetivo de possibilitar o abastecimento de água de Salvador.
1905	A responsabilidade da distribuição de água passa para o poder municipal, bem como as terras que pertenciam a esta Companhia, exceto 38 hectares ao sul da área
1910	As represas, do Prata e da Mata Escura, foram requalificadas pelo Engenheiro Theodoro Sampaio, para integrá-las à rede de abastecimento de água da cidade.
1956	Os 38 hectares ao sul da área, foram doados à União, MAPA, por meio da Lei Municipal Nº 670 de 23 de março de 1956, para a instalação do Horto Florestal, visando o fornecimento de mudas para a arborização da cidade.
1987	As Represas do Prata e da Mata Escura foram desativadas para abastecimento devido à baixa vazão e poluição, ficando sob os cuidados da EMBASA, por mais cinco anos.
1994	A área, de 38 hectares doada à União (MAPA) em 1956, foi cedida gratuitamente pelo prazo de 10 anos ao Município de Salvador, com o objetivo de implantação de programas de reflorestamento e educação ambiental.
1998	A Defensoria Pública da União/BA, determinou a demarcação do terreno da União, suscitando a possibilidade de se proceder ao cadastramento das ocupações irregulares do local.
2000	O Município de Salvador, por meio do Decreto Municipal nº 12.563 de 18 de fevereiro de 2000, declarou sem eficácia a doação feita a União em 1956, com o argumento de que o Horto Florestal se encontrava desativado, determinando assim a reversão do imóvel ao seu patrimônio por meio da “cláusula de reversão à doadora”. O registro desse ato foi levado a efeito em 13 de maio de 2000, no Ofício Imobiliário competente, sem qualquer notificação à União.
2004	Início da proposta de criação do “Parque Urbano de Mata Escura” elaborado pelo LTECS/Unifacs, com coordenação da Uneb, com o nome Parque Socioambiental Pierre Verger, abrangendo as áreas pertencentes ao Terreiro do Bate-Folha e Horto do Cabula, com Financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). Destaque em vários jornais da época.
2006	A União entra com o pedido de ação anulatória de ato administrativo contra o Município de Salvador, solicitando assim a anulação do Decreto nº 12.563/2000.
2008/09	Classificada na Lei nº 7.400/2008 - PDDU 2008, como Parque do Vale da Mata Escura e do Rio do Prata e a delimitação desse Parque Urbano foi elaborada e aprovada pelo Decreto nº. 19.753 no ano de 2009.
2011 a 14	Tramitou em julgamento a ação anulatória do Decreto Municipal nº 12.563/2000 e em 2014 surgiu um mandado de cancelamento do registro do Decreto Municipal nº 12.563/2000. Desocupação por parte do Município da área pertencente à União.
2014 a 18	Tramita a petição de reintegração de posse (processo número 0037948-48.2013.4.01.3300) para a desocupação do imóvel do Horto Florestal.
2015/2016	2ª Edição da Residência de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da UFBA estabelece um limite para o Parque Theodoro Sampaio, além de condições de propriedade da terra e possíveis acessos, com base em levantamento de documentações, estudos técnicos e pesquisa junto à comunidade.
2016	No PDDU de 2016 o ordenamento territorial da Macroárea de Estruturação Urbana, tem como estratégia a implantação do Parque Urbano da Mata Escura, seguindo as mesmas diretrizes do PDDU anteriormente exposto.
2017/2018	Residência RAU+E 3ª edição
2018	Requalificação da Lagoa do Arraial do Retiro
2018	Finalização do trabalho projectual da Hydros Engenharia para área da Represa da Mata Escura
2018	Visita de técnica da SECIS com o direcionamento de proposição do Parque.

Fonte: Elaboração com base (ARAÚJO 2016), e atualizado pela equipe RAU+E Mata Escura 2017/2018.

2.2.2. PROJETOS CATALOGADOS

Na presente edição da RAU+E 2017/2018, 3ª, foi elaborado um catálogo de projetos existentes e propostos para o futuro Parque, exposto no Anexo B, abrangendo proposta de diversas entidades, órgãos públicos e acadêmicos, da graduação a especialização, a fim de fortalecer a comunidade e atrair outros atores para a implantação do Projeto.

Tabela 6. Breve Histórico dos Projetos para área do entorno do Futuro Parque Theodoro Sampaio.

ANO	EVENTO
1998	Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para implantação do sistema integrado de transporte de Salvador - Metrô de Salvador da Coordenadoria de Projetos Especiais (CPE)/ Governo do Estado da Bahia/ PMS/ HIGESA. Estudos referentes à área do entorno da Estação de Metrô de Bom Juá.
2001	Plano de diretrizes urbanísticas para áreas de influência das estações de metrô de Salvador (Vol. 1 DIAGNÓSTICO e Vol. 2. PROPOSTAS da FMLF/ DMC Engenharia), que apresenta diagnóstico e propostas de intervenção viária e de mobilidade à área de influência da Linha 1, do Metrô de Salvador, da estação de metrô de Bom Juá.
2004	Proposta Parque Socioambiental Pierre Verger elaborado pelo Ltecs/Unifacs com coordenação da Uneb.
2005	Estudo e elaboração de “Mata Escura- Plano de Intervenção” (UFBA).
2008/09	Classificada na Lei nº 7.400/2008 - PDDU 2008, como Parque do Vale da Mata Escura e do Rio do Prata e a delimitação desse Parque Urbano foi elaborada e aprovada pelo Decreto nº. 19.753 no ano de 2009.
2009	Elaboração do “Termos de Referência para contratação de serviços de elaboração e complementação de Planos de Regularização para 04 (quatro) ZEIS-Zonas Especiais de Interesse Social no Município de Salvador”, que previa: Complementação do Plano de Ação Social e Gestão Participativa; elaboração do Plano de Urbanização; elaboração de legislação urbanística específica; elaboração de Anteprojeto de Canal e Via de Vale.
2013	Projeto da Setas de Regulamentação das ZEIS 44 e 45 Bate Folha (Mata Escura) e Calabetão, que contempla a Via de Vale da Mata Escura (ligação BR-324 a Mata Escura)
2013	Elaboração do “Termo de Referência para elaboração de Projeto de Urbanização de Assentamento Precário, em área situada na localidade Mata Escura, no Município de Salvador/BA”, que apesar de apresentar conteúdo semelhante, expõe outros objetivos específicos, diferentes do TR anterior.
2015	Construção e operação do trecho metroviário da Estação do Retiro- Estação Pirajá
2015/16	Atuação da Rau+e (UFBA), estabelece um limite para o futuro Parque Theodoro Sampaio, com base em levantamento de documentações, estudos técnicos e pesquisa junto à comunidade.
2016	No PDDU de 2016 o ordenamento territorial da Macroárea de Estruturação Urbana, tem como estratégia a implantação do Parque Urbano da Mata Escura, seguindo as mesmas diretrizes do PDDU anteriormente exposto.
2016	Durante campanha para Prefeitura, Antônio Carlos Magalhães Neto lança a proposta viária de ligação BR-324 a Mata Escura
2017	O Consórcio TTC/Oficina, através do CONTRATO SEMOB Nº 001/2017, dá início ao desenvolvimento do PlanMob. Este é finalizado em dezembro do mesmo ano, sem ser aprovado pela Câmara Municipal de Salvador.
2017	Retomada a atuação da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (UFBA)
2018	PMS realiza a requalificação da Lagoa do Arraial do Retiro, projeto elaborado pela FMLF e execução da SUCOP. Criação de área de lazer com deck, praça e parquinhos.
2018	Visita de técnica da SECIS com o direcionamento de proposição do Parque Urbano, segundo o PDDU.
2018	Apresentação do projeto da FMLF, elaborado pelo empresa Hydros Engenharia, para a via de vale de conexão entre Mata Escura e Estação Pirajá.

Fonte: Com base em levantamento da Equipe RAU+E Mata Escura 2017/2018

2.3. CONQUISTAS DA COMUNIDADE

A área em estudo começou a ter intervenções a partir do trabalho de extensão universitária da turma de Atelier V T02/2004 da FAUFBA, que posteriormente teve sua proposta aprofundada e registrada através da publicação “Mata Escura – Plano de Intervenção (2005)”. A UNIFACS, também entrevistou no local em parceria com a ACOPAMEC, através do projeto LTECS que durou até 2010, que resultou na publicação de uma cartilha sobre a proposta de criação do Parque. A UFBA, por meio da Residência

em Arquitetura 2015/2016, retomou a atuação no bairro em 2016, criando instrumentos e ferramentas para a continuidade e efetivação da proposta do futuro Parque Theodoro Sampaio, com ganhos efetivos para as lideranças locais.

Tabela 7. Principais conquistas da comunidade

CONQUISTAS	DETALHES
Mata Escura - Plano de Intervenção	A exemplo da construção de um processo em que as atitudes se somam, a publicação “Mata Escura- Plano de Intervenção”, serve de instrumento propositivo inicial para intervenções posteriores, como o Termo de Referência para contratação de serviços de elaboração e complementação de Plano de Regularização para a ZEIS da Mata Escura/Calabetão, em 2009.
Termo de Referência para regularização de ZEIS	Criação do Plano de Regulamentação das ZEIS 44 e 45 Bate Folha (Mata Escura) e Calabetão, em 2009. A posteriori é elaborado o Termo de Referência Regularização Fundiária de assentamento precário, que tem as ZEIS da Mata Escura/Calabetão como área de intervenção e demonstra elementos do Termo de Referência anterior (2013), com modificações, principalmente nos Objetivos Específicos.
LTECS/UNIFACS	Criado pela UNIFACS, (2007-2010), o grupo de extensão realizou diversos estudos e articulações com diversas entidades para implantação do Parque Theodoro Sampaio, tendo colaborado com a ACOPAMEC para criação do Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura, que ainda perdura, e criação de material teórico para divulgação da proposta.
RAU+E 2015/2016	O Eixo Áreas Verdes (2016) estabelece avanços na delimitação, zoneamento em unidades de paisagem e compreensão do Parque, em uma construção participativa e coletiva junto à comunidade, com parceria da ACOPAMEC e de lideranças de grupos e associações locais, servindo como base dos trabalhos da 3ª edição da RAU+E (2017/18), que se propuseram a dar continuidade ao processo iniciado. A 3ª edição contribui com propostas complementares às da edição anterior, continuando o processo de discussão e proposição para a implantação do Parque Theodoro Sampaio. Indo além, faz o levantamento dos projetos que ocorreram no entorno, contribui nas discussões de disseminação das ideias construídas anteriormente.

Fonte: Com base em levantamento da Equipe RAU+E Mata Escura 2017/2018

2.4. PROBLEMÁTICAS E SUAS DEMANDAS

2.4.1. CONFLITOS E BARREIRAS

Foi evidenciado pelas oficinas e visitas na comunidade necessidades e conflitos de planejamento ou comunicação no local, podendo ser listado:

- Necessidade de qualificação das conexões dos espaços em continuação às propostas de microacessibilidade formuladas por Leite (2016), sobretudo com a Estação do Metrô Bom Juá, uma vez que o percurso ocorre através de trilha, sem infraestrutura e com altas declividades.
- Maior discussão sobre as varias propostas viárias da Prefeitura, que apesar de dialogar com a comunidade, ainda existem pontos a serem tratados, como o desconforto para realocação de muitas residências para melhorar a infraestrutura local.
- Novas Estratégias para continuação dos trabalhos para implantação do futuro parque, que sejam viáveis para demarcação do local e para evitar as perdas de áreas por conta de conflitos locais ou do poder público.

- d) Proliferação de Ocupações e Aterros Irregulares, ocasionando o desmatamento e degradação da área verde do Parque Theodoro Sampaio, pela falta de fiscalização dos proprietários da área e por parte dessas famílias, a falta de lugar para morar, o que já ocasionou a perda de aproximadamente 24% da área total destinada ao Parque (2016).
- e) A comunidade convive com a presença do tráfico de drogas, o que aumenta o índice de violência, principalmente na área verde, utilizada como rota de fuga e esconderijo de criminosos, onde já houve roubos da fauna local e o que inibe os moradores a frequentar a área do Horto Florestal, enfraquecendo as trilhas que ainda existem pela falta de uso, fato que já foi destaque em jornais.
- f) Ineficiência da rede de saneamento básico é outro fator de degradação do Parque. A falta de manutenção da rede de esgoto existente pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), que segundo moradores, a rede que esta no perímetro dos conjuntos habitacionais, se encontra obstruída em alguns pontos, ocasionando vazamento de efluentes, contaminando a área e gerando mau cheiro desagradável;
- g) Falta de infraestrutura de saneamento das ocupações existentes no Parque, que canalizam seu esgoto diretamente nos corpos de água, o que afeta as nascentes do Rio do Prata, chegando a represa da Mata Escura, a assoreando e contaminando.
- h) Segregação espacial entre os moradores dos distintos bairros do perímetro da poligonal do Parque, devido à topografia, hidrografia e ocupações informais; criam barreiras ao livre acesso. Alguns limites são a propriedade do Terreiro Bate Folha, a propriedade do CETAS, a Represa do Prata e da Mata Escura, a Ocupação Nova Esperança¹ e as Antigas Pedreiras.

Figura 4. Ocupações irregulares na área pertencente ao MAPA.



Fonte: Acervo da equipe RAU+E – Eixo áreas Verdes 2016.

¹ Segundo visita realizada pela Polícia Federal, em março de 2016, foi registrada a existência de aproximadamente 350 famílias nesta localidade (MAPA, 2016). Em julho de 2016, ocorreu uma nova visita na área, desta vez realizada pela SUCOM, com o objetivo de fazer uma vistoria para análise de possível desmatamento e ocupação irregular (SUCOM, 2016). Em 2018 o processo de Regularização no Ministério Público Chegou deferiu que os proprietários devem Regularizar a Ocupação (Processo nº 37948-48.2013.4.01.3300).

2.4.2. DEMANDA E SUAS RAZÕES

A preservação da área verde juntamente com a herança cultural e biológica existente é uma das principais preocupações para a proposição do trabalho, sendo uma área reconhecida pela legislação vigente como destinada a criação de um Parque Urbano, com sua matriz biológica, bem como equipamentos e espaços para educação ambiental, esporte, arte e lazer, unindo as comunidades do entorno e sendo mais um ponto turístico para a cidade do Salvador.

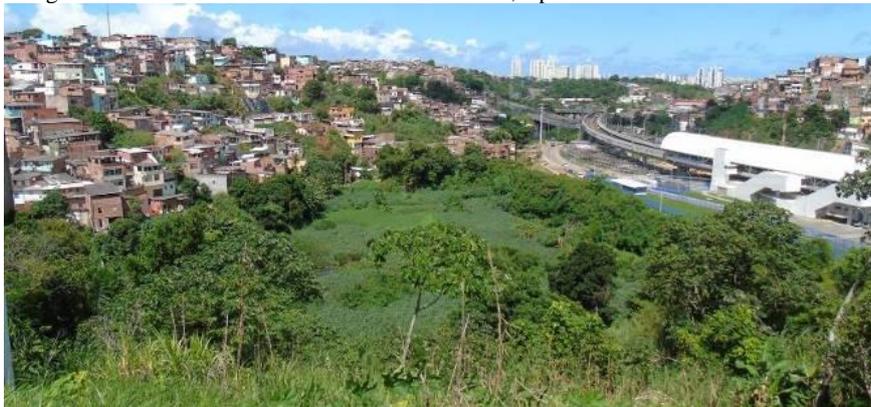
Figura 5. Registro do vale que divide os bairros de Mata Escura e Calabetão.



Fonte: Autor, 2018.

Inicialmente, foi apontada como demanda pelos representantes da comunidade, a área no entorno da Estação de Metrô Bom Juá, que vem apresentando conflitos com as diversas propostas viárias e intervenções que foram sendo apresentada a população, que começaram a questionar e mostrar suas problemáticas sobre essas intervenções, com a remoção de grande número de residências. Também à necessidade de qualificação das conexões espaciais em continuação às propostas de Leite (2016), sobretudo com a Estação de Metrô do Bom Juá, já que hoje o trajeto é feito através de trilhas, sem infraestrutura e com altas declividades.

Figura 6. Registro da conexão entre o Metrô e a comunidade, a partir da encosta do bairro da Mata Escura.



Fonte: Autor, 2018.

Também foi apresentada pela comunidade a preocupação para preservar o perímetro do Parque Theodoro Sampaio com os processos de intervenção dos órgãos públicos e dos vários focos de ocupação informal e aterros. Todos esses processos relacionados à problemática da efetiva implantação do Parque, que foi construído em parceria com a comunidade ao longo dos anos.

2.5. COMPLEMENTARIDADE E SINERGIA COM OUTROS ATORES

Nesse momento a área foco de estudo passa a ser objeto de intervenção por outras entidades de grande importância para o desenvolvimento local, um destes a Prefeitura de Salvador, que através da SECIS, começou um estudo para verificar a viabilidade da implantação do Parque, com base no PDDU 2016, com financiamento do Ministério das Cidades, onde acompanhamos a visita técnica a área do Horto e verificamos que conhecem como referência o trabalho desenvolvido pelo “Eixo Áreas Verdes” RAU+E 2015/2016, o que demonstra a importância do trabalho até aqui realizado pela UFBA. Outro grupo que está usando a pauta de criação do Parque como eixo norteador para desenvolvimento de sua ação na região é o CAMA/UNEB, que atua na região do Cabula, em parceria com a Odeart, cujo tema de trabalho enxerga a importância da área verde do Parque.

Ao mesmo tempo, para desenvolvimento do trabalho da equipe Mata Escura RAU+E 2017/2018, houve constante contato com os alunos da Escola Estadual Marileine da Silva, realizando oficinas durante a Jornada Pedagógica; Reuniões no Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura para discussão do trabalho, onde pudemos catalogar inúmeros projetos culturais próximos a comunidade, a exemplo do grupo Adolescer com Arte, que se tornou o principal parceiro, bem como Agentes da Negritude, Companhia da Mata e outros; além da aproximação com o CSU Narandiba. Participação do evento Transpondo barreiras em busca de seus limites, do grupo Conexão Cidadã, em Mata Escura e está presente na apresentação do projeto “Vale da Mata Escura” da Hydros Engenharia, cujo proponente é a FMLF/PMS.

Figura 7. Dinâmica durante a Jornada Pedagógica, 16 de abril de 2018.



Fonte: COSTA, 2018.

Figura 9. Abertura do evento Transpondo barreiras em busca de seus limites, 25 de agosto de 2018



Fonte: MEIRA, 2018.

Figura 8. Reunião de apresentação do Plano de Trabalho no Fórum de Des. Social da Mata Escura, 29 de abril de 2018.



Fonte: COSTA, 2018.

Figura 10. Visita com a SECIS a área correspondente ao Parque Theodoro Sampaio, 04 de maio de 2018.



Fonte: Autor, 2018.

Figura 11. Reunião do Fórum de Desen. Social da Mata Escura, presença da Residência AU+E, CAMA, Odeart, 06 de abril de 2018.



Fonte: COSTA, 2018.

Figura 12. Apresentação do projeto do Vale da Mata Escura, pela Hydros Engenharia, 04 de outubro de 2010.



Fonte: Autor, 2018.

Figura 13. Resultado obtido da oficina no V ENANPARQ, 13 de outubro de 2018



Fonte: Elaborado por representantes da comunidade com os Residentes e arte final - profissional desconhecido, V ENANPARQ, 2018.

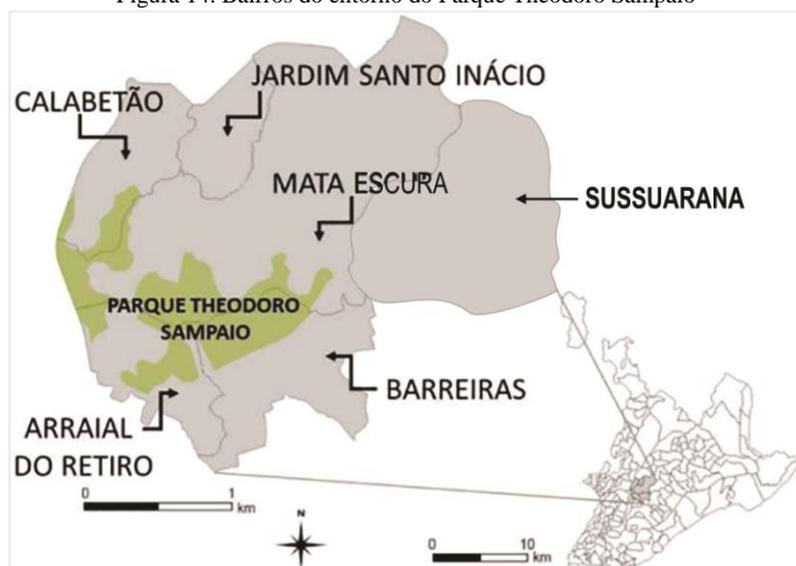
A comunidade também esteve presente nos eventos realizados na instituição, participando da Oficina: Adesiv(ação) pelo Direito à Cidade, V ENANPARQ, onde representantes das comunidades foram convidados para a discussão e desenvolvimento de instrumento de divulgação sobre a luta para implantação do Parque Theodoro Sampaio.

2.6. DIAGNÓSTICOS E RESULTADOS PRELIMINARES

2.6.1. O LOCAL

Localizado no miolo de Salvador, Prefeitura Bairro VIII - Cabulo/Tancredo Neves. A Poligonal do Parque Theodoro Sampaio definida pela equipe e RAU+E 2015/2016, faz fronteira ao Norte com os Bairros de Mata Escura, Calabetão, ao oeste pela BR-324, ao sul pelos do Arraial de Retiro e Barreiras, e ao leste pela Avenida Cardeal Avelar Brandão Vilela. Além de proximidade com Jardim Santo Inácio e Sussuarana. Em 2017 a prefeitura de Salvador por meio da Lei nº 9278/2017, delimitou 163 novos bairros e 8 localidades, que foi tomado como base para atualizar os dados socioeconômicos do entorno, bem como as bases definidas pelo IBGE, 2010, atualização 2016.

Figura 14. Bairros do entorno do Parque Theodoro Sampaio



Fonte: Equipe RAU+E – Eixo áreas Verdes 2016, atualizado pelo autor 2018.

2.6.2. DADOS SOCIOECONÔMICOS

O impacto que um Parque Urbano tem sobre a cidade como um todo é enorme, mas partindo do impacto imediato no seu entorno, que é abrangido 6 bairros que serão beneficiados e terão acesso facilitado por conta da proximidade, sendo a Estação de Metrô Bom Juá um importante ponto de acesso urbano que vai abrir o Parque para o restante da cidade. Estes que foram abordados pelo Eixo Áreas Verdes (2016) possuem juntos subespaços definidos por 85 setores censitários, com uma população de 71.306 habitantes. Numa área total de 558 hectares, possuindo densidade populacional de 12.779 Hab./Km², com renda média mensal de 2,42 salários mínimos por família, segundo dados do Censo 2010 do IBGE.

Tabela 8. População total residente, por sexo, segundo os bairros de Salvador, para 2010.

BAIRRO	POPULAÇÃO	MULHER (%)	HOMEM (%)	Densidade (Hab./ha)
Mata Escura	32.349	49,19	32.349	116,52
Arraial do Retiro	8.938	52,56	47,44	154,96
Sussuarana	28.809	52,04	47,96	186,30
Jardim Santo Inácio	8.670	52,86	8.670	232,51
Calabetão	7.298	52,01	47,99	124,15
Barreiras	17.960	53,41	46,59	197,06
TOTAL 6 Bairros	78.024			

Base: IBGE 2010, INFORMS (2016)

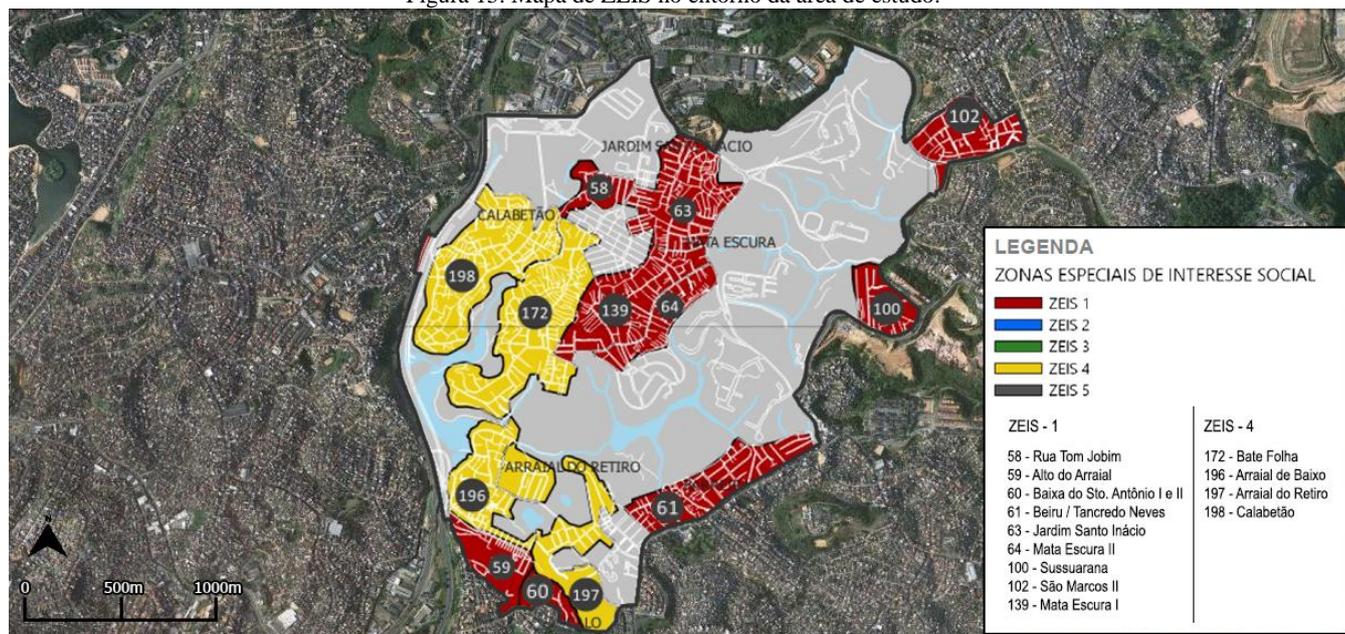
➤ ZEIS (Zona Especial de Interesse Social)

Segundo levantamento realizado no INFORMS (2016) é possível discriminar a população das ZEIS nas regiões do entorno do Parque, que totalizam 146.956 hab., na seguinte distribuição:

ZEIS 58 - Rua Tom Jobim (1.663hab.);
ZEIS 59 - Alto do Arraial (1.944 hab.);
ZEIS 60 - Baixa de Santo Antônio I e II (15.586 hab.);
ZEIS 61 - Beiru/Tancredo Neves, Santo Inácio3 (85.307 hab.);
ZEIS 63 - Jardim Santo Inácio (8.174 hab.);
ZEIS 64 - Mata Escura II (3.003 hab.);

ZEIS 100 - Sussuarana (2.014 hab.);
ZEIS 102 – São Marcos III (- hab.);
ZEIS 139 - Mata Escura I (6.184 hab.);
ZEIS 172 - Bate Folha (8.023 hab.);
ZEIS 196 e 197 - Arraial de Baixo e Arraial do Retiro (7.760 hab.);
ZEIS 198 - Calabetão (7.298 hab.);

Figura 15. Mapa de ZEIS no entorno da área de estudo.



Fonte: INFORMS (2016) – Elaboração - Eixo Áreas Verdes, 2016

2.6.3. AREA DESTINADA AO PARQUE

Á área verde de domínio pública destinada à implantação do Parque Theodoro Sampaio tem 84.69 hectares e mais 2,47 hectares pertencentes aos Condomínios Edwgens e Recanto Verde, que poderá ser uma área semi-pública de lazer, autogestionaria pelo corpo administrativo dos Conjuntos em parceria com o Poder Público. Desse total, 42,64 hectares são formados por remanescentes de Mata Atlântica, em uma área limítrofe entre os bairros supracitados. Apresenta uma topografia acidentada, cujo vale ainda abriga as represas desativadas do Prata e da Mata Escura, dispondo, entretanto de nascentes que fazem parte da Bacia Hidrográfica do Rio Camarajibe. Na área também funcionou o Horto Florestal do Cabula ou Horto da Mata Escura “chamada assim na tentativa de aproximação da comunidade da Mata Escura com o local, realizada pelo Eixo Áreas Verdes”. MARQUES 2016.

Para definição da delimitação do Parque pela Equipe RAU+E 2015/2016, Eixo Áreas Verdes, foram estabelecidos os seguintes critérios, tendo em vista as distintas delimitações:

“A redefinição dos limites do Parque, esteve baseada em critérios como: marcos encontrados na região; descrições expostas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU de 2008 e 2016); Decreto N°.19.753/2009 (Apêndice A); títulos de posse de algumas propriedades do entorno; Características físicas da região por meio da análise de imagens de satélite do Google Earth de 2015/2016; Áreas verdes contíguas e com importante valor ambiental; Mananciais; Topografia; Morfologia; Caminhos; Acessos; Fundo de áreas construídas; Áreas muradas; Vias, além de estudos técnicos, da consulta com a comunidade e das visitas a campo, para se chegar a uma delimitação final precisa da perimetral do Parque e sua área.” (ARAÚJO 2016)

Figura 16. Poligonal do Parque Theodoro Sampaio proposta pelo Eixo Áreas Verdes 2016



Fonte: Elaborado pela equipe RAU+E - Eixo Áreas Verdes, 2016, com base em ortofotos cedidas pela CONDER.

2.6.4. ASPECTOS HISTÓRICOS – CULTURAIS

As comunidades do entorno da Poligonal visitadas pela RAU+E nas duas edições que foram realizadas até o momento, apresenta uma riqueza de acontecimentos, instituições e coletivos que contribuiram grandemente com o desenvolvimento do trabalho e divulgação para criação de novos “Guardiões” para o Parque Theodoro Sampaio, descritas a seguir.

2.6.4.1. GRUPOS CULTURAIS

O bairro foco de intervenção, Mata Escura, possui uma diversidade de grupos que se completam na forma de atuarem no com seu entorno, com dinâmicas socioculturais que pregam pela identidade cidadã, musical e afro; demonstrando a potência que são, e poderão expandir ainda mais sua atuação com a implantação do Parque.

Tabela 9. Grupos e atividades culturais levantadas, com base em relato da comunidade.

GRUPOS E ATIVIDADES CULTURAIS LEVANTADAS				
ACOMPEC	Cia da Mata	Engenho de Dança	Adolescer com Arte	Liga da Mata Escura
Mata Citi	Disparo Rapp	Tarde Cultural	Bahianeses	Grupo Ramon
Viva Favela	Noite de Gala	Feira de Cultura	Cine das Folhas Sagradas	Mov. De Dança Quebradeira
Agentes da Negritude	Capoeira de Jean	Fanfarra Interativa	Fórum de Desenv. Social da Mata Escura	Odeart

Figura 17. Evento conexão cidadã

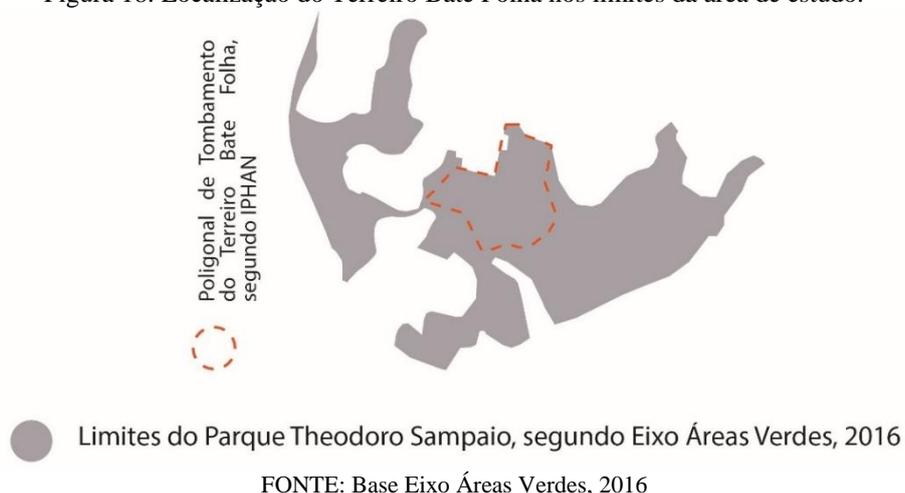


Fonte: MEIRA (2018)

2.6.4.2. TERREIRO

➤ Terreiro Bate-Folha

Figura 18. Localização do Terreiro Bate Folha nos limites da área de estudo.



FONTE: Base Eixo Áreas Verdes, 2016

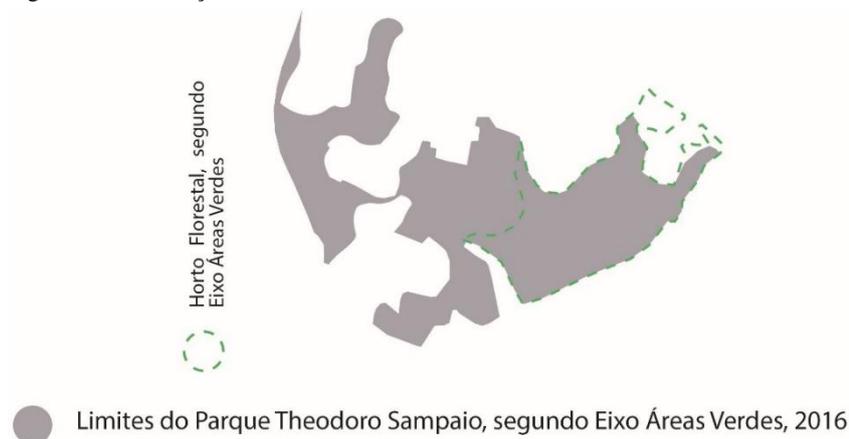
Com mais 100 anos de existência, o Terreiro do Bate-Folha ocupa uma área de 14,8 hectares, preservando uma densa área verde primitiva da Mata Atlântica, tendo sido tombado pelo IPHAN. Para esta área, no futuro Plano de Manejo deve ficar na Zona Histórico-Cultural.

“O Terreiro do Bate-Folha é o maior da cidade em termos espaciais e um dos mais antigos em atividade. Fundado em 1916, por Manoel Bernardino da Paixão, ou Ampumandezu, ocupa uma área de 14,8 hectares, pertencente à Sociedade Beneficente Santa Bárbara, que o representa civilmente. É dedicado ao Inquice Bamburucema, equivalente a Santa Bárbara entre os santos católicos e a Iansã nos orixás.

O trabalho com as folhas, cultivadas na mata sagrada (manhonga), deu nome ao terreiro. A valorização e o cultivo do conhecimento associado à flora pelos membros do terreiro fazem desse lugar, além de um centro cultural e espiritual, um espaço de preservação ambiental. O Bate-Folha destaca-se pela enorme área ocupada por remanescente da Mata Atlântica, cerca de 70% da área total, onde estão árvores sagradas centenárias.” (INFOPATRIMÔNIO 2018)

2.6.4.3. HORTO FLORESTAL CABULA

Figura 19. Localização da área do Horto Florestal Cabula / Mata Escura. FONTE: Base Eixo Áreas Verdes, 2016

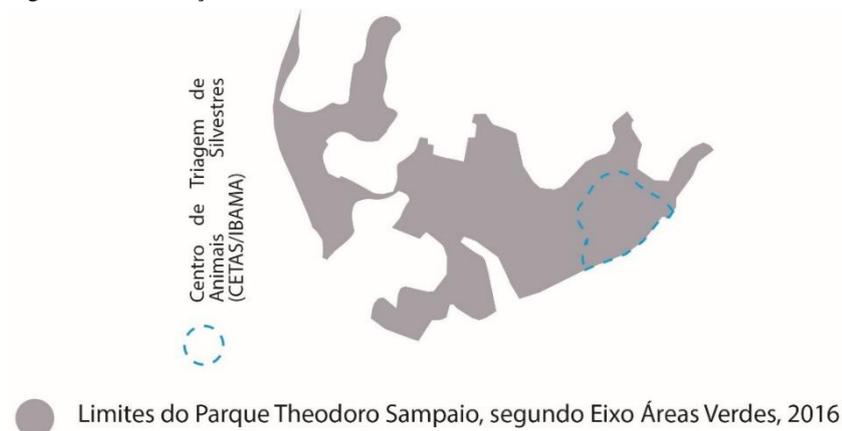


A Área Verde até hoje está na memória dos moradores como Horto Florestal do Cabula¹; este local foi doado ao MAPA em 1956, para essa função, sendo repassado por concessão de 10 anos a PMS em 1994. Nesta época, a área já sofria com problemas relacionados a ocupações irregulares, sendo que

em 2000 a PMS tenta devolver a posse a União sob a justificativa que o Horto estaria desativado, desde então a posse se encontra em litígio, com um processo paralelo de Regularização Fundiária envolvendo a Ocupação Nova Esperança corre no Ministério Público.

➤ CETAS

Figura 11. Localização do CETAS nos limites da área de estudo. FONTE: Base Eixo Áreas Verdes, 2016.



Em décadas passadas, o CETAS tinha proximidade com a comunidade, recebendo visitas e excursões, mas seu uso atual é voltado a receber animais silvestres por entrega voluntária, resgate ou oriundos de apreensão para recuperação e destinação por meio

de soltura ou encaminhamento para empreendimentos de fauna licenciados. Já tendo sido furtado, hoje sofre com falta de investimentos e segurança pública.

2.6.4.4. FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Oriundo de uma parceria entre LTECS/UNIFACS e ACOPAMEC, quando esta universidade atuou na região, o Fórum Desenvolvimento Social da Mata Escura se fortaleceu aos longos dos anos, sendo coordenado pela ACOPAMEC, com reuniões mensais, na última semana do mês, com encontros abertos à participação de pessoas e organizações. Tem o propósito de funcionar como uma instância consultiva à comunidade, mobilizando o desenvolvimento local e discutindo problemas, soluções e projetos para comunidade.

¹ Reconhecido como Horto Florestal do Cabula, a área durante as atividades do Eixo Áreas Verdes 2016 passa a ser chamada também como Horto da Mata Escura com a preocupação de criar um laço da comunidade do Bairro.

➤ ACOPAMEC

Criada em 1989, porta da Pastoral da Criança e da Pastoral do Menor, em 1994 teve inaugurado o Centro João Paulo II, espaço dotado de salas de oficinas, salas de aula e teatro, com uma área construída de mais de 3.000 m², tem forte presença no bairro, elaborando trabalhos voltados para o desenvolvimento social e fortalecimento da cidadania, priorizando cinco áreas de atuação: educação, saúde, abrigo, garantia de direitos fundamentais e formação de lideranças.

2.6.5. LEGISLAÇÃO ESPECIFICA DO LUGAR

Desde o PDDU 2008 a legislação municipal propõe a implantação do Parque Urbano da Mata Escura e na sua atualização, Lei nº 9.069 de 2016, reforça e dá novas diretrizes para sua execução.

➤ PARQUE URBANO (PU)

No seu **Art. 276**, o **PDDU 2016** conceitua Parques Urbanos como:

“... área pública extensa, dotada de atributos naturais, ou entronizados, significativos para a qualidade do meio urbano, para a composição da paisagem da cidade e como referência para a cultura local, destinando-se ao lazer ativo e contemplativo, à prática de esportes, atividades recreativas e culturais da população, à educação ambiental, e eventualmente, à pesquisa científica.” PDDU 2016.

E para sua concepção poderão incluir trechos urbanizados, dotados de mobiliário e equipamentos de apoio aos usuários que favoreçam a visitação e o desenvolvimento de atividades culturais e uso pleno do espaço público.

➤ GARANTIAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DA MATA ESCURA – PDDU 2016

Em Salvador atualmente existem 10 (dez) Parques Urbanos classificados e 3 (três) propostos para serem estudada a viabilidade; esses Parques existentes, excluindo os de São Bartolomeu e Pirajá, são próximos apenas aos bairros nobres da cidade, mas de modo geral, são distantes do Miolo da cidade (Figura 12). A localização desses Parques é um fator que dificulta o acesso a todos os moradores da cidade, principalmente os periféricos. No PDDU 2016, trás a luz a criação de mais um Parque, o do Vale da Mata Escura, para tornar possível que mais moradores tenham acesso a um equipamento de lazer natural e contemplativo, com acesso facilitado pela Estação de Metrô do Bom Juá.

Figura 20. Mapeamento dos Parques Urbanos em Salvador segundo o PDDU de 2016.



Fonte: Elaborado pela equipe RAU+E – Eixo Áreas Verdes, 2016.

Artigos específicos da legislação:

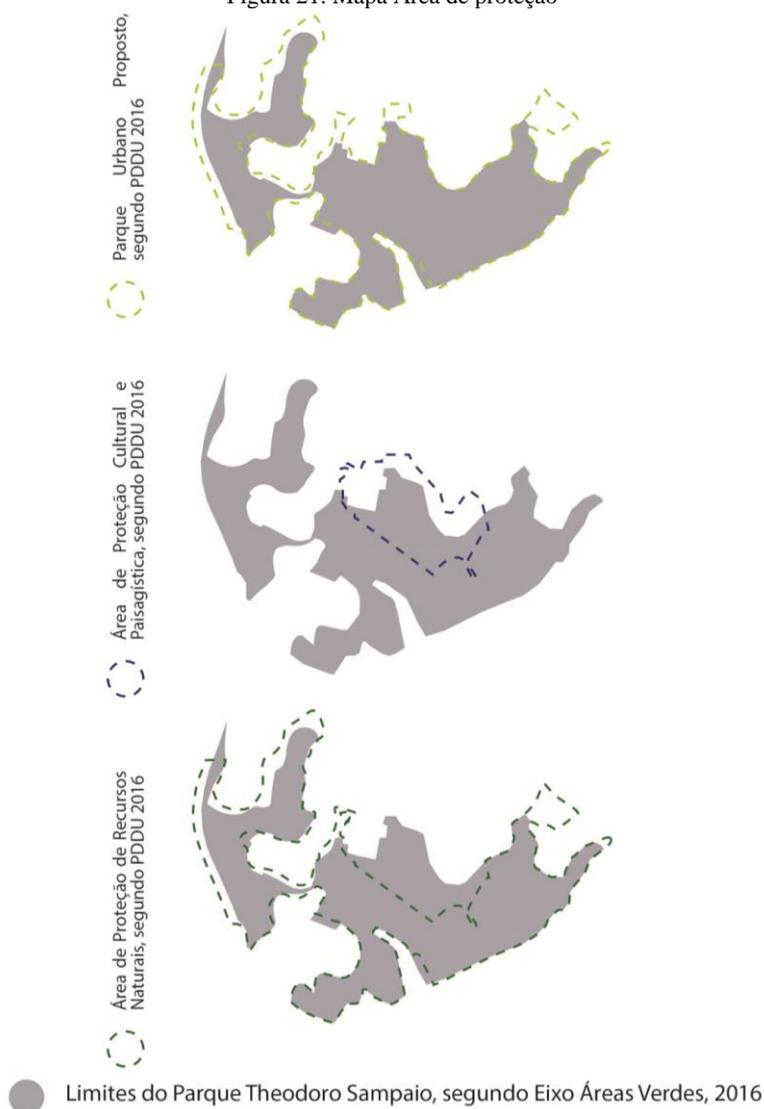
Art. 143. O ordenamento territorial da Macroárea de Estruturação Urbana tem como estratégias:

XIV - implantação do Parque Urbano da Mata Escura de forma integrada à estrutura urbana, respeitando as características ambientais e culturais do território e as práticas sociais pré-existentis;

Art. 278. Aos Parques Urbanos existentes serão incorporadas as seguintes áreas para efeito de implantação de novos parques, mediante estudo e projeto específico:

I - Parque do Vale da Mata Escura;

Figura 21. Mapa Área de proteção



➤ DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO

1) APRN - Áreas de Proteção aos Recursos Naturais

Em seu **Art. 267**, o PDDU 2016 elenca diretrizes específicas para definir zonas, estudos, áreas de preservação e demais itens para a APRN do Vale da Mata Escura, elencado abaixo:

Art. 267. São diretrizes para as APRN:

IV - para a **APRN** dos Vales da Mata Escura e do Rio da Prata:

- a) **zoneamento da APRN, com delimitação das áreas de preservação permanente e áreas de amortecimento, considerando o uso e ocupação do solo existente;**
- b) preservação da vegetação remanescente da Mata Atlântica, dos rios e áreas alagadiças, de forma compatibilizada e controlada com os usos de lazer, turismo ecológico, atividades culturais e como centro de referência para educação ambiental;
- c) **realização de estudos para implantação de Parque Urbano**, com tratamento urbanístico e implantação de equipamentos de recreação e lazer na área próxima à BR-324, integrados à Estação Bom Juá do Metrô;
- d) implementação de programas de recuperação ambiental, compreendendo a urbanização dos assentamentos precários urbanizáveis existentes na data da publicação desta.

2) PARQUES URBANOS

Por conta do Terreiro de Candomblé do Bate-Folha, a área é classificada também no PDDU 2016 como Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP) (Apêndices B); o que exige estudos específicos que contemplem essa complexidade do território, como descritos no **Art. 279 - §2º**:

Art. 279. São diretrizes para os Parques Urbanos:

- I.** elaboração de planos específicos objetivando a definição das atividades a serem desenvolvidas em cada parque, considerando os atributos ambientais existentes e sua fragilidade, de modo a compatibilizar a conservação ambiental com o uso para o lazer, a recreação, o turismo ecológico, atividades culturais e esportivas e como centro de referência para a educação ambiental;
- II.** tratamento urbanístico e paisagístico adequado às funções de cada unidade, que assegurem a conservação ambiental, a preservação e valorização da paisagem e dos equipamentos públicos instalados, a manutenção de índices altos de permeabilidade do solo e da vegetação adaptada para o sombreamento e o conforto ambiental;
- III.** adoção de medidas de controle de invasões e danos ambientais, com participação das comunidades vizinhas;
- IV.** implantação de programas para recuperação.

§2º Os estudos para implantação do Parque Urbano do Vale da Mata Escura deverão contemplar a complexidade dos territórios que o integram, suas interrelações e a relação com o entorno, o que envolve:

- I.** definição de usos e manejo sustentável compatível com os remanescentes de mata atlântica e a proteção cultural e paisagística do terreiro do Bate Folha, bem tombado pelo IPHAN;

- II. implementação de programas de recuperação ambiental, compreendendo a urbanização de assentamentos precários urbanizáveis existentes na publicação desta Lei, e o reassentamento das áreas não urbanizáveis a critério do Executivo;
- III. desenvolvimento de projeto urbanístico que possibilite a continuidade espacial e a integração dos subespaços localizados em cotas altimétricas diferenciadas, favorecendo o acesso e uso público;
- IV. implantação de equipamentos de esporte, recreação e lazer na área marginal à BR 324, integrados a estação Bom Juá do Metrô;

A SECIS - Salvador iniciou o Estudo de Viabilidade para implantação do Parque no início de 2018, com financiamento federal, tendo ocorrido uma visita conjunta com a equipe RAU+E Mata Escura à área do Horto Florestal, mas não foi dado prazo de previsão para finalização desse Estudo.

2.6.6. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA: USOS E OCUPAÇÕES NA ÁREA DO PARQUE

Tabela 10. Descrição dos usos e ocupações da área do Parque Theodoro Sampaio.

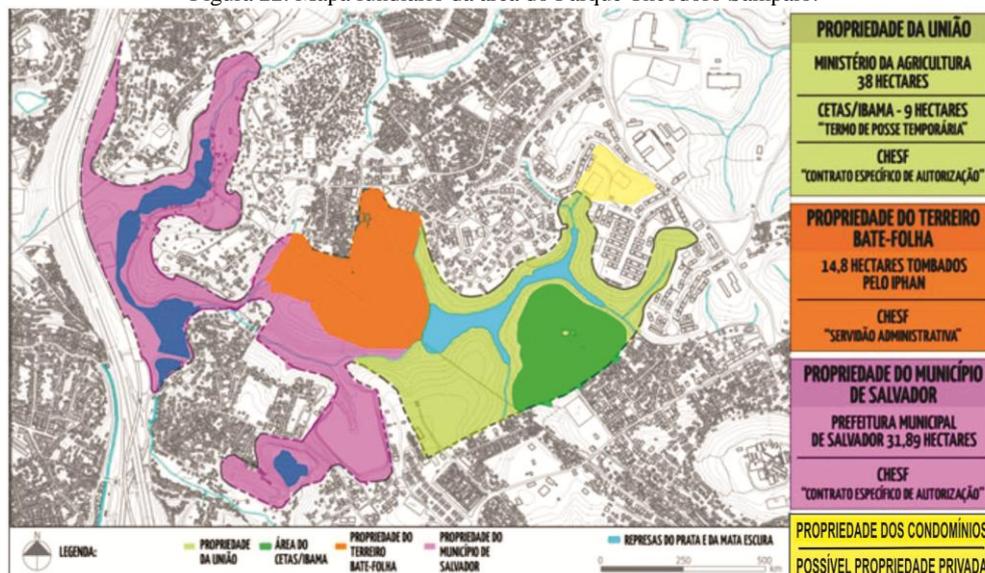
PROPRIEDADE FUNDIÁRIA DO PARQUE THEODORO SAMPAIO			
PROPRIETÁRIO	ÁREA (HECTARE)	USOS E OCUPAÇÕES	
UNIÃO	38 ha	INSTITUCIONAL	CETAS / IBAMA
			CHESF
			GALPÃO DO MAPA
		RESIDENCIAL	OCUPAÇÕES IRREGULARES
		ESPECIAL	REPRESA DO PRATA
MUNICÍPIO DE SALVADOR	31,89 ha	RESIDENCIAL	OCUPAÇÕES IRREGULARES
			HABITAÇÕES CONSOLIDADAS
		ESPECIAL	CAMPO DE FUTEBOL
			LAGOA DO ARRAIAL
			PEDREIRAS
INSTITUCIONAL	REPRESA DA MATA ESCURA		
			CHESF
TERREIRO BATE-FOLHA	14,8 ha	INSTITUCIONAL	TERREIRO DE CANDOMBLE
			CHESF
CONDOMÍNIOS	2,47 ha	ESPECIAL	CAMPO DE FUTEBOL

Fonte: Elaborado pela equipe RAU+E – Eixo Áreas Verdes, 2016, com atualização pelo autor, 2018.

Conforme pesquisa do Eixo Áreas Verdes, a área destinada ao Parque Theodoro Sampaio, caracterizadas na Tabela 10, possui quatro proprietários, são eles: União, por meio do MAPA; o Município de Salvador; o Terreiro de Candomblé Bate Folha e os Campos de Futebol pertencentes aos Condomínios Recanto Verde e Santa Edwigenes.

Com base nessa caracterização, conclui-se que 83% da área pertencem ao Poder Público, sendo especificamente 38% pertencentes ao Município de Salvador, que enquanto não tiver a propriedade sob seu domínio ou acordo firmado com a União, tendo em vista o propósito da implantação do Parque Urbano, não tem autonomia para atuar plenamente no local. O restante da área, 17%, pertence ao Terreiro Bate-Folha (Tombado pelo IPHAN) e 0,02% aos condomínios que se mostraram interessados em criar parceria com o Poder Público para integrarem ao Parque.

Figura 22. Mapa fundiário da área do Parque Theodoro Sampaio.



Fonte: Elaborado pela equipe RAU+E – Eixo Áreas Verdes, 2016, atualizado pelo autor em 2018.

Quando se refere aos usos, chama a atenção usos como o CETAS/IBAMA (Termo de Posse Temporária¹), que utiliza área da União; a CHESF, que utiliza área do Terreiro Bate Folha (Servidão Administrativa²), União e Município de Salvador (contrato específico) para as linhas de transmissão de alta tensão; o que demonstra a viabilidade para criação de parcerias para entre diferentes Órgãos para implantação do Parque.

A na área também a presença de habitações irregulares, ao redor da Represa da Mata Escura, em área do Município e entre Galpão do MAPA e a Represa do Prata, Ocupação Nova Esperança, que possui um processo de Regularização Fundiária no Ministério Público; além dessas foi identificado uma nova Ocupação, com venda de terrenos irregulares, numa área entre o CETAS/IBAMA e o Condomínio Recanto Verde, em estágio inicial de Ocupação. Essas ocupações estão ocorrendo de forma constante, sem impedimento do respectivo proprietário da terra, o que provoca a perda de vegetação nativa e poluição da área pela falta de infraestrutura de saneamento básico dessas ocupações irregulares.

Figura 23. Croqui de localização dos usos e ocupações da área do Parque Theodoro Sampaio.



Fonte: Elaborado pela equipe RAU+E – Eixo Áreas Verdes, 2016.

1 Termo de Posse Temporária: é um documento no qual consta as condições de detenção do imóvel por tempo determinado.
 2 Servidão Administrativa é o direito real público que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo.

3. PESQUISAS, OFICINAS E METODOLOGIAS NA PROPOSTA COLETIVA DE ASSISTÊNCIA

3.1. PESQUISAS E DIRETRIZES COLETIVAS

Fazendo referência e continuação aos trabalhos anteriores da RAU+E, principalmente os desenvolvidos pelo Eixo Áreas Verdes, foram adotadas diretrizes para coleta e organização de dados para complementar e atualizar as informações, além de levantar os elementos necessários para o desenvolvimento do trabalho da Edição atual da RAU+E, colaborando para o avanço para implantação do Parque; foram elas:

Diretrizes

- 1) Levantar propostas/projetos existentes para o local;
- 2) Avaliar a proposta da PMS para a Via de Vale;
- 3) Analisar os potenciais e as vulnerabilidades no contexto do futuro Parque Theodoro Sampaio, considerando a Via de Vale, o acesso à Estação de Metrô do Bom Juá e a Av. Cardeal Avelar Brandão Vilela;
- 4) Observar a transição do modal metrô, para a área do Parque e entorno, preocupando com a escala da proposta da ligação BR-324 a Mata Escura, observando a escala humana com a criação de espaços adequados para pedestres e ciclistas;
- 5) Estimular modos não motorizados de mobilidade para a área, através de proposta de microacessibilidade integrada aos projetos levantados para a e do transporte coletivo no local;
- 6) Tipificar modelos existentes de equipamentos semelhantes (parques, diques, etc.), para determinar os pontos positivos e negativos dos métodos de acesso;
- 7) Auxiliar os “Guardiões” na disseminação da ideia do Parque e fornecer instrumentos para o entendimento da proposta;
- 8) Conscientizar e consolidar o potencial ambiental e de equipamento comunitário da área de estudo;
- 9) Preservar/fortalecer dinâmicas do uso do espaço existentes;

3.2. MEIOS E PROCESSOS ADOTADOS NA PROPOSTA COLETIVA COM A COMUNIDADE

A atuação foi pautada na troca de experiências entre os assistentes técnicos e os líderes comunitários para tomada de decisões, formatação das atividades e cronogramas de tarefas, com constantes trocas de informações através do grupo de Whatsapp criado na edição anterior da RAU+E 2015/2016, que permanece ativo e atuante no engajamento dos seus membros.

Para registro e investigação de critérios objetivos do trabalho coletivo e individual, foram aplicados questionários sobre os temas: cultura cidadã e necessidades de equipamento; áreas verdes e educação ambiental; acessibilidade e mobilidade.

Os meios de contato utilizados durante o processo foram: Digital (whatsapp e e-mail); reuniões, visitas guiadas e oficinas.

➤ **DIGITAL**

Os aplicativos de troca de mensagem se popularizaram muito nos últimos anos; tendo sido utilizados desde o início da atuação da Equipe Mata Escura RAU+E 2015/2016, que na época também criaram um blog e uma página na rede social Facebook para divulgar as ações efetuadas para o público em geral. O grupo da edição 2017/2018, continua usando estas plataformas, ampliando sua atuação depois da Oficina Adesivação, onde a comunidade se interessou pela criação de um perfil na rede social Instagram para mostrar as belezas naturais do Horto e dos bairros do entorno e um perfil para o Parque Theodoro Sampaio no Facebook.

➤ **REUNIÕES**

As reuniões ocorriam de duas formas, as planejadas, dentro do Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura ou na Escola Estadual Marileine da Silva, onde o grupo expunha o trabalho desenvolvido para as lideranças e as reuniões onde éramos convidados por um membro da comunidade ou outra entidade a participar.

Para não desgastar a comunidade, as reuniões ocorrerão em momentos oportunos e sempre em acordo com as dinâmicas habituais das entidades parceiras. A primeira reunião foi para o primeiro contato no início do trabalho, já a segunda foi marcada para apresentação do Plano de Trabalho no Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura, ocorrendo outras para apresentação da evolução do trabalho, a partir dessas reuniões a comunidade passou a nos convidar para reuniões conjuntas com outras entidades, a primeira delas foi um convite para assistir o projeto da SEMAN para o Fim de Linha da Mata Escura; o segundo convite para auxiliar as lideranças da Mata Escura a disseminar a ideia do Parque Theodoro Sampaio e apresentar o trabalho do RAU+E no evento da Odeart, “Dialogando Sustentabilidade”, ocorrido no CSU Narendiba, onde foi possível colher informações de outras lideranças sobre seus desejos para o futuro Parque Theodoro Sampaio e conhecer a proposta do CAMA/UNEB, que tem como base de atuação a proposta do Parque.

➤ **VISITAS GUIADAS**

Com o intuito de conhecer as áreas que envolvem a poligonal de estudo e por questões de segurança e para aproximação com as lideranças locais, as visitas realizadas foram guiadas por moradores da comunidade que eram indicados de forma voluntária pelas entidades parceiras Equipe RAU+E Mata Escura 2017/2018.

Foram realizadas quatro, com propostas e percursos distintos. A primeira foi o percurso saindo da ACOPAMEC até a Estação de Metrô do Bom Juá; a segunda foi uma visita, acompanhada também por técnica e estagiários da SECIS, com o intuito de visitar a área do Horto Florestal; a terceira visita ocorreu com o percurso da Estação de Metrô Bom Juá até os Campos de Futebol do Arraial do Retiro,

com o intuito de verificar *in loco* as habitações e aterros que avançaram sobre a Represa da Mata Escura e um possível local para a se propor a criação da edificação que irá abrigar a Sede Administrativa do futuro Parque e a quarta visita a área dos Campos de Futebol pertencentes aos Condomínios Recanto Verde e Santa Edwigens com o intuito de verificar as potencialidades de integração dessa área ao Parque Theodoro Sampaio.

Figura 24. Primeira visita, observa-se trecho do Vale da Mata Escura



Fonte: COSTA (2018)

Figura 25. Segunda visita, onde se observa a área do Parque



Fonte: Autor (2018)

Figura 26. Terceira visita, Ladeira da Fonte da Bica



Fonte: RIBEIRO (2018)

Figura 27. Quarta visita, onde se observa o campo de futebol do Condomínio Santa Edwigens



Fonte: Autor (2018)

➤ OFICINAS

Sendo uma forma eficiente de coleta de informações e engajamento social, as oficinas na comunidade desempenharam papel importante para a troca de saberes entre os residentes e principalmente entre os jovens moradores da comunidade da Mata Escura que puderam colaborar para o enriquecimento da proposta.

Assim descritas:

a) OFICINA TIPO I – PROJETOS CONHECIDOS NO ENTORNO DO PARQUE

Com o objetivo de levantar projetos conhecidos pelos moradores, para que toda a comunidade ganhasse ciência para assim ter um meio para controlar e questionar as intervenções na área, essa dinâmica

envolveu os estudantes da Escola Estadual Marileine da Silva que demonstraram um grande conhecimento do entorno, citando respostas ao Quis que não se limitasse ao conceito formal de “projeto”, de acordo com o entendimento dos grupos sobre o tema proposto.

A metodologia adotada foi uma dinâmica, tipo Quis, onde os participantes foram divididos em dois grupos, onde em conjunto respondiam os projetos que conheciam relacionados aos temas: Cultural/Lazer/Esporte; Habitacional/Residencial; Saneamento/Ambiental; Mobilidade/Transporte; Equipamentos Urbanos; Segurança. Onde ganhavam pontos por projetos citados. Dessa oficina surgiu a importância da explicação de diversos termos técnicos utilizados pelo trabalho e por outras entidades que atuaram na região, dando origem ao Glossário (Apêndice A).

b) OFICINA TIPO II – MEUS PERCURSOS, O ENTORNO DO PARQUE THEODORO SAMPAIO

Objetivo dessa oficina era mapear os percursos feitos pelos moradores provenientes da Estação de Metrô e das suas residências, ao mesmo tempo, que se relacionava a área do futuro Parque Theodoro Sampaio, para assim os residentes colaborar ao propor suas intervenções.

A Metodologia utilizada foi a criação de diagramas pelos participantes em conjunto com uma breve explicação sobre seu desenho e sua relação com a área do Parque.

Em resumo o roteiro da Oficina se deu em 3 momentos: o primeiro foi uma discussão sobre as ideias a respeito do Parque; o segundo foi um treinamento, teste, da metodologia para explicar como seria a aplicação de diagramas para narrar os percursos; o terceiro os participantes construía seus diagramas de percurso conhecidos na área de Estudo e depois narravam.

Essa oficina tipo II ocorreu em dois momentos:

- 1) Num grupo menor na ACOPAMEC, onde foi validada a metodologia e demonstrou a necessidade de ajuste. Esse grupo pequeno teve alto nível de politização, o que direcionou a discussão para temas que provavelmente não seriam possibilitados se o grupo foi maior, tais como a falta de segurança pública e infraestrutura e presença de ocupações; e como esses elementos prejudicam os percursos e como torna a área de estudo uma bolha ou uma ilha isolada do entorno e de seus moradores.
- 2) O segundo momento, ocorreu durante a Jornada Pedagógica da Escola Estadual Marileine da Silva, onde os estudantes tinham liberdade de escolher as diversas atividades que estavam ocorrendo no dia. Esse grupo de estudantes tornou a dinâmica rica, por ser formados alunos de diversas localidades do Bairro, que levantaram informações do seu cotidiano, o que permitiu perceber que não são todos que sabem da existência de uma área verde dentro do bairro entendida como Horto ou Parque; que os familiares muitas vezes proíbem a circulação por certos locais do bairro, principalmente na área verde; que existe a carência de área de lazer no local e poucos se relacionam com as que existem; e alguns conhecem o percurso para o Metrô pela caminho que passa pela Represa da Mata Escura.

c) RODA DE CONVERSAS

As Rodas ocorreram na Escola Estadual Marileine da Silva e na ACOPAMEC (2 vezes). Tendo como objetivo apresentar e discutir itens pertinentes ao desenvolvimento das etapas do trabalho, com a utilização ou não de material gráfico de suporte; a discussão ocorria segundo pauta da reunião principal. Nos encontros foi possível expor o desenvolvimento das problemáticas encontradas e dinamizar a discussão entorno dos temas propostos, com a coleta dos relatos e exemplos presentes na comunidade.

d) OFICINA ADESIVAÇÃO – ESPECIAL DE PARTICIPAÇÃO NO ENANPARQ

Essa oficina foi realizada durante o Evento ENANPARQ, cujo objetivo era em conjunto com os líderes da comunidade, criar uma figura para divulgação da luta social, que no caso é a implantação do Parque Theodoro Sampaio. Num primeiro momento foi discutido em grupo figuras que representassem a comunidade, os bairros e o parque de forma inter-relacionada e no segundo foi momento, foram elaboradas proposta para escolha do adesivo, no ultimo momento os moradores apresentaram a figura escolhida para adesivação para as outras equipes participantes.

Essa oficina se mostrou rica ao demonstrar o entendimento dos moradores participantes sobre a proposta estudada e foi um fator catalisador que contribuiu para que membros que não puderam se envolver presencialmente na oficina, através do grupo numa rede social deram ideias para aprimorar a figura criada e tiveram a iniciativa de criar um perfil na rede social Instagram para que mais pessoas se envolvessem com a luta.

3.3. RESULTADOS OBTIDOS PARA A DEFINIÇÃO DOS PROJETOS ESPECÍFICOS

Considerando os resultados obtidos pelo processo (item 3.2), foi possível compreender a complexidade do tema a ser trabalhado, uma vez que:

- Faltam instrumentos que garantam a preservação da área verde do futuro Parque;
- A estação de Metrô do Bom Juá, encontra-se fora dos percursos pedonais da comunidade da Mata Escura;
- Na busca de identificação dos percursos do futuro parque, foi possível compreender que, no momento, a comunidade não se sente inserida na área de preservação, passando por desconhecimento e insegurança.
- Com base nas oficinas e questionários, foi possível entender: a importância do espaço enquanto potencial área de efetivação da melhoria de vida, uma vez que a amostragem questionada, levanta o uso para lazer, convivência e educação; a população mesmo desconhecendo a área e a luta pela efetivação do Parque, demonstra interesse na efetivação da área enquanto parque; e a falta de áreas de lazer e equipamentos que atendam as demandas da população, que atualmente está concentrada na ACOPAMEC e na Escola Estadual Marileine da Silva.

3.4. PROJETOS DE REFERÊNCIA E PROJETO ESPECÍFICO NO ÂMBITO COLETIVO

3.4.1. DIQUE DO CABRITO (comumente chamado de Dique de Campinas), Salvador-BA

Tabela 11. Informações sobre o Dique do Cabrito.

Localização	Entre os bairros de Marechal Rondon e Alto do Cabrito
Ano de Criação	1950
Ano de Inauguração	1951
Ano de Reforma	2017
Características da Reforma	Nova rede de drenagem, criação de passeio, asfaltamento da via, iluminação, desvio de esgoto, intervenções de paisagismo e reassentamento de habitações. O equipamento ganhou estruturas de madeira (pergolados) em eucalipto, anfiteatro para realização de pequenas atividades culturais, bancos modulares de concreto e deck de madeira para observação vista do dique. Guarda-corpo, pista de cooper integram as melhorias, quatro quiosques para comércio e uma praça central com quara poliesportiva de 2.730 m ² .
Área do terreno	74.000 m ²
Preservação	Represa do Rio Camarajipe.

Fonte: SALVADOR (2017)

Em 2017 a prefeitura reinaugura a praça do dique do cabrito após a conclusão das obras de requalificação do dique. Antes disso o local sofria com o assoreamento do dique, infraestrutura de saneamento ineficiente, habitações que avançavam sobre o espelho d' água, vias de públicas de terra e alagamentos; problemas semelhantes aos encontrados no futuro parque Theodoro Sampaio no trecho da represa da Mata escura, que foi foco do trabalho da Hydros Engenharia, cuja a finalização do documento se dará a posteriori a esse trabalho.

Esse espaço também é um exemplo de cooperação técnica e financeira entre órgãos públicos distintos, tendo sido fruto de um acordo entre a CONDER e Prefeitura de Salvador, com um investimento de aproximadamente R\$ 500 mil. Onde a CONDER é responsável pela gestão da área entre os bairros de Marechal Rondon e Alto do Cabrito. No Parque Theodoro Sampaio, a Gestão Compartilhada é um objetivo primordial para sua implantação.

Figura 28. Praça do Dique do Cabrito, após requalificação.



FONTE: (2017) Codesal

Figura 29. Imagem do Dique antes da Requalificação.



FONTE: Desconhecida

3.4.2. PARQUE DA CIDADE (Parque Joventino Silva), Salvador-BA

Dentre os parques urbanos da cidade de Salvador, o Parque da Cidade estabelece um exemplo rico em situações que merecem análise sobre o sucesso ou não das decisões de controle e funcionamento

tomadas. Nos últimos anos, o espaço se tornou notório pela realização de eventos, como o projeto Música no Parque e a Feira da Cidade, ou ainda pelas instituições e equipamentos presentes em seu espaço.

Tabela 12. Informações sobre o Parque da Cidade.

Localização	Entre os bairros da Santa Cruz e do Itaigara
Ano de Criação	1973
Ano de Inauguração	1975
Ano de Reforma	2014, pela PMS, através da SECIS
Características da Reforma	Substituição de muros por portões de acesso e novo gradil; 3.700 metros de pista existente no parque também foram recuperados, com ciclovia e novas placas de sinalização; Espaço permanente para oficina de grafite, o circuito de slackline, quadras de futebol, vôlei e a implantação de uma das maiores pistas públicas de skate do país; Três novos parques infantis integrativos – entre construídos e reformados; Foi montada a Praça Confúcio; Revitalização das obras Sala de Estar, Mosaicos e Jogo Capoeira, de Bel Borba, e Instabilidade, de Gabriel Fonseca; O Anfiteatro Dorival Caymmi, completamente reforma e ampliado;
Área do terreno	724.000m ²
Preservação	Área remanescente de Mata Atlântica e restinga. Diversas espécies ornamentais e frutíferas, por conta da transição da Mata Atlântica para as dunas. Árvores como Oiti, Ipê e Pau-Brasil, assim como jaqueiras, mangueiras e sapotizeiros

Fonte: SALVADOR (2016)

A relação que o Parque da cidade possui com seu entorno é bem diversa, ficando próximo de pessoas de classes sociais distintas, o parque é muito utilizado pela comunidade do bairro da Santa Cruz como passagem, “atalho”, para terem acesso aos equipamentos e o transporte, contudo tem conflito com os horários de funcionamento e controle de acesso do Parque; e pelas pessoas dos bairros de Itaigara e entorno como lazer. Pela sua proximidade com uma comunidade de baixa renda, o parque abriga em uma de suas edificações o Parque Social, instituição que presta serviços de apoio comunitário e social a comunidade, atendendo também pessoas de outras regiões da cidade com seus cursos gratuitos. Nessa área, aproveitando o potencial de gerar impacto social na comunidade próxima a prefeitura de Salvador pretende em 2019 criar uma nova edificação em container que vai abrigar startups sociais e negócios sociais que prestem serviços a preços acessíveis e de qualidade a população; todos esses aspectos podem vir a ser incorporado ou questionado ao futuro Parque Theodoro Sampaio.

Figura 30. Esquema da dinâmica de circulação interno no Parque da Cidade.



Fonte: Elaboração por MEIRA, com base em Ascom PMS, 2018.

3.4.3. PARQUE SÃO BARTOLOMEU, Salvador-BA

Tabela 13. Informações sobre o Parque São Bartolomeu

Localização	Subúrbio Ferroviário, zona norte de Salvador - BA
Ano de Criação	1974
Ano de Inauguração	1975
Ano de Reforma	2014
Características da Reforma	Requalificação dos equipamentos existentes, com criação de Creche e novos campos de futebol, urbanização e infraestrutura. Com entrega de 120 escrituras de imóveis para as famílias que foram remanejadas de moradias irregulares, antes dentro da área do parque.
Área do terreno	75 hectares.
Preservação	Remanescentes de Mata Atlântica, é extremamente diversificada, considerada uma das mais ricas do ponto de vista da diversidade biológica, com diversas cachoeiras, estando dentro da APA da Reserva do Cobre.

Fonte: Plano de Manejo PSB

O Parque São Bartolomeu (PSB) localizado no Subúrbio Ferroviário tem um histórico parecido com o Futuro Parque Theodoro Sampaio. Antes de sua requalificação o Parque sofria com a falta de saneamento básico, ocupações irregulares, assoreamento das nascentes e uma grande falta de segurança pública. Seu relevo também é bastante parecido, com vales e cumeadas, sendo seu perímetro contornado por habitações já consolidadas, que utilizam as trilhas para circularem entre os bairros.

Durante o período de assistência os residentes visitaram o local no evento “Trilha Ecológica Parque São Bartolomeu”, que ocorre uma vez no mês, a título de curiosidade, esse evento na data visitada atraiu cerca de 3000 mil pessoas, entre turistas, moradores e cidadãos da cidade de Salvador, o que demonstra o potencial que o Parque Theodoro Sampaio possui de atrair um público semelhante, principalmente por ter um acesso mais facilitado pela presença da Estação de Metrô do Bom Juá. Outro ponto importante é que as lideranças comunitárias da Mata Escura começaram a se consultar com o Conselho Gestor da APA da Bacia Rio do Cobre/São Bartolomeu, que administra junto com os líderes comunitários o Parque São Bartolomeu, trocando experiências para efetivação da sua luta.

Figura 31. Visita ao Parque São Bartolomeu durante o evento “Trilha Ecológica”. Vista ao lado da Represa Sete Quedas.

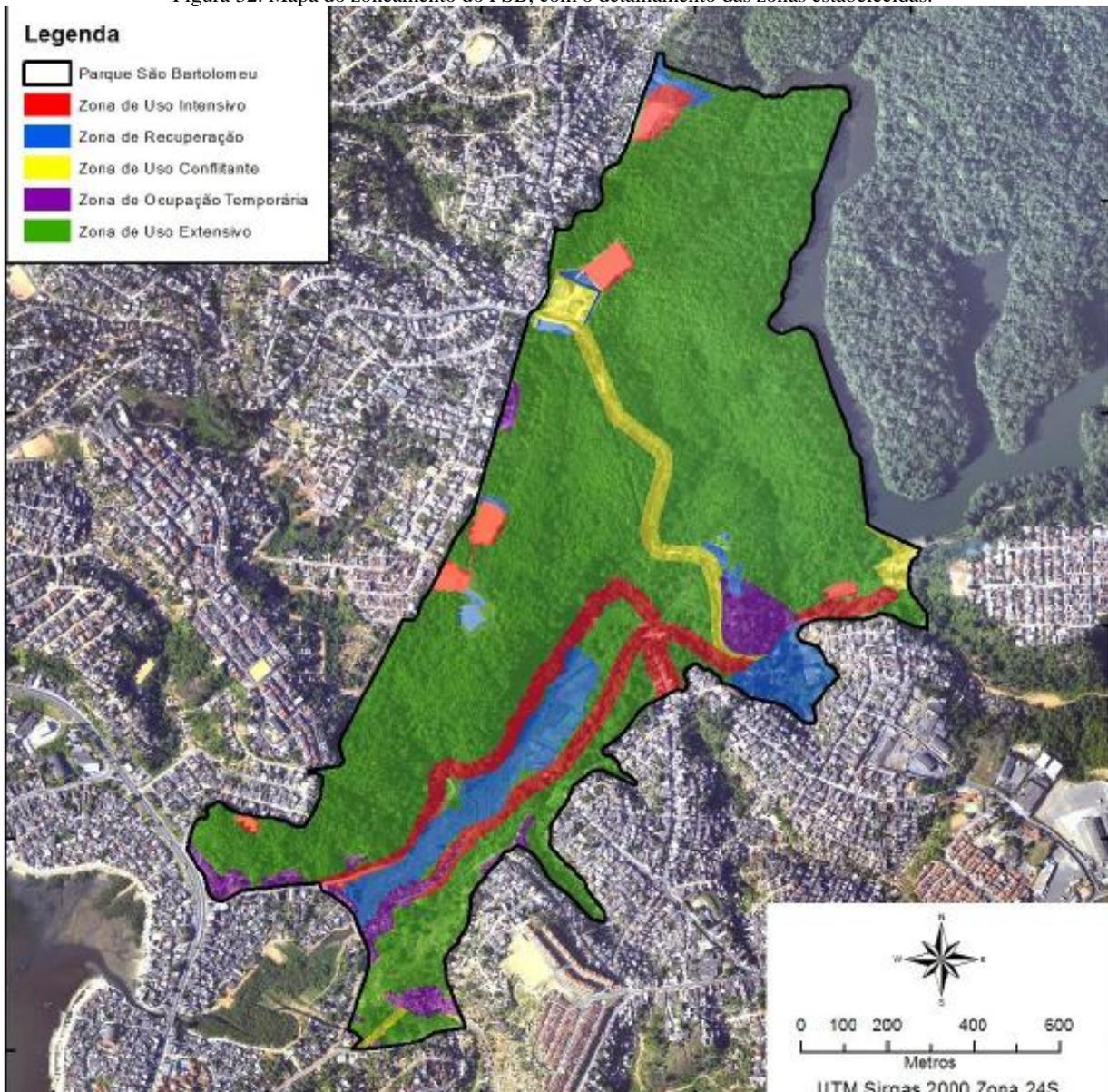


Fonte: Autor (2018)

O no que se refere à implantação do Parque São Bartolomeu, ele já existia desde 1974, contudo estava degradado até passar por requalificação realizada pelo Governo do Estado - 2014, depois que varias entidades e instituições lutaram para sua efetivação, contudo sua requalificação só foi efetivada após a comunidade brigar arduamente para confecção do Plano de Manejo e sua devida execução para garantir a preservação do Parque.

“por Lei cada área de preservação deveria ter um Plano de Manejo, o Parque e a APA”; “o povo não está pedindo nenhum favor”; “o Governo tem de cumprir com o seu dever Moral e Ético”; “acordamos a construção do Plano de Manejo da APA e até agora não se viu nada acontecer”; “como é que a Casa Civil faz uma promessa e não cumpre?”; “Nos não somos palhaços! “(ATA 25 nov.2011, fl.5, 6,7); “cobramos mais agilidade da SEMA na ação e trabalhos para com o Plano de Manejo”; “já tem um ano que foi assinado o convênio e ainda não saiu do papel”, (ATA 13 mai.2011, fl.2,3). PINHA, NCCL-2016

Figura 32. Mapa do zoneamento do PSB, com o detalhamento das zonas estabelecidas.



FONTE: Plano de Manejo - Resumo executivo PSB

3.5. EIXOS DE ATUAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

ESCALA MACRO:

- Eixo: PLANO DE MANEJO

Identificação: Estudo preliminar para Plano de Manejo do Parque Theodoro Sampaio.

Objetivo: Criar a base para que no futuro a elaboração do plano de manejo do Parque se torne uma realidade construída pela participação da comunidade.

ESCALA MESO:

- Eixo: MICROACESSIBILIDADE

Identificação: Estudo da integração entre a Mata Escura e a Estação de Metrô do Bom Juá, a partir do Parque Theodoro Sampaio.

Objetivo: Garantir o direito a cidade, a partir do acesso da comunidade às redes de transporte coletivo com maior qualidade e facilidade, contribuindo para a substituição da lógica de transporte que se encontra saturada e ineficiente no bairro.

- Eixo: MACRO ACESSIBILIDADE

Identificação: Estudo da transição entre a Estação de Metrô do Bom Juá e o futuro Parque Theodoro Sampaio.

Objetivo: Contribuir para o acesso em melhores condições ao futuro parque.

ESCALA MICRO:

- Eixo: EQUIPAMENTOS

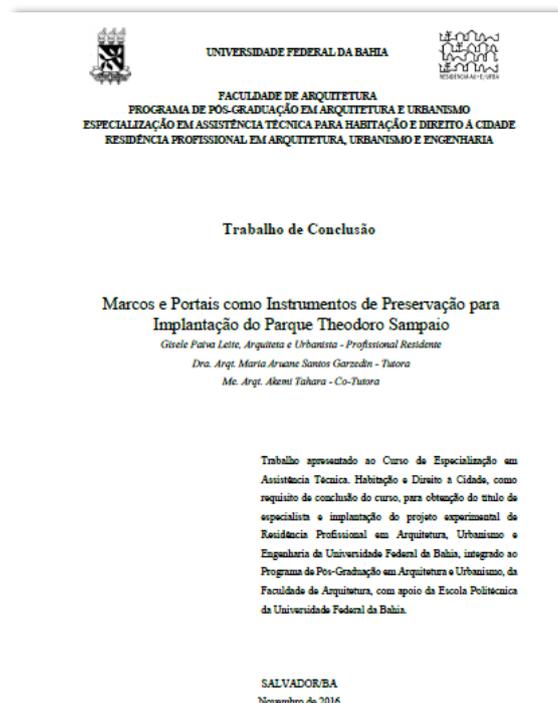
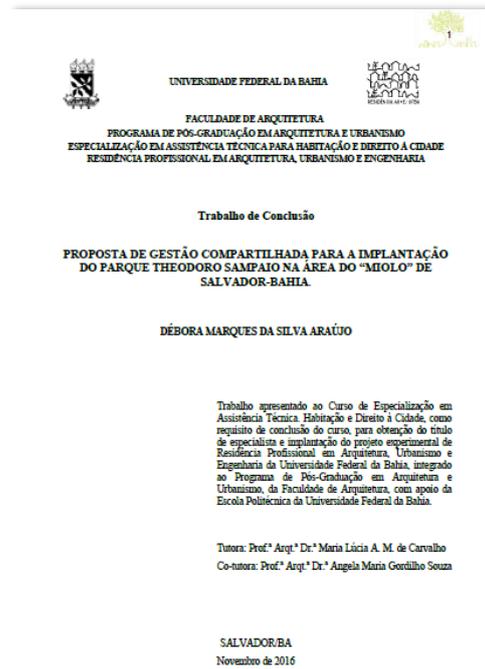
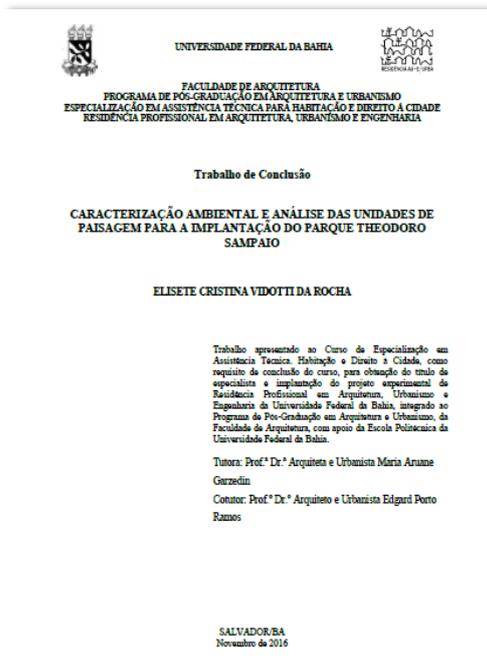
Identificação: Estudo para dotar o parque de equipamentos que atendam a aqueles que ingressarem o futuro Parque Theodoro Sampaio.

Objetivo: Criar a administração do parque, com espaços de apoio às atividades das comunidades.

4. PROJETOS ESPECÍFICOS, ABORDAGEM CONCEITUAL E DIAGNÓSTICOS, COMPLEMENTOS, ETAPAS DESENVOLVIDAS E OFICINAS ESPECIFICAS, PARA IMPLANTAÇÃO EFETIVA

4.1. METODOLOGIA ADOTADA PARA DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

Visto que já houve uma atuação anterior, buscou-se catalogar e analisar esses estudos com relação à implantação do Parque Theodoro Sampaio, assim desenvolvendo uma proposta que avance nesse objetivo. Respeitando os trabalhos realizados na Edição RAU+e 2016 - Eixo Áreas Verdes, listados abaixo, onde abordaram: gestão compartilhada, diagnóstico ambiental, propostas de equipamentos, marcos, portais e meios para garantir a preservação do perímetro do Parque Theodoro Sampaio.



4.2. OBJETIVO GERAL

Propor subsídio ao Plano de Manejo do Parque Urbano Theodoro Sampaio, localizado no “Miolo” de Salvador, ampliando a sua poligonal com base na Zona de Amortecimento.

4.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Buscar fontes de Financiamento Público e Privado para implantação do Parque;
- Elaborar oficina específica para apresentar a importância da elaboração do Plano de Manejo do Parque Theodoro Sampaio, abordando aspectos socioambientais e potencialidades para o entorno do Parque que podem implicar na ampliação da sua poligonal;
- Elaborar levantamento dos aspectos físico-biótico do Parque a partir dos Estudos e trabalhos já realizados, e listar elementos necessários a sua complementação;
- Verificar aspectos legais no âmbito federal e estadual para implantação do Parque;
- Promover a proposição para requalificação dos campos de futebol dos Condomínios Recanto Verde e Santa Edwigens para conversão ao uso semi-público e sua adição ao Parque Urbano.

4.4. JUSTIFICATIVA DO PROJETO NO ÂMBITO DA PROPOSTA GERAL COLETIVA, CONCEITOS ADOTADOS, DIAGNÓSTICOS E OFICINAS ESPECÍFICAS

4.4.1. JUSTIFICATIVA DO TRABALHO NO ÂMBITO DA PROPOSTA GERAL COLETIVA

Conforme descrito no decorrer do presente trabalho, a efetiva implantação do Parque Theodoro Sampaio, tem a princípio a preservação do meio ambiente, da recuperação dos recursos hídricos, reassentamento/regularização fundiária com requalificação das ocupações humanas informais, promovendo assim melhoria infraestrutura local.

A fim de complementar os estudos já elaborados e nortear outros estudos na áreas de entorno e internamente ao Parque, considerando os principais aspectos abordados pela comunidade durante a etapa coletiva e oficina específica, a temática das razões funcionais é abordada em:

Adequar o zoneamento elaborado pela Equipe Rau+e Mata Escura, Eixo área Verdes a Legislação Federal do Sistema Nacional de Unidades de Preservação (SNUP) e promover subsídios e diretrizes para elaboração do Plano de Manejo do Parque Theodoro Sampaio, adequando aos diferentes usos que hoje possui, traçando estratégias e criando mais uma ferramenta de luta pela implantação do Parque para sua efetivação.

4.4.2. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A identificação da área de intervenção para criação do Zoneamento Preliminar do Plano de Manejo, parte da poligonal do Parque definida pelo Eixo Áreas Verdes e da análise da sua íntima proximidade com a áreas dos Campos de Futebol dos Condomínios Recanto Verde e Santa Edwigens; que se localizam dentro da APRN da área destinada a criação do Parque no PDDU 2016, Figura 21. O terreno proposto tem grande potencial de se tornar uma área semi-pública, beneficiando o Bairro de Sussuarana e demais pessoas que chegarem ao Parque pela Avenida Cardeal Avelar Brandão Villela.

Figura 33. Poligonal do Parque Theodoro Sampaio, com pontos de atenção



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2018, com base em ortofotos GoogleEarth

4.4.3. BREVE CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE THEODORO SAMPAIO

Sendo um trabalho continuado, a presente Edição buscou trazer fatos novos sobre as condicionantes ambientais já levantadas em trabalhos anteriores¹. A caracterização ambiental começa pela condicionantes que interferem diretamente nos percursos que se fazem dentro do Parque, e interferem diretamente na utilização das trilhas e nos percursos pedonais, que é objeto de Estudo do Eixo Microacessibilidade, desenvolvido por MEIRA. Foram considerados para análise os critérios referentes à: vegetação; cursos d'água; insolejamento; pavimentação da rede viária.

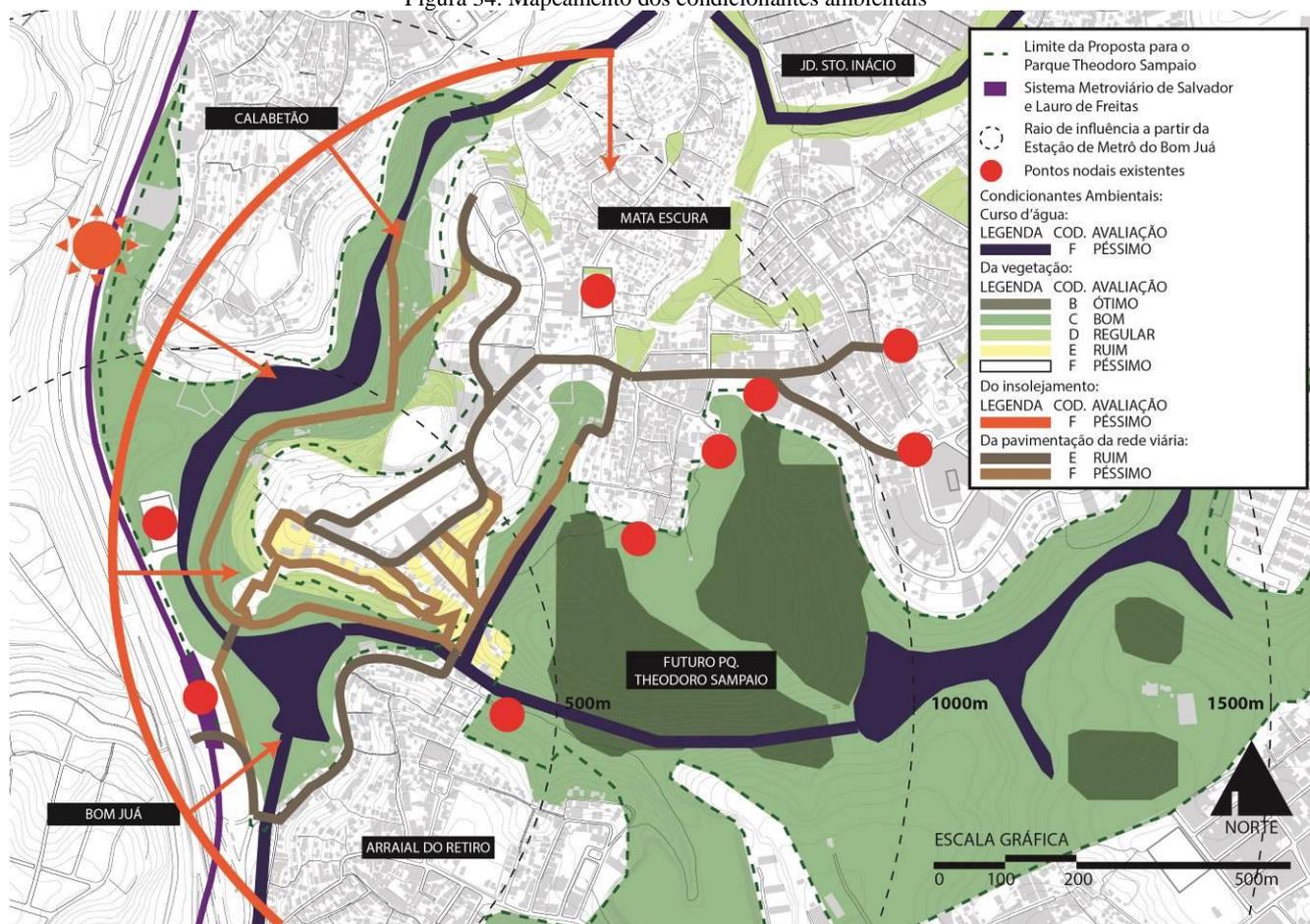
¹ Dissertação Rau+E 2015/16 - Caracterização Ambiental E Análise Das Unidades De Paisagem Para A Implantação Do Parque Theodoro Sampaio - Elisete Cristina Vidotti Da Rocha - 2016
Dissertação Rau+E 2015/16 - Marcos E Portais Como Instrumentos De Preservação Para Implantação Do Parque Theodoro Sampaio - Gisele Paiva Leite - 2016

Tabela 14. Critérios de avaliação

Critérios de avaliação de pavimentação
A- Pavimentação com excelente adequação ao local, com excelente drenagem.
B- Pavimentação com ótima adequação ao local, com ótima drenagem.
C- Pavimentação com boa adequação ao local, com drenagem insuficiente.
D- Pavimentação sem adequação ao local e com drenagem insuficiente.
E- Pavimentação impermeabilizante, sem adoção à critérios técnicos de execução e sem drenagem.
F- Ausência de pavimentação.
Critérios de avaliação de vegetação
A - Vegetação natural, em excelente estado de conservação.
B - Vegetação natural, em ótimo estado de conservação.
C - Vegetação antropizada, com bom estado de conservação.
D - Vegetação antropizada, em regular estado de conservação, com degradação.
E - Vegetação antropizada, com alto grau de degradação.
F - Não apresenta mais cobertura vegetal.
Critérios de avaliação de cursos d'água
A- Criação de microclima favorável ao trânsito e ao uso.
B- Criação de microclima favorável ao trânsito, mas apresentando pequenas barreiras. Ainda favorável ao uso
C- Criação de microclima, favorável ao trânsito, mas apresentando número moderado de barreiras. Ainda favorável ao uso.
D- Curso d'água com baixo índice de poluição, que limita o uso.
E- Curso d'água com assoreamento e poluído.
F- Curso d'água com assoreamento, poluído e risco de alagamento.

Fonte: MEIRA (2018)

Figura 34. Mapeamento dos condicionantes ambientais



Fonte: MEIRA (2018), com base na SICAR (CONDER) e no Google Maps (2018)

A Tabela 14 traduz no mapeamento (Figura 33) os critérios construído por MEIRA (2018), onde conclui:

- Grande parcela das vias da área de estudo se encontra impermeabilizadas por asfalto ou concreto, o que sugere observar as condições de drenagem das vias;
- Existe a fragmentação da vegetação ao nível do Parque, com a vegetação primitiva concentrada no Terreiro Bate Folha e no CETAS;
- O sistema viário no vale, está em contato aproximado com os cursos d'água, favorecendo a existência de microclimas confortáveis;
- O cursos d'água são um problema a ser solucionado, além da existência de áreas de riscos de deslizamento de terra e alagamento pela cheia do rio;
- As trilhas existentes não têm infraestrutura e são muito permeáveis, apresentando riscos ao transeunte em tempos chuvosos.

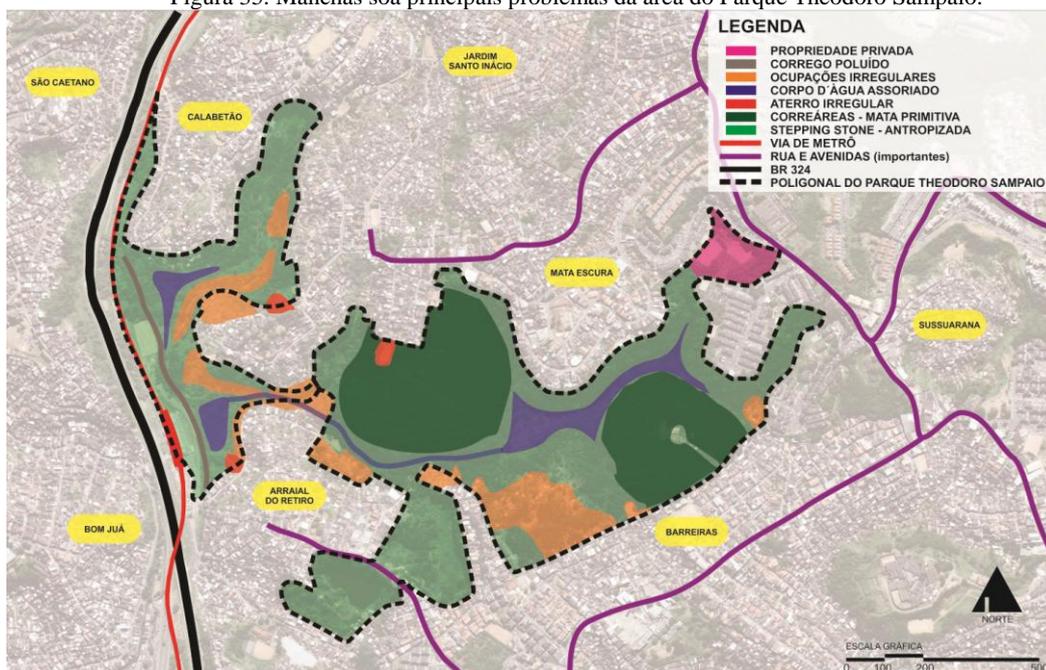
4.4.3.1. PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAS RELACIONADOS À PROPOSTA

Para implantação do Parque Urbano Theodoro Sampaio é necessário sanar os conflitos existentes que interferem diretamente na sua efetivação, sendo elas: falta de segurança pública, risco de alagamento, ocupações informais, aterros ilegais, desconhecimento dos moradores da importância da área, presença da linha de transmissão de energia e proposta viária de grande porte corta a área.

Conclui-se:

- Os bairros do entorno do Parque convivem com a intensa ação do tráfico de drogas, principalmente na região da encosta do Vale da Mata Escura e no interior da área verde de preservação, o que inibi a livre circulação dos moradores e será um fator inibidor para futuros usuários do Parque Urbano;
- A área do vale da Mata Escura e do Entorno da represa da Mata Escura encontram em área de risco de alagamento; devendo para ser ocupado sofrer intervenção para ter infraestrutura para tal;
- Ocupações irregulares e aterros ilegais se proliferaram dentro da área de preservação, devendo essas famílias serem reassentadas e a área recuperada;
- A elaboração do zoneamento final e demais equipamentos que venham a ser propostos para inserção na área de estudo deverá ser condicionada à existência das linhas de transmissão da CHEFS.

Figura 35. Manchas soa principais problemas da área do Parque Theodoro Sampaio.



Fonte: Elaborado pelo autor 2018.

4.4.4. OFICINAS COLETIVAS E INDIVIDUAL NO AMBITO DA PROPOSTA DO TRABALHO

As dinâmicas aplicadas nas oficinas coletivas trouxeram informações complementares aos trabalhos já realizados importantes para o entendimento das relações humanas com o meio ambiente do Parque; o que permitiram entender as seguintes questões:

- a) Mesmo após vários grupos distintos trabalharem a proposta da implantação do Parque Theodoro Sampaio, a comunidade do entorno desconhece a área verde, sendo descrita por vezes como “bolha” ou “ilha” (Oficina 04 e na visita ao CSU Narandiba) que aliado à falta de infraestrutura dos percursos existentes resulta na pouca utilização das trilhas do horto e contribui para sua degradação pela proliferação de ocupações irregulares.

Figura 36. Visita a área dos Campos de Futebol dos Condomínios



Fonte: Autor

- b) Na visita a área do campo foi possível perceber a diferença de cota existente no local, o que levanta dificuldades para implantação da infraestrutura, que pode encarecer a execução.
- c) A área é bastante utilizada pelos moradores de ambos os condomínios que compartilham a área;
- d) No local existe uma moradia irregular, que existe no local, segundo relatos de moradores, à +20 anos, devendo ser levada em consideração para elaboração da proposta de requalificação desse espaço.

Figura 36. Oficina Plano de Manejo e sua potencialidades



Fonte: Autor

Na oficina foi apresentado o Pré-Zoneamento do Parque com base na lei federal e foi levantada a proposta para efetiva integração da área pertencente aos condomínios a poligonal do Parque Theodoro Sampaio, com a coleta da retórica dos participantes:

- e) Alguns moradores não conheciam a extensão do Parque Theodoro Sampaio. E se mostraram preocupados pelos focos de Ocupação Irregular.
- f) Quando a proposta de integração a área onde se localiza os campos de futebol do condomínio, se mostraram abertos à efetivação da proposta com as seguintes recomendações: 1ª O acesso deve ser controlado e independente do acesso aos condomínios; 2ª O investimento para requalificação deve ser do proponente, sendo que os condomínios terão como contrapartida o livre acesso, sem cobrança de ingresso ou similar, à estudantes de escolas públicas ou outra proposta que venha a ser benéfica para os envolvidos; 3ª Foi proposta a realização de um estudo de viabilidade financeira de instalação de um Campo Society.

4.5. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)

A criação e implantação de Unidades de Conservação (UC) com o propósito de conservar a diversidade biológica e recuperar os ecossistemas degradados, em conjunto com a criação de um parque urbano completar a UC é o tipo de unidade mais adequado às cidades. (SILVA, 2002).

O conhecimento e interpretação da legislação ambiental, em suas diferentes esferas, é um aspecto de fundamental importância para adequar a gestão de uma área protegida, devendo ser tema de capacitação e estudo do futuro corpo gestor do Parque Theodoro Sampaio (PTS) e seus “Guardiões”.

A área do PTS é reconhecida formalmente como uma Unidade de Conservação, abrigando o antigo Horto Florestal do Cabulo, o CETAS e uma porção de área tombada pelo IPHAN; sendo a APA, uma UC formal do município de Salvador, podendo se enquadrar na categoria de manejo “Parque Natural Municipal” ou “Parque Natural Estadual”, na legislação SNUC.

A Lei Federal nº 9.985/2000 (SNUC), determina que “As Unidades de Conservação devem dispor de um Plano de Manejo que deve abranger a área da UC, sua Zona de Amortecimento e os Corredores Ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas” (artigo 27, § 1º). Nesses termos, o Plano de Manejo constitui o principal instrumento de planejamento e gestão das Unidades de Conservação e tem como objetivo orientar a gestão e promover o manejo dos recursos naturais da Unidade de Conservação.

Apesar de que na legislação municipal reconhecer a área com valor de preservação ambiental, na legislação estadual, a APA do Vale da Mata Escura, não é contemplada, apesar de está presente nos estudos realizados pela CONDER; devendo essa conjuntura ser modificada, para permitir a obtenção de recursos Estaduais para sua efetivação, tendo em vista a presença do Metrô na região, equipamento esse de responsabilidade Estadual.

Figura 37. Mapa, área reconhecida pela CONDER e pelo município para criação do Parque Urbano, PDDDU 2016.



Fonte: Conder/Geopolis (2016)

4.5.1. UNIDADES DE PROTEÇÃO

No Estado da Bahia as Unidades de Conservação são geridas pela Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, por meio da autarquia Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, que através da Diretoria de Unidades de Conservação - DIRUC, sendo divididas em dois grupos de características específicas, conforme a Lei nº 9.985/00, Sistemas de Unidades de Conservação – SNUC; as de Proteção Integral e a de Uso Sustentável.

Unidades de Conservação de Proteção Integral – De acordo com a Lei do SNUC, o objetivo geral básico é a manutenção dos ecossistemas livres de alterações antrópicas, admitindo apenas o seu uso indireto, isto é, sem envolver consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais. Exceção dos casos previstos na Lei nº 9.985/00. O Grupo é composto por cinco categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre,

Unidades de Uso Sustentável - O objetivo geral básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável, conciliando a presença humana nas áreas protegidas. O Grupo é composto por sete categorias: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural.

O parque theodoro Sampaio com base nas suas características, atualmente é formalmente categorizado de Unidade de Uso Sustentável, APA, contudo, também pode ser enquadrado como Unidade de Proteção Integral da categoria Parque Nacional, Estadual ou Natural Municipal, a depender de quem for o proponente, nesse caso, todas as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, segundo a Lei, e deve ser estabelecida uma Zona de Amortecimento (ZA) e Corredores Ecológicos, elencando medidas que promovam a proteção da biodiversidade e possibilitem a integração da Unidade à vida socioeconômica das comunidades vizinhas, respeitando as particularidades de cada categoria de UC.

Parque Natural Municipal – Objetiva a preservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de estudos científicos, atividades de educação ambiental e recreação em contato com a natureza e turismo ecológico.

4.5.2. PLANO DE MANEJO

O Plano de Manejo Segundo o SNUC se constitui num documento técnico, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso e o manejo dos recursos naturais, incluindo a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (artigo 2º, inciso XVII).

De modo geral, um Plano de Manejo é composto por: Diagnóstico Ambiental, Zoneamento Ecológico-Econômico, Programas de Gestão e Manejo dos recursos naturais da UC. No caso das unidades de conservação estaduais e municipais, algumas contam com Plano de Manejo completo, enquanto outras tem apenas Diagnóstico Ambiental e Zoneamento Ecológico-Econômico. Vale ressaltar, que desde criação do SNUC, apenas 16,7% das UC possuem um Plano de Manejo (Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC – 2017); sendo que a legislação dá um prazo de 5 anos para entrega do documento após a criação da UC.

Como os estudos relacionados ao diagnóstico ambiental e ao Programa de Gestão se encontram em estágio avançado de desenvolvimento, o presente trabalho se ateve a avançar no “Zoneamento Ecológico-Econômico”, com base na legislação SNUC e seus respectivos manuais elaborados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Como a área possui um bem tombado pelo IPHAN, este deve participar da confecção do documento final, podendo também vim a ser um membro do conselho Gestor da UC.

Em unidades de proteção integral, com base no roteiro metodológico de planejamento, elaborado IBAMA, 2002, os planos de manejo possuem os seguintes objetivos:

1. Levar a unidade de conservação a cumprir com os objetivos estabelecidos na sua criação;
2. Definir objetivos específicos de manejo, orientando a gestão da unidade de conservação;
3. Dotar a unidade de conservação de diretrizes para seu desenvolvimento;
4. Definir as ações específicas para o manejo da unidade de conservação;
5. Promover o manejo da unidade, orientado pelo conhecimento disponível ou gerado;
6. Estabelecer a diferenciação de intensidade de uso mediante zoneamento, visando à proteção de seus recursos naturais e culturais;
7. Destacar a representatividade da unidade de conservação no SNUC frente aos atributos de valorização dos seus recursos como: biomas, convenções e certificações internacionais;
8. Estabelecer, quando couber, normas e ações específicas visando a compatibilizar a presença das populações residentes com os objetivos da unidade, até que seja possível sua indenização ou compensação e sua realocação;
9. Estabelecer normas específicas regulamentando a ocupação e uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos, visando à proteção da unidade de conservação;
10. Promover a integração socioeconômica das comunidades do entorno com a unidade de conservação;
11. Orientar a aplicação dos recursos financeiros destinados à unidade de conservação.

Por fim, a elaboração dos Planos de Manejo, não se resume à produção do documento técnico; é um ciclo contínuo de consulta pública e tomada de decisão, que partem do principio das questões ambientais, socioeconômicas, históricas e culturais que caracterizam uma UC e a região de seu entorno.

4.6. DEFINIÇÃO DE CONTEÚDOS DAS PROPOSTAS, PROGRAMA, DETALHAMENTOS E OUTRAS DEFINIÇÕES

4.6.1. SUBSÍDIOS ESTRATÉGICOS PARA EFETIVAÇÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE THEODORO SAMPAIO (PTS)

Os subsídios estratégicos do PTS foram feitos com base nos levantamentos já realizados pelo Eixo Áreas Verdes (2015/2016) e Oficinas participativas realizadas ao longo de 2018, em concordância com o SNUC. Visando traçar estratégias que permitiram analisar a situação geral da área de estudo, com relação aos fatores que impulsionam e dificultam o avanço da consecução dos objetos para os quais ela foi criada (Galante, Beserra e Meneses, 2002), uma área de preservação. Resumidamente as etapas para essa efetivação no cenário analisado deverão ser:

Tabela 15. Etapas para o enquadramento do PTS no SNUC.

Ano	Ação
01	Promulgação de decreto de criação de Parque Urbano, contendo objetivos de criação condizentes com os propostos, estipulando prazo, conforme a legislação SNUC, para elaboração do Plano de Manejo e poligonal atualizada (com união das matrículas que compõem a atual área reconhecida como Parque).
02/03	Montar um Conselho Gestor do Parque e identificar conflitos de uso que podem compor desafios ao reconhecimento do PTS como uma UC de Proteção Integral
04	Realizar consultas Públicas para apresentação de proposta de enquadramento do PTS como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, de acordo com o SNUC, com os moradores.
05	Entregar o Plano de Manejo Executivo, com enquadramento do PTS dentro do SNUC por meio de promulgação de decreto de reconhecimento da área como Parque Natural Municipal Urbano ou similar.

Fonte: Elaborado pelo Autor com base no Plano de Manejo PSB.

Com base nos resultados dos materiais já produzidos e das oficinas, foi consolidado um zoneamento preliminar, com o cruzamento das Unidades de Paisagem elaborada pelo Eixo Áreas Verdes (2016) e o Mapa dos riscos efetivos para o parque. Essa sugestão precisa ser debatida ainda mais com comunidade do entorno, para que produza um documento de normas específicas, e forças restritivas e impulsoras para sua preservação.

4.6.1.1. OBJETIVOS DE MANEJO PARA O PARQUE THEODORO SAMPAIO

Objetivo geral: Promover a preservação ambiental e do patrimônio histórico e cultural, que possuem relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.

Objetivos específicos: 1ª) Proteger um remanescente de Mata Atlântica no Miolo de Salvador região metropolitana que abriga uma Floresta Ombrófila Densa e áreas brejosas; 2ª) Proteger e recuperar a integridade dos ecossistemas presentes no território do Parque, garantindo a manutenção, sua dinâmica natural e a biodiversidade a eles associados; 3ª) Contribuir para a proteção e qualidade ambiental da Bacia do Rio do Camarogipe, protegendo nascentes e seus afluentes; 4ª) Recuperar a área das represas, que têm potencial para o abastecimento de água potável para a população do entorno; 5ª) Proteger a topografia no Parque, como planície pluvial, encostas e pedreiras; 6ª) Promover a recuperação de

antropizadas, priorizando a regeneração natural, mas promovendo, ações de restauração, plantio e reintrodução de espécies nativas; 7ª) Proteger e valorizar o sítio sagrado para as religiões de matriz africana no município de Salvador; 8ª) Proporcionar aos futuros usuários a oportunidade de desenvolver atividades religiosas, culturais, esportivas, de contemplação, lazer, educação ambiental e patrimonial em ambiente natural; 9ª) Contribuir para o desenvolvimento e a geração de oportunidades de trabalho, renda e qualificação, atuando como um polo difusor de atividades ambientais e educacionais para os bairros de entorno e para todo o município.

4.6.2. PROPOSTA DE ZONEAMENTO PRELIMINAR

Zoneamento é conceituado no SNUC como “definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”. Os critérios utilizados para definição do Zonemamento foi baseado no Roteiro Metodológico para parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas, do ICMBio, que elenca uma série de critérios indicativos de valores para conservação e critérios indicativos para vocação de uso.

Tabela 16. Tabela critérios indicativos

Critérios indicativos de valores	Representatividade, a diversidade de espécies, a presença de áreas de transição entre ambientes, a suscetibilidade ambiental e a presença de sítios arqueológicos ou paleontológicos
Indicativos para vocação de uso	O potencial de visitação, o potencial para a conscientização ambiental, a presença de infraestrutura, a existência de uso conflitante e a presença de populações

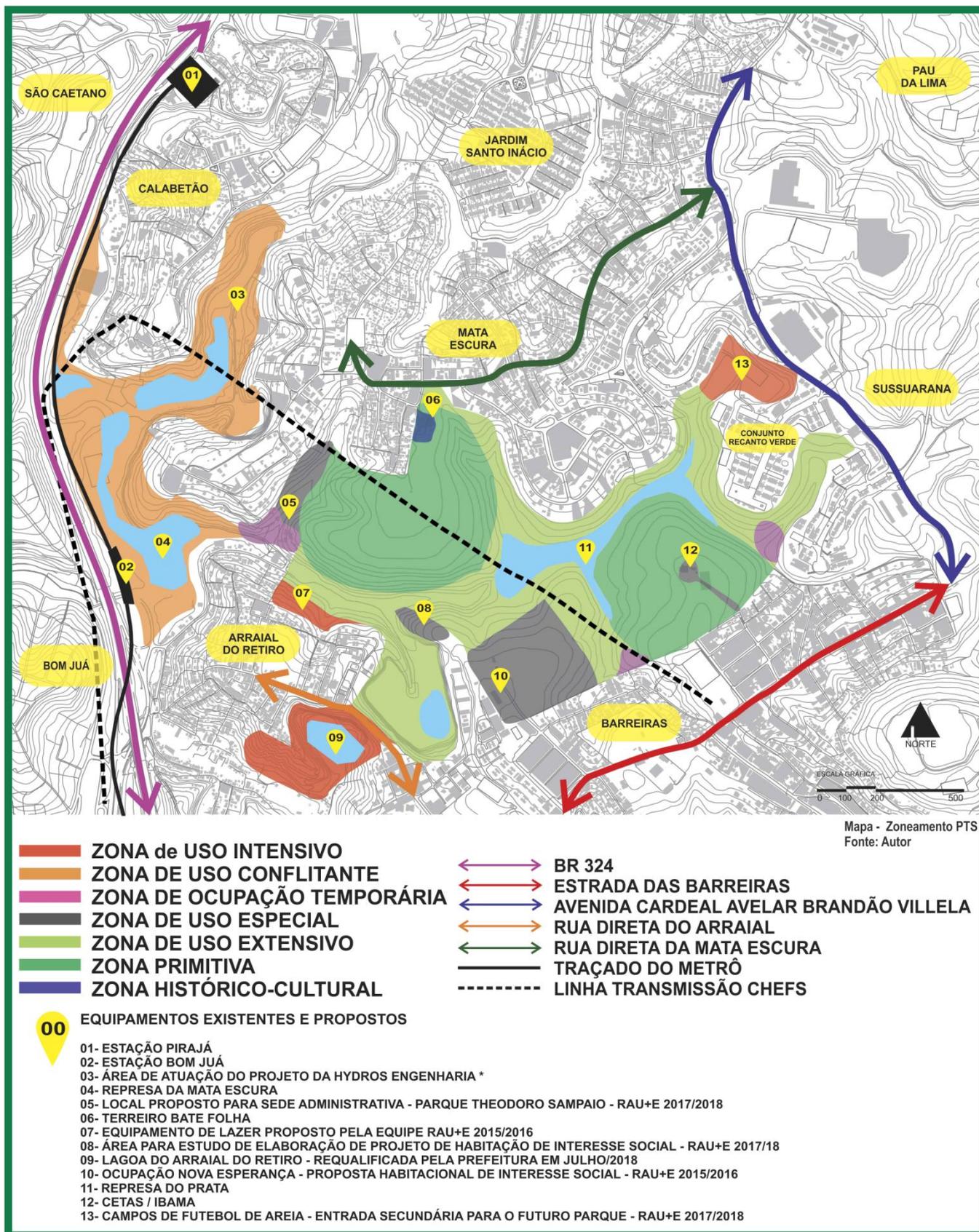
O roteiro também conceitua 11 (onze) tipos de zonas, mais uma Zona de Amortecimento perimetral, com suas respectivas descrições e critérios. Para o Parque Theodoro Sampaio foi considerada a criação de 7 (sete) Zonas de Manejo, segundo os critérios a seguir.

Tabela 17. Critérios utilizados na definição do zoneamento do PTS

Critérios	ZUEX	ZUI	ZP	ZUC	ZOT	ZUE	ZHC
Critérios físicos mensuráveis ou especializáveis							
Grau de conservação da vegetação	M	M	A	B	M	M	A
Critérios indicativos de singularidade - valores para conservação							
Suscetibilidade ambiental	M	M	A	B	M	A	A
Presença de sítios arqueológicos e/ou histórico-culturais							A
Critérios indicativos de singularidade - vocação de uso							
Potencial de visitação	A	A	B	A	M	A	A
Potencial para sensibilização ambiental	A	A	A	A	M	M	A
Presença de infraestrutura/equipamentos	M	A	M	A	B	A	B
Uso conflitante	M	M	B	A	B	A	B
Presença de População	M	M	B	A	A	A	B
Critérios de ajuste para a localização e ajuste das zonas							
Nível de pressão antrópica	M	M	B	A	A	A	M
Acessibilidade	B	M	B	A	B	A	B
Regularização fundiária	B	A	A	A	B	A	A

A = Alto, M = Médio e B = Baixo, para cada uma das zonas, onde ZUEX = Zona de Uso Extensivo, ZUI = Zona de Uso Intensivo, ZP = Zona Primitiva, ZUC = Zona de Uso Conflitante, ZOT = Zona de Ocupação Temporária, ZUE = Zona de Uso Especial e ZHC = Zona Histórico-Cultural.

Figura 38. Mapa – Proposta de Zonas de Manejo para o Parque Theodoro Sampaio.



Fonte: Elaborado pelo Autor

Tabela 18. Síntese da sugestão de zoneamento do PTS, com a definição das zonas, seus objetivos, as atividades permitidas, os principais conflitos identificados e as normas de uso.

Zona	Definição	Objetivos	Atividades	Observações	Normas de Uso Primordiais
Zona de Uso Extensivo	É a área com características naturais, porém com intervenções humanas que visam a sua utilização de forma indireta. Caracteriza-se como transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo.	O objetivo do manejo é a manutenção e conservação do ambiente natural e dos atributos histórico-culturais com mínimo impacto humano, oferecendo acesso ao público para fins educativos e recreativos	Pesquisa, educação ambiental, visitação (trilhas, sinalização, pontos de descanso, marcos, deques), monitoramento e fiscalização.	Nessa zona esta presente áreas sensíveis para a conservação da biodiversidade do PTS e de recuperação das represa do prata. Caça e coletas de madeira devem ser proibidas em todo o território do Parque.	1.Podem ser instalados equipamentos simples em harmonia com a paisagem. 2. As atividades de recreação e educação terão como objetivo facilitar a compreensão dos recursos naturais. 3. Deve haver constante fiscalização.
Zona de Uso Histórico-Cultural	É a zona onde há presença de sítio arqueológico ou bem tombado. No caso do PTS, essa zona se concentra no Terreiro.	Proteção dos recursos naturais e manutenção de valores históricos cultural.	Uso sujeito a restrições por parte do responsável legal.	É permitida a coleta de frutas e ervas para os rituais religiosos que ocorrem na ZUEX e na ZHC.	1.A ser definido em concordância com o órgão responsável pelo tombamento e entidade responsável pela gestão da área.
Zona de Uso Intensivo	É aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem, onde são promovidas atividades recreativas e culturais.	Facilitar a recreação e a educação ambiental em harmonia com o ecossistema. O ambiente deve ser mantido o mais próximo possível do natural, podendo conter infraestruturas de suporte ao uso público.	Pesquisa, monitoramento, educação ambiental, lazer, visitação e práticas religiosas compatíveis com a conservação. Instalação de infraestrutura para suporte a atividades, como: centro de visitantes, estacionamento, locais de apoio à visitação, etc.	O uso dos campos de futebol, praças e as quadras poliesportivas presentes nas áreas enquadradas como ZUI, devem ser regulados por meio de um acordo de uso com as populações do entorno. Para a área dos campos de futebol dos condomínios, deve ser previsto horário de funcionamento e o controle de acesso. Trilhas - a travessia para a ligação entre bairros será permitida, mas com restrição de acesso após o encerramento das atividades.	1.O centro de visitantes, quadras poliesportivas, campos de futebol, espaços de convivência e outros serviços oferecidos ao público, preferencialmente, deverão estar localizados nessa zona. 2.A utilização da infraestrutura presente nessa zona (centros, campos, quadras, trilhas, etc.) está sujeita à capacidade de suporte estabelecida por estudo específico. 3. A fiscalização será intensiva 4. Esta zona poderá abrigar sinalização indicativa, interpretativa ou educativa. 5. Caso seja previsto vias de trânsito de veículos, essas só poderão ser feitas a baixas velocidades. 6.A rede de esgoto deverá receber tratamento constante.
Zona Primitiva	É a área que sofreu menor intervenção humana.	Deter a degradação dos recursos e restaurar a área.	Pesquisa, monitoramento, proteção, fiscalização.	Não é permitida a visitação pública sem autorização da administração	1.atividades de pesquisa científica, só será permitida, mediante autorização.
Zona de Uso Conflitante	Áreas cujos usos e finalidades estabelecidas, como: projetos de mobilidade e vias de trafego conflitam com os objetivos.	Minimizar os danos ambientais provenientes da instalação da infraestrutura do entorno.	Fiscalização, proteção, manutenção da infraestrutura específica e serviços de utilidade pública	Foi destinada a área da represa da mata escura, já que esta é alvo de projeto específico de infraestrutura viária da PMS.	1.A fiscalização será intensiva para preservação da represa.
Zona de Ocupação Temporária	São áreas dentro da UC onde ocorrem concentrações de populações humanas.	A população irá ocupar provisoriamente, até sua realocação. Quando será incorporada a outra.	Fiscalização, proteção, educação ambiental e atividades previstas nos termos de compromisso a ser firmado entre o ocupante.	Essa área apresenta conflitos com a presença de ocupações informais e aterros irregulares.	1.As normas dessa zona devem ser estabelecidas caso a caso, mediante um termo de compromisso firmado com as populações residentes, até que o processo de regularização fundiária seja concluído. 2.Na recuperação somente poderão ser usadas espécies nativas com eliminação das exóticas.
Zona de Uso Especial	É a área que contém espaços necessárias à administração, manutenção e serviços da UC.	Propiciar infraestrutura para atividades operacionais, administrativas e de fiscalização do parque.	Administração, fiscalização e operacionalização.		1.Trânsito de visitantes e pessoas é autorizadas em todos os ambientes.

O zoneamento é um elemento de conflito. No caso das unidades de proteção integral, onde há populações residentes ou usuárias de recursos naturais, como é o caso do PTS, o zoneamento é chave para amenizar esses conflitos pelo uso da biodiversidade e as sobreposições de áreas protegidas com unidades de conservação de terras particulares, tombadas pelo IPHAN e ZEIS. Devendo assim, na sua elaboração definitiva, ser o instrumento técnico-científico em harmonia com o saber popular e interesses particulares.

4.6.2.1. PROPOSTA DE ZONA DE AMORTECIMENTO

Zona de Amortecimento (ZA) do Parque Theodoro Sampaio (PTS), é importante no sentido de promover a integração entre a UC e o desenvolvimento das áreas de entorno, considerando os aspectos que regem o desenvolvimento dos bairros adjacentes como elemento chave para o sucesso da implementação de ações de conservação da biodiversidade na área.

De acordo com a Lei Federal nº 9.985/2000 (Artigo 2º, Inciso XVIII – BRASIL, 2000) a Zona de Amortecimento (ZA) para Unidades de Conservação compreende o entorno da Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade. Já a Resolução CONAMA No13, de 06 de dezembro de 1990 – BRASIL, 1990, define como Zona de Amortecimento (ZA) a área de 10 km do entorno da UC, contudo, conforme IBAMA (2002), áreas urbanas já estabelecidas, que é caso do PTS, não são consideradas como ZA. Neste contexto, o PTS, inserido no perímetro urbano de Salvador, não teria uma ZA representativa.

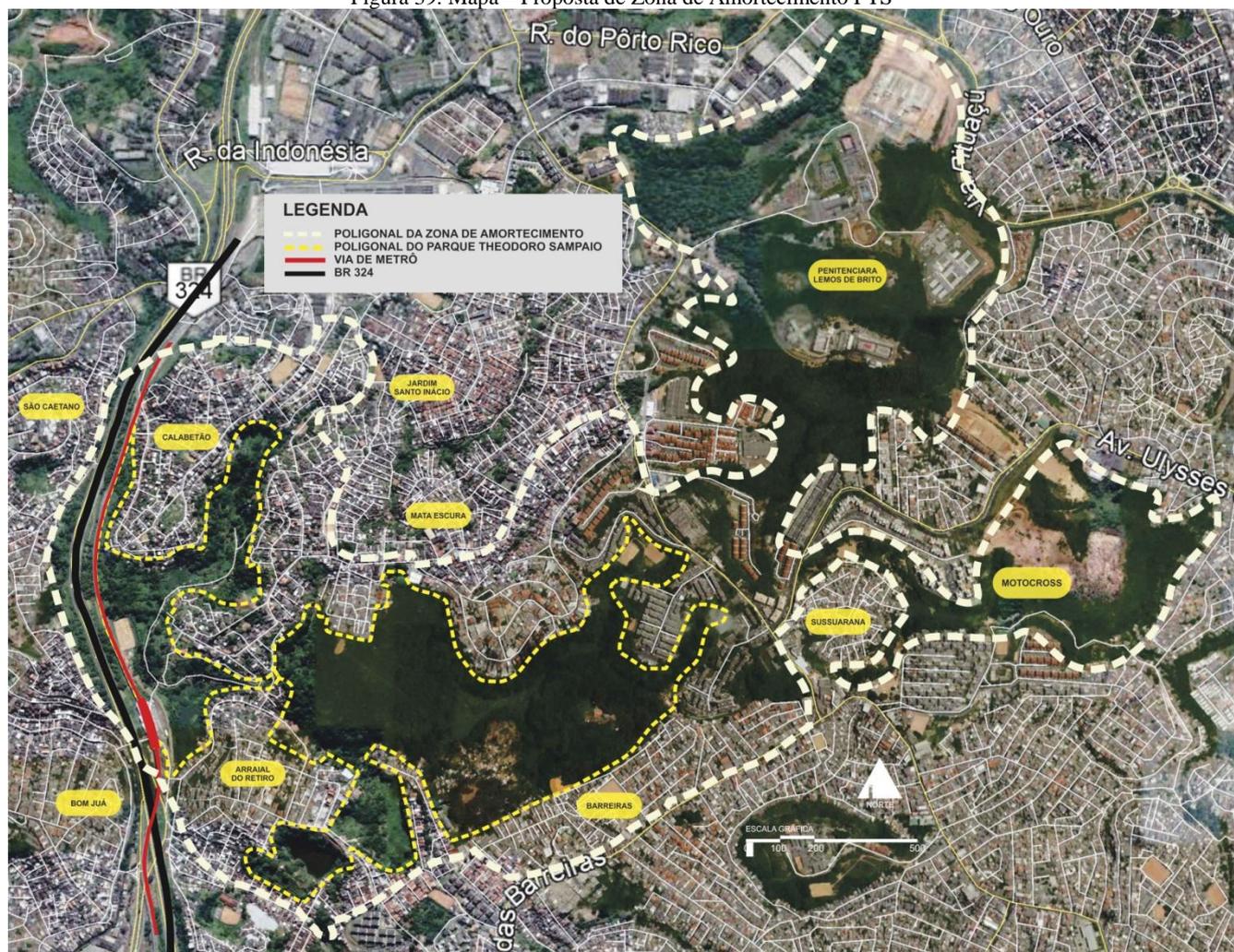
Tendo como base o contexto urbano do PTS, todo o entorno do Parque, incluindo a ZA, está sujeita às normas e instrumentos legais municipais, como a LOUOS (Lei de Uso e Ocupação do Solo, 2017), que disciplina o parcelamento, uso e conservação do solo em consonância com o PDDU.

Para a definição da ZA do PTS foram empregados os critérios recomendados pelo Roteiro Metodológico (Galante, Meneses e Beserra, 2002), em associação com os critérios de não inclusão.

Tabela 19. Critérios para definição da Zona de Amortecimento

Critérios para inclusão	Peso - 03	Peso - 02	Peso - 01
Áreas de recarga de aquíferos			<u>X</u>
Locais de desenvolvimento de projetos e programas federais, estaduais e municipais que possam afetar a UC	X		
Áreas úmidas com importância ecológica para a UC.	X		
Unidades de Conservação em áreas contíguas e geridas por outras instituições	X		
Áreas naturais preservadas, com potencial de conectividade com a UC	X		
Remanescentes de ambientes naturais próximos à UC que possam funcionar ou não como corredores ecológicos.	X		
Áreas sujeitas a processos de erosão, de escorregamento de massa, que possam vir a afetar a integridade da UC.		X	
Áreas com risco de expansão urbana ou presença de construção que afetem aspectos paisagísticos notáveis junto aos limites da UC.		X	
Ocorrência de acidentes geográficos e geológicos notáveis ou aspectos cênicos próximos à UC			X
Sítios histórico-culturais e arqueológicos.		X	
Critérios para não inclusão	Peso - 03	Peso - 02	Peso - 01
Áreas urbanas já estabelecidas ou estabelecidas pelo plano diretor como áreas de expansão.	X		

Figura 39. Mapa – Proposta de Zona de Amortecimento PTS



Fonte: Elaborado pelo Autor, base Google eart 2018

Diante do cenário urbano, recomenda-se as seguintes **diretrizes** que devem orientar a gestão da ZA:

- a) A administração do PTS deve ser consultada sobre a implantação de novas atividades/empreendimentos que exijam licenciamento ambiental no âmbito da ZA;
- b) Promover parcerias entre Polícia Militar, Ambiental e Civil, para combater crimes ambientais e a violência urbana nesta região;
- c) Fiscalização de atividades e empreendimentos localizados no perímetro do Parque, afim de evitar invasões.
- d) Acompanhar e influenciar as discussões que envolvem a revisão do PDDU e/ou da LOUS, visando evitar que as áreas da ZA sejam expostas a maior vulnerabilidade ambiental.
- e) Acompanhar o andamento do projeto urbanístico desenvolvido pela SECIS e pela FMLF para a região de Mata Escura, Calabetão e Santo Inácio.

4.6.3. PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DA POLIGONAL DO PARQUE

O perímetro do Parque pode vir a ganhar mais uma área, sendo esta pertencente aos Condomínios Santa Edwigens e Recanto Verde, onde hoje funcionam dois campos de futebol bastante utilizados pelos moradores dos conjuntos, mas inacessíveis para pessoas de outras comunidades. Esta área é descrita no PDDU como de APP (área de proteção permanente), não podendo ser edificada para uso privado, bem como, esta área está dentro da antiga poligonal do Horto Florestal, sendo prevista para pertencer a poligonal do Parque Urbano do Vale da Mata Escura.

Na oficina 05, com os moradores do condomínio Recanto Verde, foi levantada a questão sobre o interesse em ceder acesso para utilização de outras comunidades o espaço e ao poder público; tendo se mostrado favoráveis a proposta, como já comentado no Item 4.5., contando que o Poder Público fosse o responsável pelas obras para dar infraestrutura para tal e essa área fosse semi-pública, com horários de utilização para pessoas externas aos Conjuntos controlado, com possibilidade cobrança de ingresso para utilização de um equipamento, a exemplo de um Campo de Futebol SOCIETY (o que necessita de estudos específicos de viabilidade institucional e financeira para aprovação).

Essa área está dentro da Zona de Amortecimento do Parque Theodoro Sampaio, podendo vir a se tornar um novo acesso para o Parque, facilitando a acessibilidade ao Parque pela Avenida Cardeal Avelar Vilela e a comunidade de Sussuarana. Vale ressaltar que pela legislação federal, o poder público pode e deve desapropriar as áreas do entorno com valor ambiental. Nesta área em particular, os moradores dos condomínios a anos lutam para efetivação do Parque, devendo o poder público efetuar o processo de implantação do Parque da forma mais harmoniosa, a fim de garantir a preservação do Local, mantendo seus atuais “Guardiões” durante o processo de desapropriação.

Figura 40. Mapa – caminhos para os Campos. Fonte: Elaborado pelo Autor

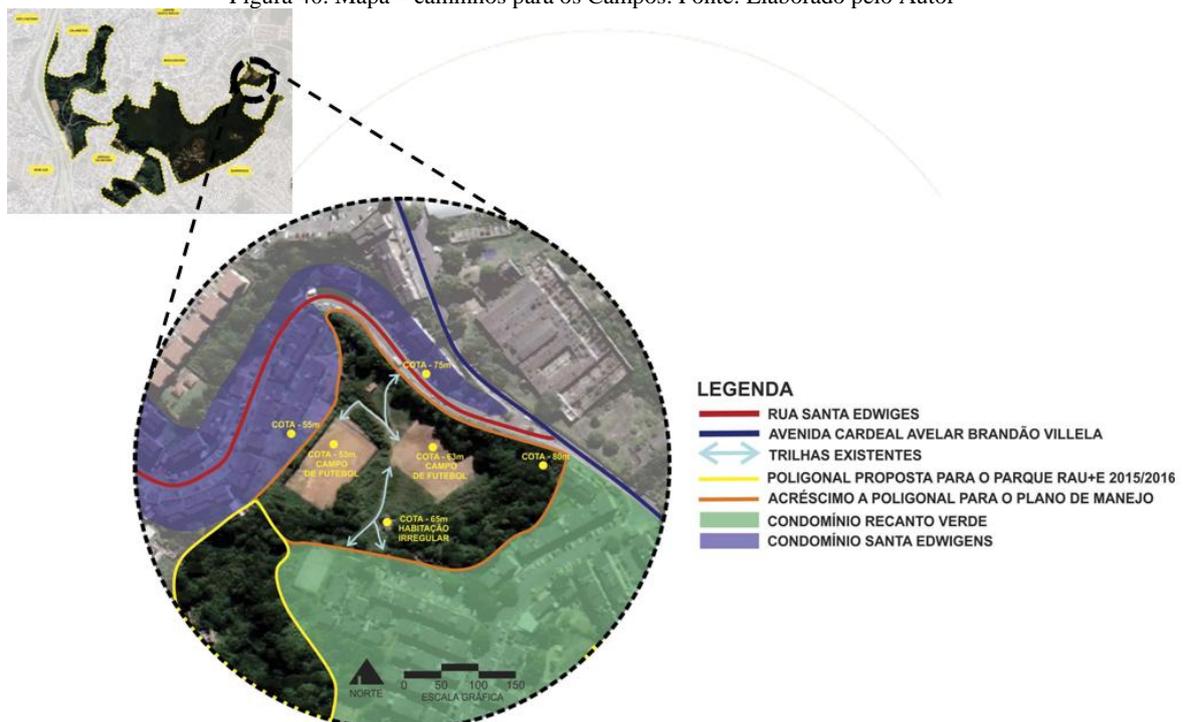


Tabela 20. Caracterização da área a ser anexada

Localização	Entre os Condomínios Santa Edwigens e o Recanto Verde.
Área do terreno	2.47 ha.
Uso atual	Preservação de área natural e recreação (campos de futebol)
Acesso	Avenida Cardeal Avelar Vilela
Características	Topografia elevada

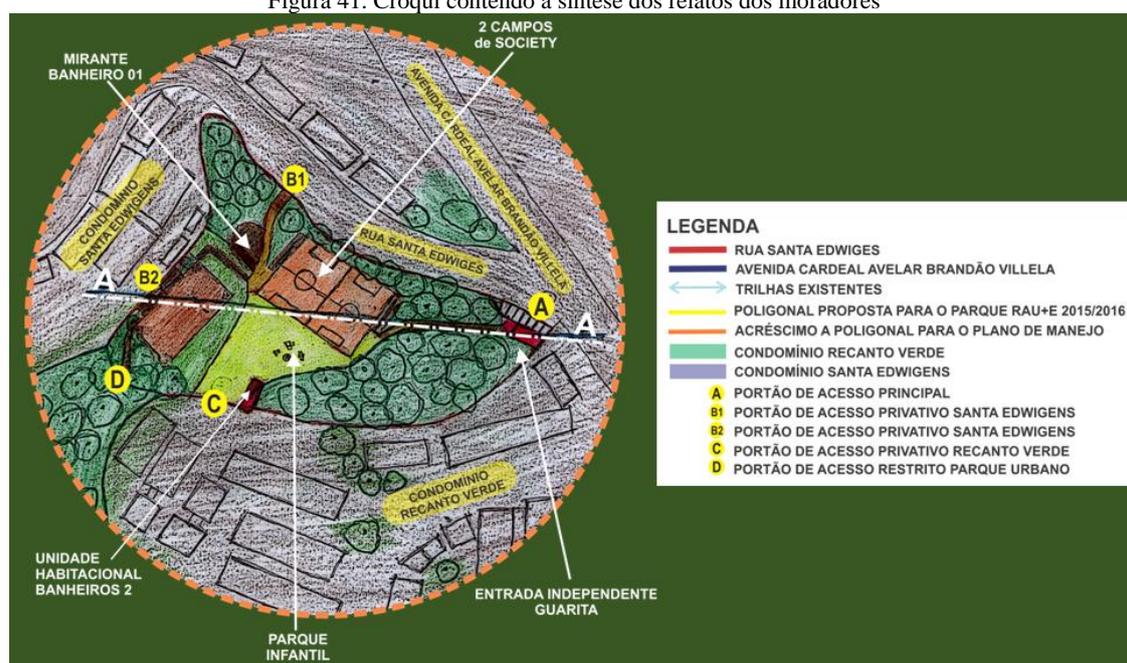
Diretrizes projectuais com base nos relatos dos moradores:

- 1) Acesso público independe do acesso dos condomínios;
- 2) Os campos fossem preservados, ou transformados em SOCIETY;
- 3) Controle de acesso e entradas separadas por tipo de usuários (morador e público em geral);
- 4) A família que reside no local deve receber uma moradia nova ou fosse construída uma moradia; para ela na área, podendo os familiares serem contratados como zeladores;
- 5) Que a área disponha de infraestrutura sanitária e de espaços de descanso.

4.6.3.1. PROJETO PROPOSTO

Com base nas diretrizes adotadas, a requalificação urbanística proposta para a área objetivou a melhoria da qualidade de vida em harmonia com a comunidade do entorno, através da criação de espaços e acessos públicos que facilitem a prática esportiva, o lazer e a educação ambiental. Ao mesmo tempo, é contemplada na proposta um local para receber o programa de 1 (uma) unidade habitacional, destinada a família que hoje é residente na área, atendendo a demanda desta.

Figura 41. Croqui contendo a síntese dos relatos dos moradores



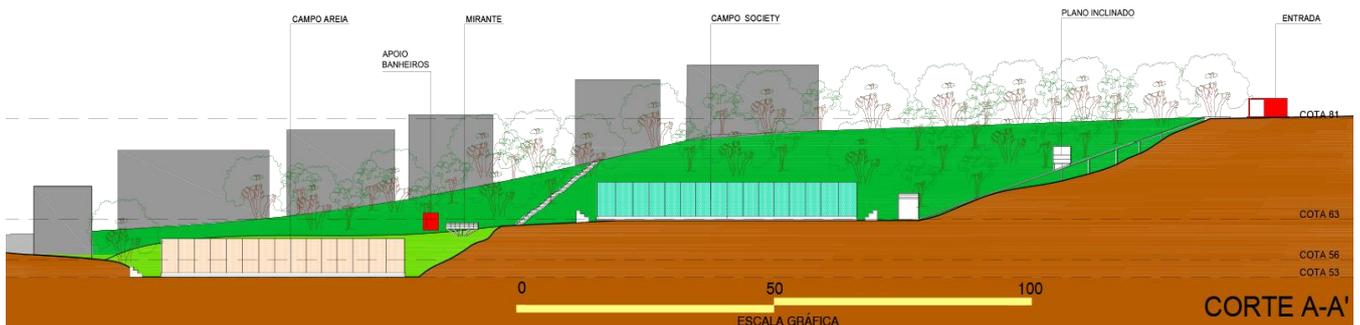
Fonte: Elaborado pelo Autor

Para esse equipamento, o seguinte programa foi designado (no caso da unidade habitacional, foi prevista apenas o local, o programa de necessidades para projeto específico deve ser realizado em acordo mutuo entre os envolvido, com mais oficinas de aproximação):

- Praça;
- Área para ginástica;
- Parque infantil;
- Quadra Poliesportiva SOCIETY;
- Campo de Futebol de Areia;
- Bicicletário;
- Escadarias;
- Módulos sanitários;
- Mobiliário urbano;
- Estacionamento

OBS: No trabalho desenvolvido na edição anterior da RAU+E 2016 – Eixo área Verdes, foi proposto um equipamento numa área próxima, mas dentro da Zona de Uso Extensiva, o que conflita com o uso desta. Esse equipamento poderá vim a ser implantado na área onde hoje ficam os campos de Futebol dos conjuntos, mas exige estudo específico de viabilidade da próxima edição.

Figura 42. Estudo Preliminar dos relatos dos moradores



Fonte: Elaborado pelo Autor

4.7. PRINCIPAIS MEIOS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO OU IMPLANTAÇÃO DO PROJETO E ANTEPROJETO, COMO SUBSIDIO PARA EFETIVAÇÃO DE UM TERMO DE REFERÊNCIA.

4.7.1. PRINCIPAIS MEIOS NECESSÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO PLANO DE MANEJO, COMO SUBSIDIO PARA EFETIVAÇÃO DE UM TERMO DE REFERÊNCIA.

O trabalho foi desenvolvido analisando a legislação específica do SNUC, estudos já realizados pelo Eixo Áreas Verdes e conteúdos disponíveis em instituições, a exemplo da CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia e pelo INFORMS – Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia, e pelo software Google Earth, Fundação Mario Leal Ferreira (FMLF), e algumas visitas e oficinas participativas nos bairros do entorno. Desta forma se faz necessário a coleta de dados mais precisa, para elaboração do Plano de Manejo do Parque e para a própria implantação, já que a não existência do plano de manejo, não impossibilita a sua implantação, devendo obedecer apenas o prazo de 5 anos para elaboração.

Desta forma, as próximas etapas devem ser elaboradores em conjunto com engenheiros ambientais e arquitetos e urbanistas, se constituindo de:

- Definição ou aprovação da poligonal proposta que abrange o futuro parque;
- Diagnóstico da fauna;
- Diagnóstico da flora;
- Levantamento topográfico;
- Levantamento fundiário das ocupações no entorno e dentro da poligonal do parque;
- Levantamentos dos processos no Ministério Público que envolve a poligonal;
- Laudo técnico constando a análise da qualidade dos recursos hídricos;
- Parecer do IPHAN sobre parceria para gestão;
- Projeto específico de requalificação dos recursos hídricos e ambientais;
- Termo de Referencia para contratação de empresa para elaboração do Plano de Manejo do Parque Theodoro Sampaio;
- Durante a elaboração do Plano de Manejo ou processo de implantação do Parque, deve ser realizadas oficinas específicas com os condomínios de entorno, que têm uma relação afetiva muito forte com a área, para definir programas específicos;
- Estudo na área pertencente aos condomínios para definição e detalhamento de projeto específico;
- Revisão da localização dos equipamentos propostos pela Edição Rau+e 2016 – Eixo Áreas Verdes em concordância com o Estudo Preliminar do Plano de Manejo aqui explicitado;
- Estudo para criação de Corredores Ecológicos ligando área do Parque Theodoro Sampaio as sua zona de amortecimento, garantindo sua preservação;
- Estudo de Viabilidade Técnica e financeira.

5. VIABILIDADE INSTITUCIONAL, ECONÔMICA E FINANCEIRA

5.1. POSSIBILIDADES DE PARCERIAS GOVERNAMENTAIS, INSTITUCIONAIS E PRIVADAS

A busca por parcerias e fontes de recursos financeiros deve ser incentivada e prevista no Plano de Manejo, devendo ser designado um funcionário para captação de recursos.

As seguintes fontes de apoio financeiro devem ser exploradas para a captação de recursos para a implantação do PTS, do Plano de Manejo e sua manutenção:

1. Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA);
2. Programa Nacional de Meio Ambiente;
3. Programa Demonstrativo da Mata Atlântica (PDA Mata Atlântica);
4. Fundo de Recuperação de Bens Lesados do Ministério Público Federal e Estadual;
5. Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente (FEPEMA);
6. FUNTURISMO da Secretaria Estadual de Turismo (SOL), entre outros;
7. Parcerias Público-Privadas;
8. GEF (*Global Environment Facility*) – Fundo Global para o Meio Ambiente;
9. PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
10. Recursos de compensação ambiental;
11. Como a maior parte da área pertence à União, também tem direito a recursos orçamentários do ICMBio.
12. Ministério das Cidades (Urbanização de bairros populares)
13. Recursos provenientes da concessão da Linha de Transmissão de Energia - CHESF

Como parcerias para elaboração, podem e devem ser procuradas instituições de proteção aos recursos naturais e culturais, como:

- Federação Baiana de Cultos-Afro (FECAB);
- IPHAN;
- Coordenação de Planos de Manejo do ICMBio;
- CONAMA;
- SEMA/BA;
- Ministério do Meio Ambiente;
- SECIS/Salvador-BA;

5.2. RECOMENDAÇÕES PARA O TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência (TR) deve prever que remeter a opinião e necessidades apontadas pela comunidade e atribuir o respectivo crédito às instituições elaboradoras dos estudos já efetuados na área até o momento, também deve ser previsto que a gestão do Parque será, preferencialmente, compartilhada entre os proprietários fundiários da área por meio de um convênio ou outra forma jurídica que convenha, tal como um contrato de gestão com os designados “Guardiões do Parque Theodoro Sampaio” e demais itens constantes no “item 4.7.1.”.

6. CRONOGRAMA PREVISTO

Após a conclusão do Termo de Referência, para elaboração do cronograma de trabalho para o desenvolvimento do Plano de Manejo:

Tabela 21. Cronograma de execução das etapas do projeto.

ETAPA	ATIVIDADES	PRODUTO	PRAZO	% do valor do TDR
ETAPA 1 – Organização do Planejamento	Participar de reuniões de Organização do Planejamento; Organizar Plano de Trabalho	Plano de Trabalho	Ate 10 dias	0%
ETAPA 2 – Coleta, análise e sistematização das informações disponíveis	Sistematizar as informações disponíveis (bibliografia e outras fontes)	Diagnostico da UC	Ate 60 dias	30%
ETAPA 3 – Oficinas de Planejamento Participativo	Coordenar a Oficina de Planejamento Participativo; Elaborar relatórios	Relatório de Oficinas e Visitas técnicas, incluindo o mapa situacional, a análise estratégica da UC, e as definições preliminares da missão, visão de futuro, objetivos específicos e objetivos estratégicos da UC.	Ate 80 dias	20%
ETAPA 4 – Estruturação e consolidação do Planejamento da UC	Com base nas orientações da Coordenação de Planos de Manejo, no Diagnostico da UC e nos subsídios obtidos na Oficinas, deve-se elaborar a versão preliminar do Planejamento da Unidade e encaminhar para análise a versão preliminar do Planejamento da UC, e proceder as alterações/complementações solicitadas; Participar em reunião para consolidação do Planejamento da UC	Planejamento consolidado da UC, incluindo: histórico do planejamento; objetivos específicos da UC, missão, visão de futuro, objetivos estratégicos da UC, programas de manejo e zoneamento da Unidade de Conservação	Ate 100 dias	20%
ETAPA 5 – Entrega e aprovação do Plano de Manejo do PTS	Apresentar o Plano de Manejo para o Conselho Consultivo do designado; Entregar copias digitais e impressas do Plano de Manejo	Versão completa do Plano de Manejo, resumo executivo para revisão final.	Ate 110 dias	30%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em matriz disponibilizada pelo ICMBio - Diretoria De Criação E Manejo De Unidades De Conservação – DIMAN

7. EQUIPE TÉCNICA E ORÇAMENTO PREVISTO

7.1. COMPOSIÇÃO TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO

O coordenador do projeto deverá atender as seguintes qualificações básicas:

- Ter experiência profissional de no mínimo dez anos em elaboração, gestão e coordenação de projetos relacionados com a conservação do meio ambiente;
- Ter experiência profissional de no mínimo cinco anos, com diagnósticos ambientais;
- Ter experiência profissional em planejamento de áreas protegidas;
- Ter experiência em metodologias participativas;

Tabela 22. Previsão orçamentária de contratação de equipe técnica, sem considerar impostos incidentes. Fonte: Elaborado pelo autor, com base em quadro disponibilizado pela Residência AU+EUFBA.

FUNÇÃO	NÍVEL	ATRIBUIÇÕES	TEMPO MÍNIMO DE FORMAÇÃO	QD	CARGA SEMANAL	VALOR PREVISTO	VALOR TOTAL/MÊS
Arquiteto e Urbanista Coordenador	Especialista Sênior/Dr.	Coordenação do detalhamento dos projetos multidisciplinares, englobando estudos complementares	Mínimo de 10 anos.	01	10 horas	R\$ 4.620,00	R\$ 4.620,00
Arquiteto e Urbanista	Pleno	Detalhamento do projeto e assistência à coleta de dado em campo	Mínimo de 2 anos	01	20 horas	R\$ 3.850,00	R\$ 3.850,00
Engenheiro Civil	Especialização na área ambiental	Elaboração de estudo de impactos na infraestrutura urbana e ambiental	Mínimo de 5 anos.	01	15 horas	R\$ 3.850,00	R\$ 3.850,00
Equipe técnica de trabalho de campo	Topógrafos Auxiliares Assis. Adm.	Realização de levantamentos em campo (levantamento cadastral, sondagem e estudos de composição do solo).	Mínimo de 2 anos	Var.	30 horas	R\$ 1.700,00	R\$ 1.700,00
Estagiários	Cursando graduação ou técnico	Auxiliar	A partir do quarto semestre	03	20 horas	R\$ 1.000,00	R\$ 3.000,00
Geógrafo	Júnior	Elaboração de mapas, Geoprocessamento, análise cartográfica	Após o registro no conselho de classe	01	30 horas	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00
Biólogo	Júnior	Coordenação do levantamento das espécies de fauna e flora encontradas no PTS	Após o registro no conselho de classe	02	30 horas	R\$ 2.400,00	R\$ 4.800,00
Assistente Social	Júnior	Elaboração de oficinas e contato com a comunidade	Após o registro no conselho de classe	02	20 horas	R\$ 2.400,00	R\$ 4.800,00
CUSTOS TOTAIS DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA				11	175 horas	R\$ 22.220,00	R\$ 29.020,00

OBS: Ver tabelas de honorários profissionais nos respectivos conselhos de classe.

TOTAL 12 MESES EQUIPE TÉCNICA: R\$ 348.240,00

7.2. APRESENTAÇÃO DETALHADA DA PROPOSTA DE PREÇO – 360 dias

Tabela 23. Despesas com Transporte

Tipo de Despesa	Custo unit. (R\$)	Quantidade/ Mês	Valor (R\$)
Despesas correntes para veículos (combustível – em litros)	R\$ 4,15	100 L	R\$ 4.980,00
Despesas correntes para veículos (lubrificantes – em litros)	R\$ 13,90	5 L	R\$ 786,00
Despesas com locação de veículos (diárias)	R\$ 105,99	5	R\$ 6.359,40
Despesas com ônibus (nº de viagens ida e volta)	R\$ 4,00	88	R\$ 4.224,00
Despesas com táxi/carro de aplicativos (nº de viagens ida e volta)	R\$ 35,00	20	R\$ 8.400,00
Previsão de custo de manutenção de veículos	R\$ 150,00	2	R\$ 3.600,00
Sub-total			R\$ 28.349,00

Tabela 24. Despesas com Aquisição de Dados e Levantamentos

Tipo de despesa	Custo unit. (R\$)	Quantidade	Unidade	Valor (R\$)
Papel	R\$ 19,99	5	Resma A4	R\$ 99,95
Cartucho de tinta	R\$ 106,00	12	UN	R\$ 1.272,00
Encadernações	R\$ 36,00	20	UN	R\$ 720,00
Impressões diversas	R\$ 0,50	2000	VAR.	R\$ 1.000,00
Fotocópia de documentos	R\$ 0,25	1500	VAR.	R\$ 375,00
Reserva para outras despesas	R\$ 2000,00	-	-	R\$ 2000,00
Bibliografias	R\$ 95,00	50	Publicações	R\$ 4.750,00
Aluguel de Equipamentos diversos	R\$ 250,00	50	UN	R\$ 12.500,00
Ensaios de Laboratório diversos	R\$ 800,00	45	UN	R\$ 36.000,00
Aquisição de Maquinário	R\$ 4000,00	3	UN	R\$ 12.000,00
Sub-total				R\$ 71.716,95

Tabela 25. Despesas com Organização de Oficinas e Workshop

Tipo de despesa	Custo unit. (R\$)	Quantidade	Unidade	Valor (R\$)
Locação de espaço	R\$ 500,00	30	Turno (manhã/tarde/n oite)	R\$ 15.000,00
Despesas com alimentação	R\$ 20,00	600	peçoas	R\$ 12.000,00
Reserva para outras despesas	R\$ 2000,00	-	-	R\$ 2.000,00
Sub-total				R\$ 29.000,00

Tabela 26. Despesas com Escritório e Comunicação

Tipo de despesa	Custo unit. (R\$)	Quantidade	Unidade	Valor (R\$)
Telefone FIXO	R\$ 129,00	3	LINHAS/Mês	R\$ 4.644,00
Telefone MÓVEL	R\$ 50,00	15	LINHAS/Mês	R\$ 9.000,00
Internet	R\$ 90,00	2	LINHAS/Mês	R\$ 2.160,00
Infraestrutura (energia, água, etc...)	R\$ 300,00	-	LINHAS/Mês	R\$ 3.600,00
Reserva para outras despesas	R\$ 2000,00	-	-	R\$ 2.000,00
Sub-total 5: Despesas com escritório e comunicação				R\$ 21.404,00

Tabela 27. Despesas com Edição, Produção De Relatórios e Consultorias

Tipo de despesa	Custo unit. (R\$)	Quantidade	Unidade	Valor (R\$)
Designer Gráfico	R\$ 600,00	2	UN	R\$ 1.200,00
Assessoria/Consultoria Jurídica	R\$ 120,00	50	Hora técnica	R\$ 6.000,00
Assessoria Financeira	R\$ 150,00	12	Mensal	R\$ 1.800,00
Editoração de Mídias	R\$ 500,00	6	UN	R\$ 3.000,00
Mão de Obra Local	R\$ 1.005,00	12	Salário Mínimo	R\$ 12.060,00
Sub-total				R\$ 24.060,00

Tabela 28. Outras Despesas

Tipo de despesa	Custo unit. (R\$)	Quantidade	Unidade	Valor (R\$)
Certificações diversas	R\$ 220,00	5	UN	R\$ 1.100,00
Reserva para outras despesas	R\$ 2000,00	-	-	R\$ 2.000,00
Sub-total				R\$ 3.100,00

Tabela 29. Taxas e Emolumentos

Tipo de despesa	Custo unit. (R\$)	Quantidade	Unidade	Valor (R\$)
Taxas em Cartórios	R\$ 66,00	60	-	R\$ 3.960,00
Emolumentos	R\$ 20,00	50		R\$ 1.000,00
Sub-total				R\$ 4.960,00

SOMATÓRIO SUB-TOTAL: R\$ 530.829,95

Tabela 30. Lucro Líquido Sugerido

Tipo de despesa	Custo unit. (R\$)	Quantidade	Unidade	Valor (R\$)
LUCRO	15%	Porcentagem sobre o somatório do valor total dos itens anteriores		R\$ 79.624,50

Tabela 31. Impostos Diversos

Tipo de despesa	Custo unit. (R\$)	Quantidade	Unidade	Valor (R\$)
INSS, FGTS, ISS, ICMS, IRPJ	37%	Porcentagem sobre o somatório do valor total dos itens anteriores		R\$ 225.868,14

7.3. ORÇAMENTO PREVISTO

A previsão de custos para o desenvolvimento deste trabalho, na forma de projeto executivo para o termo de referencia é de **R\$ 836.322,59**, conforme valor estimado na Tabela 32. Os preços propostos devem ser revisados e atualizados com base nos custos mais atuais e impostos vigentes, devendo ser especificados no momento da celebração do contrato ou elaboração do documento licitatório do proponente do projeto e a entidade financiadora.

Todas as despesas com a elaboração de documentos, passagens aéreas, hospedagem, transporte, alimentação e comunicações da equipe técnica correrão por conta da empresa contratada. Da mesma forma correrão as despesas com a realização das Oficinas de Planejamento.

O Órgão Público preponente deve disponibilizar documentação e publicações existentes no âmbito governamental e que sejam consideradas relevantes para a execução dos serviços, bem como fornecerá à empresa contratada acesso aos dados existentes e contato com técnicos em outras instituições locais.

Tabela 32. Total-Geral da Estimativa de Preço

Descrição	Total (R\$)
Previsão orçamentária de contratação de equipe técnica	R\$ 348.240,00
Despesas com Transporte	R\$ 28.349,00
Despesas com Aquisição de Dados e Levantamentos	R\$ 71.716,95
Despesas com Organização de Oficinas e Workshop	R\$ 29.000,00
Despesas com Escritório e Comunicação	R\$ 21.404,00
Despesas com Edição, Produção De Relatórios e Consultorias.	R\$ 24.060,00
Outras Despesas	R\$ 3.100,00
Taxas e Emolumentos	R\$ 4.960,00
Lucro Líquido Sugerido	R\$ 79.624,50
Impostos Diversos	R\$ 225.868,14
TOTAL	R\$ 836.322,59

Fonte: Valores definidos por consulta a Órgãos Públicos e pesquisa de levantamento

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parques urbanos são importantes para a manutenção da qualidade de vida social e ambiental das cidades; quando são destinados a áreas de lazer, há um interesse geral maior quanto a sua criação, porém quando destinados a preservação de espécies nativas, este assunto fica controverso. No caso do Parque Theodor Sampaio, ele se encontra intermediário entre esses dois objetivos, o que cria a oportunidades de atrair vários atores para auxiliar na sua implantação.

Ao findar este trabalho, chegasse a conclusão que o plano de implantação do PTS, por ser complexo e possuir uma barreira fundiária e institucional relevante, requerendo estudos específicos e investimentos financeiros, ele perpassa as atribuições da Residência AU+E/UFBA, devendo ser recomendado para a próxima edição, 2019/2020, desenvolver um trabalho relacionado a aquisição de financiadores para sua implantação ou atuar de forma participativa nas diversas questões que envolvem o retorno da utilização da área por parte dos moradores do entorno.

9. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANEEL. *Agência Nacional de Energia Elétrica*. 10 de fevereiro de 2016. <http://www.aneel.gov.br/declaracao-de-utilidade-publica-transmissao> (acesso em 22 de outubro de 2018).
- ARAÚJO, Débora Marques da Silva. *Proposta de Gestão Compartilhada no Plano para Implantação do Parque Theodoro Sampaio na área do “miolo” de Salvador-Bahia*. Salvador, 2016.
- COSTA, J. E. da. *Caminhos e trilhas para implantação do Parque Theodoro Sampaio: transição viária urbana ao parque e entorno pela BR-324*. Salvador, 2018.
- DELGADO, J. P. M., K. A. S. NASCIMENTO, e B BAGGI. *Avaliação da microacessibilidade e mobilidade do pedestre e das pessoas com necessidades especiais num terminal de transporte urbano, na cidade de Salvador, Bahia*. Salvador: CLATPU, 2007.
- GORDILHO-SOUZA, Angela, Adriana Caúla e SILVA, e Pedro ROLIM. *Mata Escura - Plano de Intervenção*. Salvador: LABHABITAR, 2005.
- INFOPATRIMÔNIO. *Infopatrimônio*. 2018. www.infopatrimonio.org (acesso em 05 de julho de 2018).
- INFORMS. *Geopolis Visualizador*. 2018. geopolis.ba.gov.br (acesso em 05 de julho de 2018). —. *Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro /Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia*. Salvador: CONDER/INFORMS, 2016.
- LEITE, Gisele Paiva. *Marcos e Portais como instrumento de preservação para implantação do Parque Theodoro Sampaio*. Salvador, 2016.
- NUNES JUNIOR, Joaquim da Silva. “EIXO FLUXOS – MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE Uma Proposta para a Rua Direta em Mata Escura.” 2016.
- QUEIROZ, Alessandra Natali, e E. F. QUEIROGA. “Unidades de Paisagem: Materiais e Metodologias para uma avaliação paisagística e ambiental.” *Quapa FAU-USP*. 2012.
- <http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/03/Unidades-de-paisagem-materiais-e-metodologia-para-uma-avaliacao-paisagistica-e-ambiental-Limeira.pdf> (acesso em 15 de outubro de 2018).
- ROCHA, Elisete Cristina Vidotti. *Caracterização Ambiental e análise das Unidades de Paisagem para implantação do Parque Theodoro Sampaio*. Salvador, 2016.
- SALINGAROS, Nikos A. “A Teoria da Teia Urbana.” *Journal of Urban Design*, Volume 3, 1998: 53-71.
- SALVADOR. *Lei 9.148/2016. Nova Louos – Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo*. 27 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.sucom.ba.gov.br/category/legislacoes/louos/>> (acesso em 08 de outubro de 2018).

— *Lei Nº 9.069 /2016 - PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano*. 01 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf>> (acesso em 08 de outubro de 2018).

— *Parque da Cidade*. 2016. <http://www.parquedacidade.salvador.ba.gov.br/index.php/sobre-o-parque> (acesso em 16 de outubro de 2018).

— *Plano de Mobilidade Sustentável de Salvador (PlanMob)*. 08 de junho de 2017. Disponível em: <http://planmob.salvador.ba.gov.br/> (acesso em 09 de outubro de 2018).

SANTOS, Elisabete, José Antonio Gomes de PINHO, Luiz Roberto Santos MORAES, e Tânia FISCHER. *O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes*. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

SEHAB, Secretaria Municipal de Habitação. “Projeto de Urbanização integrada - Urbanização da localidade de Vila Metrô.” Salvador, Março de 2008.

SINDEC, Secretaria da Infraestrutura e Defesa Civil. *Mobilidade Mata Escura*. Salvador, 2012.

SOARES, Rami Valente. *Mapeamento diagnóstico do espaço público do bairro da Fazenda Garcia e propostas de intervenção*. Salvador, 2016.

MEIRA, J. *Microacessibilidade na integração aos caminhos do futuro Parque Theodoro Sampaio, Salvador-BA*. Salvador, 2018.

BAHIA (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR. *Termo de Referência para contratação dos Planos e Projetos Urbanísticos de Mané Dendê e Pirajá*. Outubro de 2009.

BAHIA (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Urbano. *Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes. Acordo de empréstimo nº 7344-BR – Projeto Parque São Bartolomeu*. Salvador, versão janeiro de 2012.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). *Lei no. 9985 de 2000*. Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 18 set.2018.

CCMA-BA. *Corredor Central da Mata Atlântica da Bahia*. Disponível em: <http://www.corredoresecologicos.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=41>. Acesso em: 18 set.2018.

CENTRO NORDESTINO DE INFORMAÇÕES SOBRE PLANTAS – CNIP. *Lista de municípios das Reservas da Biosfera da Caatinga e da Mata Atlântica*. Disponível em: <<http://www.cnip.org.br/BA.html>>. Acesso em: 18 set. 2018.

DIAS, G.F. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. São Paulo: Gaia, 2004.

FORMIGLI, A.L.M. (Org.). *História, natureza e cultura: Parque Metropolitano de Pirajá*. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu / Editora do Parque, 1998. 168 p. (Coleção Cadernos do Parque)

GALANTE, M. L. V.; BESERRA, M. M. L. e MENEZES, E. O. *Roteiro Metodológico de Planejamento - Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica*. IBAMA, 2002.
GIL, A. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo - SP: Atlas, 1995.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira*. Atualização: Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília: MMA, 2007. (Série Biodiversidade, 31).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - NÚCLEO MATA ATLÂNTICA. *A Mata Atlântica na Bahia*. Disponível em: <http://mpnuma.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=59&Itemid=75>. Acesso em: 20 set.2018.

OLIVEIRA, J. J. dos S. *Histórico de Salvador - BA*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 25 Out. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Fundação Gregório de Mattos. <<http://www.culturafgm.salvador.ba.gov.br/>>. Acesso em 3 . Set. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Secretaria Municipal da Educação Cultura, Esporte e Lazer. <<http://www.secult.salvador.ba.gov.br>> Acesso em 3 set. 2012.

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA - RBMA. *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: Roteiro para o Entendimento de seus Objetivos e seu Sistema de Gestão*. Caderno nº 2, 1995. (Série Gestão da RBMA)

RIBAS, O. *Projeto de urbanização e desenvolvimento integral de áreas carentes do Estado da Bahia - Projeto dias melhores / BIRD (AE 7344-BR)*: Relatório de avaliação ambiental. Salvador: Governo do Estado da Bahia; SEDUR; CONDER, fev. 2010. 64 p. SALVADOR. Secretaria Municipal dos Transportes e Infraestrutura - SETIN. *Plano Municipal de Saneamento Básico*. Fundação Escola Politécnica da Bahia - FEP. Maio, 2012.

SANTOS, E.; PINHO, J.A.G.; MORAES, L.R.S.; FISCHER, T. (Orgs.). *O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes*. (Coleção Gestão Social). Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

SEMA (Secretaria de Meio Ambiente da Bahia). Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=APACOBRE&p=APAAPA>>. Acesso em: 27 set.2018

TIMMERS, J.F. *Estudo de revisão do marco legal, dos limites e enquadramento das Unidades de Conservação no SNUC: Proposta de modelo de Gestão do Mosaico de Unidades de Conservação (MUC)*. PRODUTO 11 – 3º Termo Aditivo ao Contrato 163/AVSI-SEDUR. Estrutural Estudos e Projetos. Salvador – BA, 2011.

VASCONCELLOS, J.M.O. *Educação e Interpretação Ambiental em Unidades de Conservação. Cadernos de Conservação*. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Ano 3, n. 4, 2006.

Lei nº 9.069 de 2016. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano*. Salvador, 2016.

GORDILHO-SOUZA, Angela. *Limites do Habitar - Segregação e exclusão na configuração urbana de Salvador e perspectivas no século XX*. 1a. ed. Salvador-Ba. Edufba, 2ª. edição ampliada, 2008.

SILVA, Cristiane Neres. *Diagnóstico ambiental associado às áreas de pedreiras abandonadas na cidade do Salvador-BA com ênfase na estabilidade de taludes*, Salvador, 2005.

10. ANEXOS

ANEXO I
INTERVENÇÃO VIÁRIA

PREFEITURA BAIRRO PB: Cabula / Tanc. Neves		LOCALIZAÇÃO Bom Juá - Sussuarana - Gal Costa		Código PlanMob SV 228																																																								
CARACTERÍSTICAS																																																												
TIPOLOGIA Construção de Nova Via		FUNCIONALIDADE Ver mapa de propostas de Hierarquia Viária																																																										
DIMENSÕES BÁSICAS / CUSTOS <table border="1" style="margin-top: 5px;"> <thead> <tr> <th></th> <th>Extensão</th> <th>Seções</th> <th>Custo Unitário</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Requalificação</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>150</td> </tr> <tr> <td>Ampliação</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>400</td> </tr> <tr> <td>Duplicação</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>500</td> </tr> <tr> <td>Nova Via</td> <td>3.900</td> <td>35</td> <td>500</td> </tr> <tr> <td>Rampa</td> <td>200</td> <td>10</td> <td>2.000</td> </tr> <tr> <td>Ponte / Viaduto</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>5.000</td> </tr> <tr> <td>Trincheira</td> <td>240</td> <td>30</td> <td>9.000</td> </tr> <tr> <td>Túnel</td> <td>500</td> <td>20</td> <td>250.000</td> </tr> <tr> <td></td> <td>(m)</td> <td>(m)</td> <td>(R\$/m)</td> </tr> </tbody> </table>			Extensão	Seções	Custo Unitário	Requalificação	-	-	150	Ampliação	-	-	400	Duplicação	-	-	500	Nova Via	3.900	35	500	Rampa	200	10	2.000	Ponte / Viaduto	-	-	5.000	Trincheira	240	30	9.000	Túnel	500	20	250.000		(m)	(m)	(R\$/m)	CONTEÚDO FÍSICO <table style="margin-top: 5px;"> <tr> <td>Pistas de Rolamento</td> <td><input type="text" value="2"/></td> <td>Calçadas</td> <td>Code <input type="text" value="2"/> Largura <input type="text" value="3,5"/></td> </tr> <tr> <td>Faixas de Tráfego</td> <td><input type="text" value="3"/></td> <td>Prof. TC</td> <td>BRT <input type="text" value="-"/> BRS <input type="text" value="ok"/> Bova <input type="text" value="-"/></td> </tr> <tr> <td>Canteiro Cent./Lateral</td> <td><input type="text" value="largo"/></td> <td>Prof. Ciclistas</td> <td>Ciclone <input type="text" value="ok"/> Ciclofona <input type="text" value="-"/></td> </tr> <tr> <td>Canal de Drenagem</td> <td><input type="text" value="sim"/></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>			Pistas de Rolamento	<input type="text" value="2"/>	Calçadas	Code <input type="text" value="2"/> Largura <input type="text" value="3,5"/>	Faixas de Tráfego	<input type="text" value="3"/>	Prof. TC	BRT <input type="text" value="-"/> BRS <input type="text" value="ok"/> Bova <input type="text" value="-"/>	Canteiro Cent./Lateral	<input type="text" value="largo"/>	Prof. Ciclistas	Ciclone <input type="text" value="ok"/> Ciclofona <input type="text" value="-"/>	Canal de Drenagem	<input type="text" value="sim"/>		
	Extensão	Seções	Custo Unitário																																																									
Requalificação	-	-	150																																																									
Ampliação	-	-	400																																																									
Duplicação	-	-	500																																																									
Nova Via	3.900	35	500																																																									
Rampa	200	10	2.000																																																									
Ponte / Viaduto	-	-	5.000																																																									
Trincheira	240	30	9.000																																																									
Túnel	500	20	250.000																																																									
	(m)	(m)	(R\$/m)																																																									
Pistas de Rolamento	<input type="text" value="2"/>	Calçadas	Code <input type="text" value="2"/> Largura <input type="text" value="3,5"/>																																																									
Faixas de Tráfego	<input type="text" value="3"/>	Prof. TC	BRT <input type="text" value="-"/> BRS <input type="text" value="ok"/> Bova <input type="text" value="-"/>																																																									
Canteiro Cent./Lateral	<input type="text" value="largo"/>	Prof. Ciclistas	Ciclone <input type="text" value="ok"/> Ciclofona <input type="text" value="-"/>																																																									
Canal de Drenagem	<input type="text" value="sim"/>																																																											
CUSTO ESTIMADO (mil R\$ nov/2017) 262.050,0		REFERÊNCIA DE IMPLANTAÇÃO <table border="1" style="margin-top: 5px;"> <tr> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> </tr> </table>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	REFERÊNCIA PDDU <table border="1" style="margin-top: 5px;"> <tr> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> </tr> </table>	<input type="text"/>	ANO META 2049																																																		
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																								
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																								



DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA / FUNÇÃO / RAZÃO

Criação de nova via estruturadora no "Miolo" interligando a BR-324 (em Bom Juá) - margeando (ao sul) a área do SAVAM - com três túneis na região da Mata Escura e em Sussuarana até o corredor estrutural da Av. Gal Costa, junto ao Horto Botânico da Mata dos Oitis, com adequação viária das interseções extremas e com previsão de corredor de ônibus no canteiro central (BRS).

OBSERVAÇÃO

- Indenização de "recuos viários" e realocação de atividades = Verba de R\$ 20.000 mil.
- Via proposta em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). No desenvolvimento do projeto da via, considerar a legislação específica, relativa às ZEIS.

ANEXO II

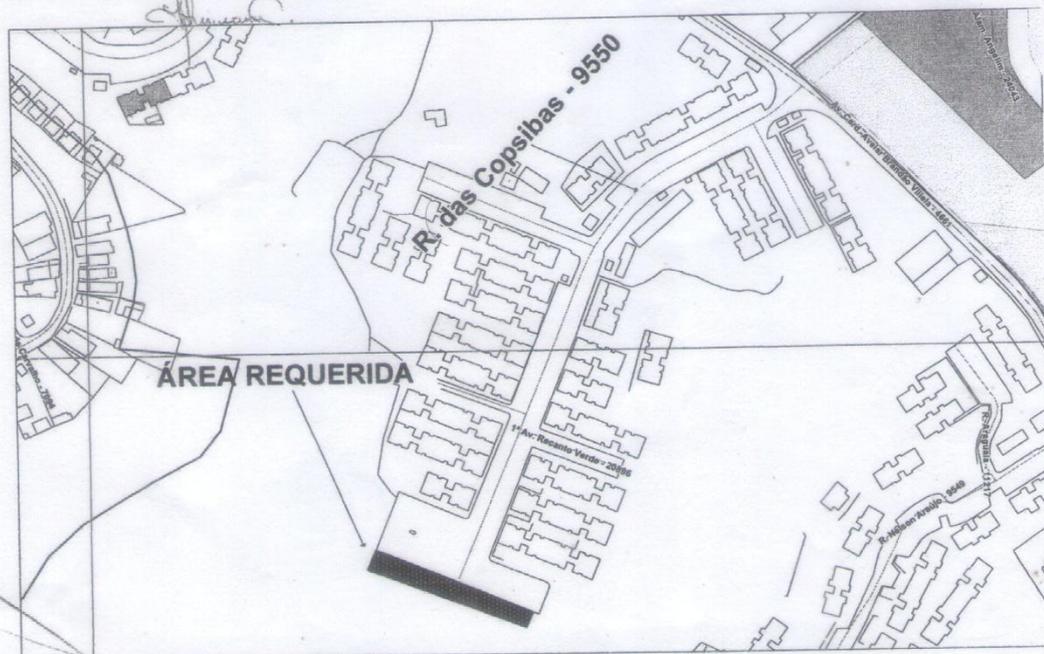


CERTIDÃO Nº 21/07/2011

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO - CAP
SETOR DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO PATRIMONIAL - SEDOC

CERTIDÃO DE ÁREA

Atendendo a solicitação da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONDOMÍNIO RECANTO VERDE, através do Processo nº 44.190/2011, certificamos que a área, localizada na Rua das Copsibas, s/nº, Condomínio Recanto Verde, Mata Escura, logradouro nº 9550, é plana, e está afetada como Área Verde do Condomínio Recanto Verde, de acordo com a vistoria realizada "in loco" pelos técnicos do Setor de Manutenção Cadastral desta Coordenadoria e conforme planta Sicar nº 141.420, integrante do nosso acervo cartográfico. A presente certidão não estabelece qualquer direito de uso ou propriedade nem consiste autorização para qualquer tipo de construção. Outrossim, só terá validade se o croquis de localização da área a que se refere estiver impresso abaixo. E, nada mais havendo a informar, eu, Iracildes Mara Guimarães e Silva, digitei a presente Certidão que vai por mim assinada e encerrada pelo Subcoordenador de Administração do Patrimônio, da Secretaria Municipal da Fazenda, CAP/SEFAZ, Dr. JORGE ALBERTO MÜLLEM VITA. 13 de Julho de 2011.



JORGE ALBERTO M. VITA
Subcoordenador de Informação e Documentação Patrimonial - SEDOC
CAP/SEFAZ

Iracildes Mara Guimarães e Silva
Subcoordenador de Informação e Documentação Patrimonial - SEDOC
CAP/SEFAZ

ANEXO III

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO CELIVAN RAMOS GÓES

Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, reuniu-se por convocação do Colegiado do Curso de Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade, a comissão composta pelos professores: Maria Lúcia Araújo Mendes de Carvalho, Heliana Faria Mettig Rocha e Túlio Prado, sob a presidência da Professora Dra. Maria Lúcia Araújo Mendes de Carvalho, na qualidade de tutora, para proceder ao exame do Trabalho de Conclusão apresentado pelo candidato a Especialista, Celivan Ramos Góes, intitulado "*Novos Acessos e Estudo Preliminar para o Plano de Manejo do Parque Theodoro Sampaio*".

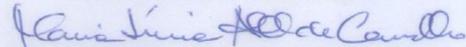
O ato teve início às 08:30 horas, tendo sido concedido ao candidato sessenta (60) minutos para exposição resumida dos conteúdos do seu trabalho. De acordo com as normas que regulam a matéria, cada examinador fez suas observações e levantou questões, que foram respondidas pelo candidato.

Concluído o exame, os professores atribuíram as seguintes indicações:

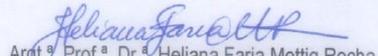
Arqt ^a . Prof ^a . Dr ^a . Maria Lúcia Araújo Mendes de Carvalho	APROVADO
Arqt ^a . Prof ^a . Dr ^a . Heliana Faria Mettig Rocha	APROVADO
Arqt ^o . Esp. Túlio Prado	APROVADO

Com o que se julgou o candidato APROVADO, sendo recomendado ao Colegiado de Curso de Especialização vinculado a este Programa de Pós-Graduação que seja concedido a **CELIVAN RAMOS GÓES** o grau de Especialista em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade.

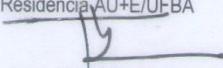
Salvador, 05 de novembro de 2018



Arqt^a. Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Araújo Mendes de Carvalho
Tutora e Presidente da Banca Examinadora
Residência AU+E/UFBA

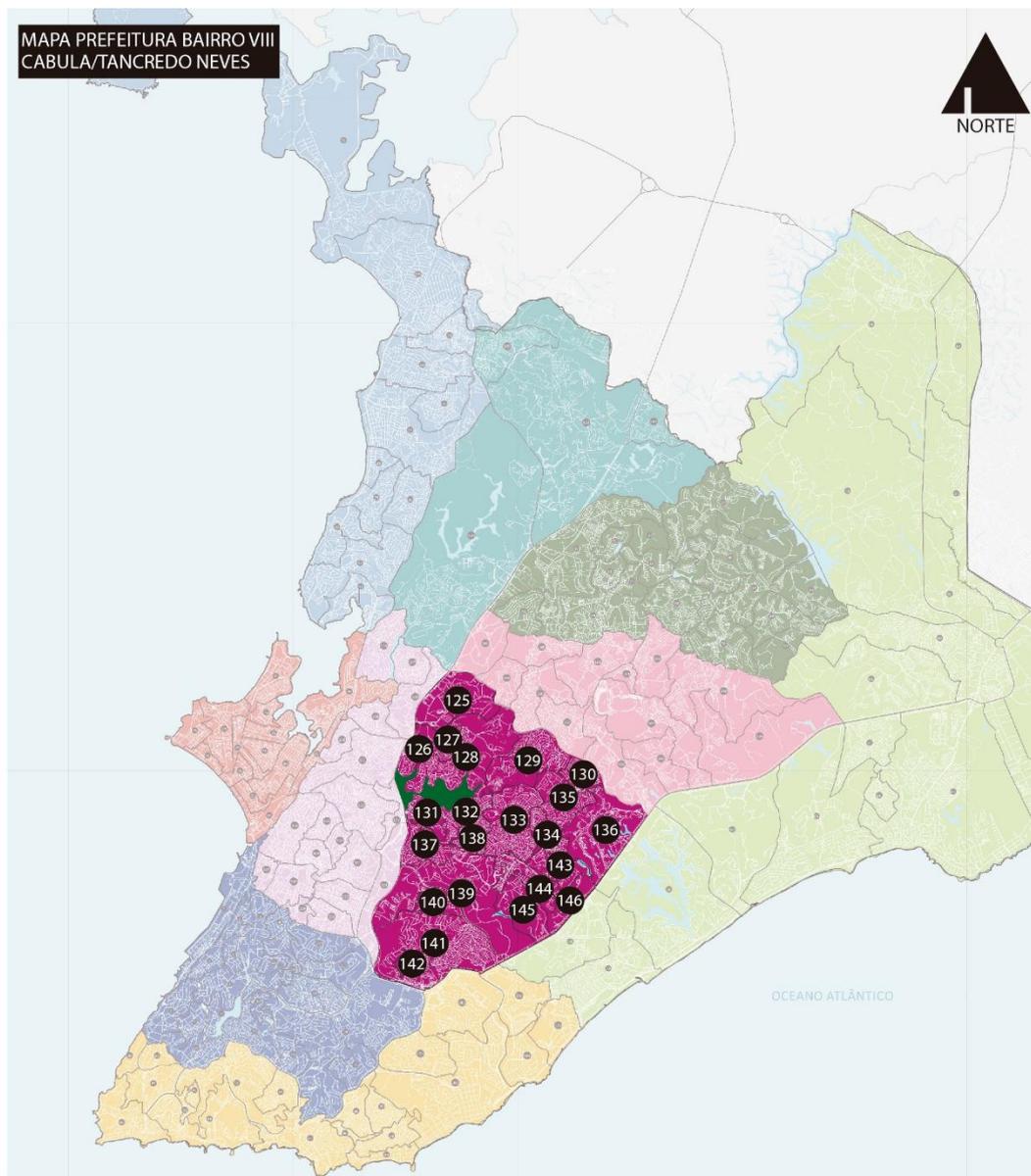


Arqt^a. Prof^a. Dr^a. Heliana Faria Mettig Rocha
Membro Interno da Banca Examinadora
Residência AU+E/UFBA



Arqt^o. Esp. Túlio Prado
Membro Externo da Banca Examinadora
Hydros Engenharia

ANEXO IV - LOCALIZAÇÃO PREFEITURA BAIRRO VIII - CABULA/TANCREDO NEVES



LEGENDA

BAIROS

●
125- GRANJAS RURAIS PRESIDENTE VARGAS
126- CALABETÃO
127- JARDIM SANTO INÁCIO
128- MATA ESCURA
129- SUSSUARANA
130- NOVA SUSSUARANA
131- ARRAIAL DO RETIRO
132- BARREIRAS
133- BEIRU/TANCREDO NEVES
134- ARENOSO
135- NOVO HORIZONTE

136- CAB
137- SÃO GONÇALO
138- ENGOMADEIRA
139- CABULA
140- RESGATE
141- PERNAMBUÉS
142- SARAMANDAIA
143- CABULA VI
144- DORON
145- SABOEIRO
146- NARANDIBA

7582
001424

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA
ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES PAROQUIAIS DE MATA ESCURA E CALABETÃO**

Aos catorze dias do mês de janeiro do ano de 2014, no Centro João Paulo II, situado a Rua São Mateus, número seis, Mata Escura, às 15 horas, conforme convocação publicada, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária Eletiva da ACOPAMEC. Após acolher os associados, o presidente Pe. Miguel procedeu à leitura do evangelho do dia, seguida de uma breve reflexão sobre a celebração da alegria e da esperança que sustenta o compromisso de todos com a vida. Logo após, foi feita a leitura da Ata, sendo retomados os seguintes pontos: sobre o convênio com a Faculdade São Salvador, Josélia explicou que foi fechada a Unidade Social na Mata Escura, sendo colocados os motivos financeiros que levaram ao encerramento das atividades; em relação à situação financeira da entidade, Josélia ressaltou que, conforme indicado por Gilberto Martins, no ano de dois mil e treze a entidade passou por dificuldades financeiras, mas foram realizadas várias ações internas visando arrecadar recursos, tais como: cesta pascal, balaio junino, feijoada, apresentações teatrais, dentre outras, além da apresentação de projetos através de editais; ressaltando a preocupação em relação à manutenção das atividades no ano de dois mil e catorze. Sendo feitas algumas sugestões pelos associados no sentido de envolver a comunidade e garantir recursos, tendo Pe. Miguel chamado atenção para o fato de que a entidade não poderia cobrar taxas para o desenvolvimento de suas ações, sendo citada a proposta de implementar a doação individual através da criação dos "AMIGOS DA ACOPAMEC", proposta que ficou de organizada pela equipe de mobilização de recursos. Na sequência, foi feita uma longa reflexão sobre a situação de violência do bairro, que contou a participação de Sr. Cintra, presidente de outra Associação local e Pe. Miguel salientou a importância da articulação do Fórum de Desenvolvimento da Mata Escura diante dos problemas do bairro. Pe. Augusto, sublinhou que o contexto de atuação da Acopamec mudou ao longo dos anos e que precisaria ser refletida uma forma de envolver mais o público atendido nas ações de sustentabilidade institucional, superando a ideia de que a entidade tem dinheiro, pois apesar da crise tudo continuava funcionando, insistindo na necessidade de envolver mais as famílias. Josélia informou que a padaria foi alugada para Robson, que assumindo toda a gestão e funcionamento. Neste ponto, foi apresentado e aprovado pela Assembleia a necessidade de continuidade das atividades esportivas, artístico-culturais, recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra. Em seguida, passou-se aos procedimentos necessários a realização da eleição da nova diretoria. Gildasio Francisco apresentou, de acordo com estatuto, as atribuições e a composição da Diretoria e do Conselho Fiscal. Sendo eleitos, por aclamação, os seguintes membros da Diretoria: Presidente: Pe. Michel Ramon, sacerdote, solteiro, portador do C.I. nº W003278-H e do CPF nº 297.643.945-15; Vice-Presidente: Sra. Josélia Duarte Gomes, professora, viúva, portadora do C.I. nº 341714607 e do CPF nº 339.102.435-68; Secretária: Sra. Valdelira Borges da Cruz Costa, professora, casada, portadora do C.I. nº 005331168 e do CPF nº 670.905.165-04; Sra. vice-secretária: Gilcia Maria da Costa Campos, professora, viúva, portadora do C.I. nº 438553 e do CPF nº 254.728.445-68; Tesoureira: Sra. Osvaldina Barbosa da Silva, técnica em contabilidade, viúva, portadora do C.I. nº 31783074 e do CPF nº 056.590.865-00; Vice-tesoureira: Ir. Raffaella Corvino, religiosa, solteira, portadora do C.I. nº 053428 e do CPF nº 77.145.695-04; Relações Públicas: Pe. Carlos Augusto Cruz da Silva, sacerdote, solteiro, portador do C.I. nº 0786461110 e do CPF nº 807.714.835-20; Vice-relações públicas: Sr. Luiz Carlos Alves Viana, motoristas, casado, portador do C.I. nº 200134850 e do CPF nº 319.443.455-15. Como membros titulares do Conselho Fiscal: Conselheiro: Sr. José Nélcio Monteiro Corsini, economista, casado, portador do C.I. nº 1329782704 e do CPF nº 235.502.286-00; Segundo Conselheiro: Sr. José Martins, economistas, casado, portador do C.I. nº 71057382 e do CPF nº

2º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
REGISTRO Nº 43881

31/16/2014

ACESSIBILIDADE

MACROACESSIBILIDADE

“Propriedade que têm os elementos urbanos de favorecer um rápido acesso ao destino desejado, ou seja, condições adequadas de infraestrutura.”

MACROACESSIBILIDADE

“Definido pela facilidade de atingir um elemento urbano (equipamentos e construções). É medido pela quantidade e natureza das ligações físicas do espaço, quanto às vias e ao sistema de transporte público.”

MOBILIDADE URBANA

“É um atributo das cidades e se refere à facilidade de deslocamentos de pessoas e bens no espaço urbano. Tais deslocamentos são feitos através de veículos, vias e toda a infra-estrutura (vias, calçadas, etc.) que possibilitam esse ir e vir cotidiano. (...) É o resultado da interação entre os deslocamentos de pessoas e bens com a cidade. (...)”



ESPAÇO PÚBLICO

“O espaço público é considerado como aquele que, dentro do território urbano tradicional e de uso comum e posse coletiva (pertence ao poder público). A rua é considerada o espaço público por excelência. A caracterização de um espaço público é bastante variada:



- Os espaços públicos livres podem se definir como espaços de circulação (como a rua ou a praça), espaços de lazer e recreação (como uma praça ou parque urbano), de contemplação (como um jardim público) ou de preservação ou conservação (como um grande parque ou mesmo uma reserva ecológica). Nestes locais, o direito de ir e vir é total.



- Existem ainda os espaços que, ainda que possuam uma certa restrição ao acesso e à circulação, pertencem à esfera do público; portanto, nestes espaços, a presença do privado deve ser teoricamente controlada e, até mesmo, evitada. São, em geral, os edifícios e equipamentos públicos, como instituições de ensino, hospitais, centros de cultura etc”



GLOSSÁRIO



GESTÃO COMPARTILHADA



“Modelo de gestão que busca a descentralização da administração com vários atores envolvidos, de forma horizontal e comprometida.”

ATORES/AGENTES ENVOLVIDOS

GUARDIÕES

“... “Agentes que atuam na busca da conservação e permanência deste espaço na cidade de Salvador. Estes agentes foram denominados de ‘Guardiões do Parque Theodoro Sampaio’ e foram convocados para colaborar na implantação do Parque. Estes ‘guardiões’ podem ser classificados em dois tipos: ‘Guardiões proprietários’ e ‘Guardiões parceiros’.”



DEGRADADORES

“... “Os responsáveis por ações que impactam de forma negativa na área do futuro Parque são classificados, como Degradadores do Parque Theodoro Sampaio.”

EQUIPAMENTO URBANO



“Todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados.”

UNIDADES DE PAISAGEM

“As unidades de paisagem podem ser identificadas pelos aspectos que as caracterizam interiormente, bem como pelas características que as diferenciam de seu entorno, sendo esses aspectos a expressão do sistema dinâmico de vários fatores interligados. Para o Parque Theodoro Sampaio, foi levado em consideração as características morfológicas (declividade e topografia, hidrografia, vegetação), os elementos estruturantes da paisagem e as utilizações do espaço.”



PARQUE THEODORO SAMPAIO



“... “O Parque Theodoro Sampaio é uma iniciativa da comunidade do entorno do Horto Florestal do Cabula e Mata Escura, desenvolvida desde 2004. É chamada assim em homenagem ao Engenheiro Civil baiano Theodoro Fernandes Sampaio, responsável pela requalificação das Represas da Mata Escura e do Praia.”

PARQUES E ÁREAS VERDES

“... “As áreas verdes urbanas são consideradas como o conjunto de áreas dentro da cidade que apresentam cobertura vegetal e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades. Essas áreas verdes estão presentes numa enorme variedade de situações: em áreas públicas; em áreas de preservação permanente (APP); nos canteiros centrais; nas praças, parques, florestas e unidades de conservação (UC) urbanas; nos jardins institucionais; e nos terrenos públicos não edificados. Considera-se área verde de domínio público “o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização”. Exemplos de áreas verdes urbanas: praças; parques urbanos; parques fluviais; parque balneário e esportivo; jardim botânico; jardim zoológico; alguns tipos de cemitérios; faixas de ligação entre áreas verdes.”



ZEIS

“ZEIS são destinadas à regularização fundiária – urbanística e jurídico-legal – e à produção, manutenção ou qualificação da Habitação de Interesse Social e da Habitação de Mercado Popular. Os tipos de ZEIS do entorno do Parque Theodoro Sampaio são:
 ZEIS-1: corresponde aos assentamentos precários – favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares. Situada em terrenos de propriedade pública ou privada, nos quais haja interesse público em promover a regularização fundiária e produzir HIS e HMP;
 ZEIS-4: corresponde aos assentamentos precários ocupados por população de baixa renda, inseridos em APA ou em APRN, localizados em áreas públicas ou privadas.”

PLANO DE MANEJO

“... “Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.”

REDE ECOLÓGICA

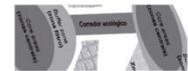
CORE AREAS (ÁREAS CENTRAIS)

“Por exemplo, as áreas protegidas como Parque Nacional, Áreas de Preservação Permanente, reserva natural etc., onde em função das Leis vigentes, existe uma proteção mais ou menos firme.”



CORREDORES ECOLÓGICOS

“Elementos de conexão entre duas áreas centrais.”



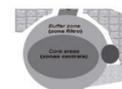
STEPPING STONES (TRAMPOLINS ECOLÓGICOS)

“Elementos descontínuos mas que criam uma conexão naturalística-ambiental entre duas áreas centrais; por exemplo espaços menores de verde urbano ou arborização que pode atuar como corredor ecológico para as aves e algumas espécies de insetos.”



BUFFER ZONE (ZONAS FILTRO)

“... “Que contornam a área central, são úteis para proteger as áreas centrais de influxos negativos diretos e para minimizar os efeitos margem entre a área protegida e a paisagem explorada ao redor como uma zona agrícola ou urbana. Este efeito de zona filtro é realizado geralmente por áreas verdes de menor densidade.”



FONTE: Maria Lúcia Araújo Mendes de Carvalho, Matheo Nigro. A conectividade ecológica como instrumento de superação da fragmentação ambiental. Estrutura de uma rede ecológica em presença de urbanização. (Elaboração gráfica de M. Nigro)

FONTE: Estrutura de uma rede ecológica em presença de urbanização. (Elaboração gráfica de M. Nigro)



GLOSSÁRIO

